

Será "suave"
o aumento
do petróleo

(Pág. 24)

**Países
árabes
querem
apoiar
Portugal**

Portugal poderá vir a beneficiar de um preço reduzido do petróleo dos emiratos árabes, segundo afirmou à ANOP o ministro dos Negócios Estrangeiros do Abu Dhabi.

Manifestando a intenção do seu País de apoiar e ajudar Portugal o chefe da diplomacia daquele pequeno, mas rico, país do golfo Pérsico estranhou no entanto que Portugal não tenha querido, até ao momento, desenvolver as suas relações com os países árabes, apesar de estar a eles ligado por laços de amizade, de história, de cultura e de civilização.

O mesmo ministro salientou que somente depois do Governo português manifestar intenções claras de diálogo, se poderão dar passos de aproximação.

Salientou ainda que os países árabes tinham preparado um esquema de auxílio a Portugal quando o Governo de Mário Soares decidiu estabelecer relações diplomáticas com Israel, provocando o congelamento desses projectos.

**MINISTRO
MARROQUINO
EM LISBOA**

Chega na próxima segunda-feira a Lisboa o ministro marroquino dos Negócios Estrangeiros, Mohamed Bucetta.

Um acordo consular, que abolirá a necessidade de vistos entre os dois países e um acordo cultural serão assinados durante a visita.

SÓ UMA RÊS POR TALHANTE NO MELHOR DOS CASOS

Lisboa sem carne de vaca

Os «stocks» de carne de vaca esgotaram e ontem apenas foram abatidas três reses para os 1500 talhantes, pelo que a situação tende a agravar-se no circuito de distribuição de diversas zonas do País, nomeadamente da capital.

Esta é uma consequência da «pressão» que a Associação dos Comerciantes de Carne do Concelho de Lisboa está a exercer sobre o Governo no sentido de ser liberalizado o mercado ou passar a contar com melhores condições de realizar lucros superiores aos actuais.

O próximo passo dessa «pressão» está marcado para amanhã quando, pelas onze horas, os talhantes forem recebidos pelo secretário de Estado das Indústrias Agrícolas, para tentar encontrar uma solução que ponha termo à paralisação na venda de carne de vaca e vitela sentida deste o dia 28.

Um dirigente da Associação, Constantino Mendes, disse

ontem à ANOP que hoje apenas seria abatida uma res e que a situação se manterá até que o Governo crie as condições que permitam aos comerciantes auferir as respectivas margens de comercialização sem correrem o risco de ir para a prisão.

Se em Lisboa e noutros distritos o abastecimento já está à beira da ruptura, os talhantes do Porto anunciam intenções de se juntar ao exército dos que pretendem aumentar os seus lucros no comércio da carne e parecem decididos a entrar no mesmo caminho dos seus colegas na capital.

Assim, «a falta de carne no Porto pode vir a concretizar-se, mas não serão os comerciantes os culpados» — declarou ontem um elemento directivo da Associação dos Comerciantes de Carnes do Porto.

A fim de solucionar o problema, estava marcada para



Dizem que é uma res por talho, mas em alguns casos a nossa reportagem verificou que eram «quartos» — ou mesmo nada

Continua na pág. 24

SÓ DOIS PARTIDOS APLAUDIRAM MOTA PINTO

Portugueses sem Governo

As posições já tornadas públicas pelos partidos políticos em relação ao Governo de Mota Pinto foram reafirmadas ontem pelos representantes dos respectivos grupos parlamentares no início do debate, na Assembleia da República, do programa governamental.

Assim, enquanto o PCP e a UDP declararam a sua posição formal, anunciando o primeiro daqueles partidos a apresentação de uma moção de rejeição, o CDS e o PSD disseram claramente que não inviabilizariam este Governo e, por último, o PS afirmou que fará depender a sua atitude final da forma como o Governo conseguir desfazer as «dúvidas» e eliminar as «reservas» que, por enquanto, mantém em relação ao programa.

Os debates de ontem, que se caracterizaram pela monotonia, tiveram pelo menos o mérito de transmitir ao País uma imagem fiel do Governo Mota Pinto: uma equipa de direita apoiada na co-

ligação PSD-CDS-PPM que não se cansa de repetir ao PS que o tomará por corresponsável da sua política se a deixar passar na Assembleia da República.

Depois da intervenção de Mota Pinto, que constituiu, com os repetidos e deslocados ataques que dirigiu ao PCP, uma exemplificação prática das teses da «polarização» da vida política nacional, uma pergunta ficou no ar: como compatibiliza o Primeiro-Ministro nomeado (e não submetido a sufrágio popular) a composição e o programa do Governo com o que estabelece o n.º 2 do artigo 185.º da Constituição?

Estabelece essa norma constitucional que «o Governo define e executa a sua política com respeito pela Constituição por forma a corresponder aos objectivos da democracia e da construção do socialismo».

Na verdade, ocorre perguntar, como o deputado comunista Vital Moreira, se este Governo «pretende desencadear uma confrontação com as forças políticas maioritárias na sociedade portuguesa, com os sentimentos antifascistas da maioria do povo português?», ou será que este Governo «numa insólita vocação suicidária», criou todas as condi-

ções para se fazer derrotar na Assembleia da República?

O PS, contudo, ainda tem «dúvidas» e «reservas», embora o Governo de Mota Pinto tenha, pelo menos, o mérito de não suscitar discussões quanto à sua natureza. Mesmo a direita fascista está de acordo em considerá-lo um Governo de direita.

Haverá ainda quem tenha a ilusão, mesmo que este Governo passe, que é possível governar com a oposição das forças do

trabalho? Que a melhor forma de resolver os problemas do País é com o apoio da CAP e da CIP, contra os trabalhadores, com o apoio do PSD e do CDS contra as forças democráticas e populares?

Entretanto, se o programa do Governo não for rejeitado, Mota Pinto anunciou que «interpretará a sua vigência como assente numa base de consenso, ao menos tácito, ainda que com diversas motivações?»

Reportagem nas págs. 12 e 13

Importante acordo em Bruxelas sobre o Sistema Monetário Europeu

Dirigentes do Mercado Comum Europeu chegaram esta madrugada em Bruxelas a acordo sobre o elemento principal do sistema monetário europeu (SME) — o mecanismo para a intervenção dos bancos centrais, a fim de manter estáveis as moedas nos mercados de câmbios. O acordo foi anunciado à imprensa pelo presidente francês, Valéry Giscard d'Estaing, após mais de 12 horas de negociações entre os nove representantes (ao mais alto nível) dos membros da CEE. Ignora-se, contudo, se a Grã-Bretanha (país que mais reservas opôs desde sempre à constituição deste sistema) se juntará imediatamente ao SME.

Depois de terem chegado a este importante acordo parcelar, os dirigentes interromperam as negociações que foram, entretanto, retomadas às nove horas da manhã de hoje (10 TMG).

A grande questão ainda em suspenso é a da transferência de recursos dos países mais ricos para os mais pobres da CEE, o que constitui parte integrante do novo sistema de estabilização cambial. As decisões que a este respeito serão tomadas são cruciais para que o novo sistema obtenha uma resposta favorável de Londres, Roma e Dublin.

Embora todas as questões monetárias tenham sido já prati-

camente resolvidas, há duas que falta ainda solucionar — indicou um informador oficial da CEE à Reuter. Uma delas é a dos efeitos do SME sobre o sistema de apoio aos preços dos produtos agrícolas das comunidades. Quanto à outra, o referido informador recusou-se a especificá-la.

A «cimeira» da CEE tomou ainda duas outras decisões sobre questões relativas ao Mercado Comum. Uma interessa directamente a Portugal — os participantes na reunião concordaram com a conhecida proposta francesa para que um grupo de «três notáveis» apresente um re-

latório sobre os problemas institucionais que se levantarão com a integração de Portugal, Grécia e Espanha no Mercado Comum. Foram convidados para integrar esse grupo o ex-primeiro-ministro holandês, Bahren Biesheuvel, o ex-vice-presidente da Comissão Executiva da CEE, Robert Marjolin (francês) e Edmund Dell, que até há pouco tempo foi ministro do Comércio britânico.

Outra questão que ficou resolvida foi a dos salários dos deputados do primeiro Parlamento europeu, que será eleito por sufrágio directo, em Junho do ano próximo.

EXCLUSIVO



**Somoza,
o indesejável**

O IRAO À PROCURA DO FUTURO

post-scriptum

Exames, classificações, e o mais a que esta carta responde...

Relativamente a uma carta publicada no «Post-Scriptum» da nossa edição de 20 de Novembro último, sob o título «Exames, classificações, e o mais a que esta carta vos dirá...» e subscrita por Ângelo Gomes Furtado, os visados (drs. Carlos Reis e Clara Rocha) enviaram-nos a seguinte resposta:

«1. Perante o aparecimento, na edição do V. jornal do dia 20 de Novembro, de uma carta assinada pelo senhor Ângelo Gomes Furtado, vimos por este meio manifestar a V.Ex.ª a nossa estranheza pela publicação de declarações graves e que reputamos difamatórias de pessoas, sem que tenha havido da vossa parte qualquer cuidado em averiguar a sua veracidade.

«2. Apesar disso, julgamos que uma análise cuidada da linguagem em que a mesma carta é escrita será suficiente, a qualquer leitor minimamente atento, para perceber que não podemos, como é óbvio, responder em termos idênticos. Isto sem prejuízo de reservarmos um tratamento adequado do caso na instância judicial que, a nosso ver, lhe compete, já que a maioria dos factos aduzidos pelo senhor Ângelo Gomes Furtado são comprovadamente fruto de invenção e, como tal, caluniosos.

«3. Esclareça-se, no entanto, desde já, que vários dos factos apresentados pelo aluno em questão (que acumula no seu «curriculum» reprovações e desistências em série) foram já submetidos, em tempos, ao Conselho Pedagógico da Faculdade de Letras — no qual existe, como a lei estipula, uma representação de estudantes —, que então os julgou imprecisos.»

Ass. — Carlos Reis e Clara Rocha
— COIMBRA

Universidade: para quem?

É indiscutível que não são todos os melhores alunos que têm acesso à Universidade.

O Ano Propedêutico, da forma como é administrado e a clivagem sujeita nos exames e resultados respectivos, não contempla parte dos alunos que adquiriram, ao longo dos anos, o direito de ingresso automático nos cursos superiores.

A existência de externatos, colégios, institutos e explicadores a cobrarem verbas mensais de 1.000\$00 e 1.500\$00 por aluno ou não é justa por desnecessária ou então está a favorecer uma classe com poder de compra em detrimento de alunos excepcionais que frequentaram o ensino oficial com uma regularidade de aplicação, inteligência e assiduidade merecedora duma entrada directa.

É desanimador para os alunos, estudantes, após encetarem uma carreira em prol dum objectivo vocacional, verem-se afastados traumatologicamente, por um método iníquo quer na pretensa transmissão de conhecimentos quer na pretensa avaliação dos mesmos.

Perante uma experiência contestada por alunos, professores, pais e demais encarregados e sobrecarregados pela educação, e estando-se no provável início de novo e idêntico Ano Propedêutico, chama-se a atenção e reflexão sobre tão importante assunto todos os que sejam responsáveis para evitar nefastas repetições e encontrar alternativas conducentes a tornarem a Universidade aberta também aos que estão impossibilitados de concorrer materialmente, mas inteligentes e com aplicação já comprovada oficialmente.

C. Ferreira
— LISBOA

«Que crimes cometeram os trabalhadores do Alentejo?»

Os relatos sobre as iniquidades e violências cometidas na zona da Reforma Agrária sucedem-se. Todos os dias vemos que mais reservas foram entregues a agrários, acompanhadas de gado e maquinaria da melhor.

E perguntamo-nos, como é possível que no Portugal de Abril se cometam tais barbaridades?

Porque alguns trabalhadores mais exaltados e justamente indignados apedrejam um carro de agrários, é preciso espancar indiscriminadamente homens e mulheres?

Não terão os trabalhadores o direito de se revoltarem em face das injustiças e prepotências de que todos os dias são vítimas?

Como é possível que no Portugal civilizado e democrático que pretendemos ser, se tratem assim seres humanos contra os quais até se lançam cães que só seriam utilizados contra criminosos?

Esses métodos eram usados no tempo da escravatura e mais modernamente durante o regime fascista, mas não se podem admitir num país que se proclama defensor dos direitos do homem.

Que crime cometeram os trabalhadores do Alentejo? Será crime desbravar terras abandonadas pelos agrários, cultivá-las, aumentar a produção agro-pecuária e procurar defender o direito ao trabalho que conquistaram e a Constituição consagra?

Que se pode fazer para ajudar estes homens que lutam contra o passado de miséria a que o regime salazarista os condenara?

O Governo demitido prossegue em ritmo acelerado na entrega de reservas, sem que para tal tenha qualquer poder. Quem poderá fazer parar o MAP?

Não se apercebem que a passos agigantados um clima de ódio e violência se está a instalar numa parcela da terra portuguesa: o Alentejo? É ISSO QUE PRETENDEM?

Maria Josefa Campos — LISBOA

DÊ-NOS NOTÍCIAS PELO TELEFONE 32 02 29

Contacte a Redacção do «Diário de Lisboa» através do nosso serviço automático de gravação de telefonemas, ao seu dispor entre as 21 horas e as 8 da manhã.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

ASSEMBLEIA NÃO LIBERTA VERBAS

Conselho de Imprensa à beira de paralisar a actividade

«O Conselho de Imprensa corre riscos de paralisar, pura e simplesmente, a sua actividade se os seus problemas de ordem financeira e outros não forem rapidamente solucionados pela Assembleia da República, anuncia um comunicado ontem emitido ao fim da reunião semanal.

O CI foi empossado há cinco semanas e já em 9 de Outubro alertara a opinião pública para a situação uma vez que o seu orçamento foi devidamente aprovado mas as consequentes verbas inscritas no Orçamento Geral da Assembleia da República, e contra o que era de aguardar, não foram ainda liber-

tadas. Passado todo este tempo a AR não desbloqueou o problema e ontem mesmo o Conselho considerava que «enfrenta dificuldades até nos mais insignificantes pormenores» estando, inclusive, a ser posta em risco a sua existência prática, o mesmo é dizer, «o cumprimento do dever de salvaguardar a liberdade de imprensa nomeadamente perante o poder político e o poder económico».

Para já, o CI manifestou a sua impossibilidade de participar na reunião do Comité Plenário dos «Mass Média» do Conselho da Europa.

Dentro da sua actividade fiscalizadora normal, o Conselho

de Imprensa apreciou a queixa que lhe fora apresentada por Publicações Projornal (proprietária, entre outras publicações, do semanário «O Jornal» e da revista «História»).

A propósito da eventual confusão entre o título da sua publicação «História» e o título «Os Grandes Acontecimentos da História», editada pela Editorial Globo — Jacques C. Rodrigues, Lda.

O Conselho de Imprensa, «tendo em conta a doutrina já expressa no seu comunicado de 19 de Julho de 1976, depois de ouvida a entidade responsável pela segunda daquelas publicações, considerou procedente a queixa, atendendo à duplicação ou pelo menos similitude dos deferidos títulos, com a agravante do destaque da palavra História levar à confusão de título, pelo que reprovava a conduta da Editorial Globo».

Noutro passo do seu comunicado, o Conselho de Imprensa reafirma considerar dever ser defendido «o direito ao título das publicações diárias e periódicas». Tal direito inscreve-se diz o CI, «no âmbito do direito a informar e a ser informado. Reputa por isso de grave falta moral e cívica utilizar títulos existentes ou o recurso a soluções susceptíveis de causar confusão no público leitor».

Primeira greve nacional de jornalistas ingleses

LONDRES, 5 — (R) — iniciou-se ontem a primeira greve à escala nacional de jornalistas provinciais britânicos. A União Nacional dos Jornalistas (NUJ) ordenou aos seus 9000 membros, de cerca de 1200 jornais, que entrassem em greve de apoio à reivindicação do aumento de 20 libras semanais: cinco vezes superior ao limite de cinco por cento decidido pelo Governo.

Contudo, jornalistas da agência noticiosa doméstica, Press Association (PA), com sede em Londres, cujo apoio era considerado vital para o êxito da greve, votaram não apoiar-la.

Os 220 jornalistas da agência receberam instruções da NUJ para entrarem em greve de apoio aos jornalistas provinciais, mas num escrutínio equilibrado, recusaram. Todavia, o efeito da votação continua a não ser claro, visto que os que votaram em apoio da greve declararam que não se apresentarão ao trabalho.

Entretanto, lord Thompson, chefe da «organização Thompson», reuniu-se com a direcção dos jornais «Times», depois de ter chegado da sua sede em Toronto, para debater a suspensão do «Times» e do «Sunday Times» devido a uma disputa laboral.

Liberdade de Informação em crise no Terceiro Mundo

O director-geral da UNESCO, Amadou M'Bow, declarou-se, em Paris, «muito preocupado com o facto de, nos países do Terceiro Mundo, os órgãos de informação criados pelo Estado não respeitarem a liberdade de informação».

Entrevistado por cinco jornalistas africanos, que lhe faziam perguntas dos respectivos países para os Estudos de Rádio-França Internacional, M'Bow declarou ainda que «a UNESCO

se encontra disposta a auxiliar os países do Terceiro Mundo numa «pool» de agências noticiosas».

O director-geral da UNESCO acrescentou ser «indispensável que os jornalistas das agências dos países do Terceiro Mundo tenham a liberdade de informar sem serem alvo de represálias. Todos os países africanos, devem aceitar este princípio. Trata-se do preço a pagar pela democracia» — concluiu M'Bow.

ENSINO

SEGUNDO O ENCONTRO SOBRE O ENSINO SUPERIOR

Universidade não serve o País

COIMBRA, 5 — «A Revolução Portuguesa não operou na Universidade as transformações profundas que 50 anos de obscurantismo fascista exigiam e impunham» — afirmou Ângelo Veloso, do Comité Central do PCP, na abertura do Encontro Nacional sobre a Reestruturação do Ensino Superior organizado pela União dos Estudantes Comunistas em Coimbra durante o passado fim-de-semana, acontecimento a que fizemos ontem breve referência.

Segundo as palavras de Ângelo Veloso, o processo de recuperação capitalista em curso tem procurado liquidar as conquistas conseguidas ao nível do Ensino Superior, depois do 25 de Abril.

«Tal política», continuou, «não faz mais do que agravar a crise que diz querer combater, acentuando os traços elitistas, discriminatórios, antidemocráticos e degradados da Universidade».

Depois de fazer severas críticas ao IV Governo e às linhas

políticas defendidas pelos sectores reaccionários que definiu como «política de direita», Ângelo Veloso afirmou que esta política «não é seguramente a política dos jovens estudantes, da jovem geração universitária que quer servir a consolidação do Portugal democrático, que quer ajudar a construção dum País cujo desenvolvimento económico e social assente nos recursos nacionais, sem submissão ao jogo do imperialismo, que quer um Portugal de facto livre e independente».

No Encontro, que se realizou no Teatro Gil Vicente e foi presidido pelo secretariado do Comité Central da UEC, foram aprovadas várias conclusões respeitantes à actual situação no sector do Ensino Superior.

Nesse sentido foi criticada a política desenvolvida pelos sucessivos ministros da Educação dos Governos Constitucionais, cuja actividade, enfeudada ao FMI, se reflecte de forma negativa nas escolas, através de cortes orçamentais, faltas de instalações e de material técnico e de docentes e através do «numerus clausus» «que selecciona a entrada na Universidade, atirando centenas de jovens para o desemprego».

Segundo as conclusões apresentadas no plenário final, realizado no domingo, a actual Universidade portuguesa não está adequada às necessidades do País, porque Portugal tem recursos subaproveitados e, paralelamente, necessidades insatisfeitas.

De entre as sugestões apon-tadas pela UEC durante o encontro, com vista à ultrapassagem desta dicotomia salienta-se a necessidade de diversificar os níveis e graus de formação, reservando para a Universidade a formação de três níveis de quadros; a condenação de todas as tentativas de fazer do Ensino Superior curto um ensino paralelo e estanque em relação ao universitário; a necessidade de criar escolas em sectores ainda não abrangidos pelo Ensino Universitário; a necessidade de diversificar os perfis e saídas profissionais da Universidade para melhor satisfação das necessidades do País; a revisão dos «currículos» académicos, procurando ligá-los mais à prática; e a necessidade de a política universitária assentar na expansão do aparelho universitário.

Durante os plenários foram

ainda aprovadas várias moções nomeadamente de condenação pelo atentado contra a sede da UEC, na sequência da manifestação fascista do 1.º de Dezembro, e de apoio à realização da Conferência sobre a Reforma Agrária, que decorria em Évora.

Nesta realização da União dos Estudantes Comunistas participaram, para além de numerosos convidados e militantes daquela organização política, representantes da União da Juventude Comunista que na saudação dirigida ao encontro afirmavam a certeza de que ela contribuiria para «ir ao encontro da necessidade de alargar a base social da Universidade, abrindo-a aos filhos das classes trabalhadoras, banindo dos seus princípios o carácter ainda mais elitista que o MEC lhe pretende impor, através da sua política e dos seus projectos».

EXPOSIÇÃO-INVENTÁRIO 1

OBRAS DA COLECÇÃO DA S.E.C
DE 5 A 22 DE DEZEMBRO 1978

DIAS ÚTEIS: DAS 15 ÀS 20 HORAS

SÁBADOS: DAS 14 ÀS 21 HORAS

DOMINGOS: DAS 10 ÀS 12 HORAS

E

FERIADOS: DAS 14 ÀS 21 HORAS

GALERIA NACIONAL DE ARTE MODERNA
AV. BRASÍLIA — BELÉM (JUNTO AO MERCADO DO POVO)
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Um Governo inconstitucional



A questão não está em se o Governo se considera a ele próprio democrático ou não, mas sim, se na sua nomeação se respeitou o preceito constitucional que manda ter em conta os resultados eleitorais. Antes pelo contrário pretendendo-se independentes ou apatidários estão expressamente a demonstrar a sua falta de interesse nos partidos e nos resultados eleitorais. Apresentam-se como personali-

Poder-se-á perguntar: se a Assembleia da República deixar passar o Governo não está morta a questão? De modo nenhum. Uma ilegalidade não deixa de o ser pelo facto de não ser reparada por quem deveria fazê-lo. No caso de Nobre da Costa a Assembleia pôs termo à situação ao rejeitar o programa. Se agora deixar passar este Governo, contribui para que se firme um precedente (em nossa opinião inconstitucional): entrar em plenitude de funções um Governo que ignora completamente na sua composição o Parlamento, que se apoia em partidos minori-

Se Sua Excelência entende que a composição da Assembleia da República já não corresponde à realidade política do País, então a atitude correcta que se lhe impõe é promover a dissolução da Assembleia e convocar eleições gerais antecipadas.

O Governo, se passar, se o Partido Socialista quiser que passe, fica à mercê da Assembleia da República. Mal amparado, minoritário, mas aprovado, ou reprovado, governará. Como o do Eng. Nobre da Costa, e mais à «direita».

O «discurso parlamentar» suporta as ambiguidades reconhecidas, a «prática política» é reconhecidamente um teste de clareza e univocidade. Diz-me a política que fazes, não me massacres com o painel das intenções. A «apresentação» está feita. O segredo socialista será mantido para dar pretexto a encontros e conversações de fim-de-semana. E, para a semana, rejeitado, ou minoritariamente consentido, o

Produtividade na zona da Reforma Agrária é de 141 contos por trabalhador

«A reacção procura criar a ideia de que tudo vai a oito e de que a Reforma Agrária está condenada à derrota. Esta 3.ª Conferência mostrou que os heróicos trabalhadores alentejanos, temperados no combate, sabem defendê-la e prosseguir-la até à vitória final...» — salientou Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, no encerramento da quarta importante iniciativa promovida pelos Secretariados Distritais das UCP's e Cooperativas e dos Sindicatos Agrícolas da zona da Reforma Agrária.

Álvaro Cunhal referiu-se também «à riqueza das intervenções, à frutuosa cooperação de trabalhadores e técnicos, ao carácter democrático dos debates», que fizeram com que a 3.ª Conferência da Reforma Agrária resultasse num atestado de competência, responsabilidade e espírito patriótico, em contraste com «os erros as falsidades e a ignorância do MAP», que permanece fechado, no seu ódio cego e vesgo contra a Reforma Agrária.

A propósito das campanhas de calúnias, propagadas pelos inimigos da Reforma Agrária, o secretário-geral do PCP sublinhou ainda que a 3.ª Conferência mostrava que as médias ou grandes explorações colectivas «se ajustam perfeitamente às características dos antigos latifúndios e à maneira de ser dos trabalhadores agrícolas».

No seu jeito habitual de transformar os discursos em diálogo com os trabalhadores, Álvaro Cunhal, ao ser interrompido

quando acusava os partidos reacçãoários, tais como o PPD, CDS e PPM, de estarem comprometidos nesta ofensiva contra a Reforma Agrária, diria sobre os assobios que se espalharam entre a assistência que «eles vão-se queixar dos assobios, mas, francamente, merecem os assobios e ainda muito mais».

Mais adiante, Álvaro Cunhal disse que «não são os trabalhadores quem está a violar a Lei, mas sim o próprio Governo. Os Governos em vez de imporem as suas leis, com matracas, deveriam antes começar a respeitar a Constituição e obrigar também os fascistas e os agrários a acatar o que nela está consagrado».

MEDO

Durante o plenário de encerramento da 3.ª Conferência da Reforma Agrária, um representante da CGTP — Intersindical diria que «o imperialismo e os seus agentes em Portugal têm medo da Reforma Agrária». E têm medo porque esta grande obra, da autoria dos trabalhadores agrícolas, constitui um dos mais sólidos pilares da democracia.

Os resultados obtidos, com base nos inquéritos feitos na grande maioria das 555 UCP's e Cooperativas Agrícolas existentes, confirmam que a Reforma Agrária já começa a ter peso na independência económica do nosso País. De acordo com os dados, nota-se uma tendência acentuada para o aumento da área cultivada. Enquanto no

tempo dos agrários se cultivava, apenas, uma área de 94.500 hectares, depois da ocupação das terras a área de cultivo tem vindo a aumentar sucessivamente, prevendo-se para a campanha agrícola de 77/78 uma área de 320 mil hectares. Isto acontece apesar das entregas de reservas, da intensificação dos processos de descapitalização das UCP's, através da «lei da Cortiça», da usurpação dos factores de produção, do corte do crédito agrícola, de uma ruína política de preços, da não concessão de créditos de investimentos, do não pagamento dos produtos entregues pelas UCP's e Cooperativas, da ausência de apoio técnico e económico. Sem falar do caso da EPAC, que, devido à sua irresponsabilidade, causou grandes prejuízos aos pequenos agricultores e UCP's e Cooperativas, ao fornecer-lhes sementes impróprias, e em tempo inadequado aos ciclos vegetativos.

Dos quadros apresentados pela 3.ª conferência da Reforma Agrária convém salientar o significativo aumento da área de regadio que permitiu produzir mais arroz, mais tomate, mais milho. Enquanto os agrários cultivavam somente uma área de 9300 hectares com estas culturas os trabalhadores semearam, em 77/78, 20 mil hectares e prevêem, para a campanha deste ano, uma área de 23000 hectares. Note-se que o MAP tem entregue aos agrários largas áreas irrigadas em prejuízo das Cooperativas e UCP's.

Os valores apresentados na 3.ª Conferência da Reforma Agrária, quanto à produtividade dos trabalhadores, são também um frontal desmentido às afirmações dos agrários e até de alguns governantes. Na verdade, a produtividade média do trabalho agrícola em Portugal é de 52 contos por trabalhador. No tempo dos agrários essa produtividade variava nos latifúndios entre 52 e 68 contos. Hoje, nas UCP's e Cooperativas a «produtividade média do trabalho é de 141 contos por trabalhador, ou seja, quase o triplo do País e o dobro do máximo conseguido no tempo dos agrários».

SALÁRIOS

Como não podem os trabalhadores agrícolas deixar de defender a Reforma Agrária se ela lhes trouxe uma melhoria substancial das suas condições de vida? Antes do 25 de Abril havia desemprego generalizado durante largas épocas do ano, havia ranchos de homens a pedir às portas dos agrários. Trabalhavam de sol a sol e passavam fome negra. Não tinham nem assistência médica e social, nem Previdência. Muitos viram-se obrigados a emigrar para o estrangeiro.

Estas duas condições geraram uma elevada consciência de classe entre os assalariados agrícolas alentejanos e ribatejanos. Embora a repressão fosse feroz os trabalhadores souberam organizar-se, sobretudo devido ao trabalho desenvolvido pelo Partido Comunista Português. Alguns deles, comunistas, tomaram na luta, como Catarina Eufémia, Germano Vidigal, José Adelino de Sousa dos Santos, Alfredo Lima e outros.

Depois do derrube do fascismo formaram-se os Sindicatos Agrícolas na zona da Reforma Agrária, que hoje contam, já, com 125000 sócios. As primeiras tarefas dos Sindicatos dirigiram-se contra a sabotagem económica, contra os despedimentos e pela contratação colectiva.

A fixação das 8 horas de trabalho para o campo, a elevação dos salários, a consagração do salário mínimo, o direito a férias e a feriados, o transporte assegurado, a proibição de despedimentos sem justa causa, a semana das 45 horas, o pagamento das horas extraordinárias foram, entre outras, as primeiras grandes conquistas dos trabalhadores rurais do sul.

A questão da contratação colectiva e salários foi bastante debatida numa das secções da 3.ª Conferência, tendo-se concluído que o aumento do custo de vida e a baixa do salário real, exigem a saída das Portarias do Trabalho Rural, cujos projectos foram apresentados, em 1976 pelos Sindicatos Agrícolas de Santarém, Lisboa e Setúbal, e depois, no ano seguinte, pelos Sindicatos Agrícolas do Alentejo, no Mi-

nistério do Trabalho.

No entanto, os delegados acentuaram nas suas intervenções que os trabalhadores deveriam combater «as exigências irrealistas de oportunistas, nomeadamente esquerdistas, quanto aos aumentos incompatíveis». Disse-se, ainda, (e foi incluído nas conclusões) que na impossibilidade de pagamento parcial ou total dos salários, as UCP's e Cooperativas devem proporcionar formas directas de remuneração aos cooperantes com os seus próprios produtos, criando-se, para isso, pequenas hortas individuais e colectivas.

Mas as reivindicações dos trabalhadores agrícolas continuam expressas nos projectos de portarias. Reivindicações que coincidem com o aumento de salários, extensão gradual aos trabalhadores rurais das garantias alcançadas pelos trabalhadores em geral, remuneração do trabalho de acordo com o grau de especialização exigida ou dureza, definição rigorosa do trabalho rural de forma a não deixar trabalhadores na situação de desprotecção, proibição dos despedimentos, alargamento do regime geral da Previdência a todos.

Dirigentes do PCP e da Frelimo conferenciam em Maputo

Principiaram em Maputo conversações entre o Partido Comunista Português e a Frelimo. Uma delegação do PCP chegou ontem de manhã a Moçambique — constituída por Carlos CVOSTA, MEMBRO DA Comissão Política do Comité Central, e por Carlos Carvalhas, também membro do Comité Central — reuniu-se com o secretário de Relações Exteriores

do Comité Central da Frelimo, Joaquim Chissano (ministro dos Negócios Estrangeiros da RPM), e com outros dois elementos do Comité, José Ganância e Bonifácio Gruveta.

À noite, Chissano ofereceu um jantar aos visitantes, que hoje se avistam com o secretário do Comité Central para a Política Económica, Marcelino dos Santos (ministro do Plano).

MUNICÍPIO DE OEIRAS AVISO

CONCURSO PÚBLICO PARA ANTEPROJECTOS DE UM MONUMENTO AO 25 DE ABRIL



O Município de Oeiras abre concurso público, entre portugueses, para apresentação de anteprojectos para um Monumento ao 25 de Abril, a realizar na zona Parque/Anjos — antigo Largo da Estação, em Algés.

Concebe-se tal monumento, fundamentalmente, como um espaço apto à comunicação e significativo dos ideais do 25 de Abril de 1974 — a Democracia e a Liberdade.

Tal espaço deverá, em termos gerais, responder aos objectivos adiante enunciados:

1. Realização económica, permitindo eventualmente, em parte ou no todo, a colaboração de mão-de-obra voluntária, e podendo prever, em função da natureza temporária ou definitiva dos seus elementos, uma concretização evolutiva ou uma transformação no tempo.
2. Presença de elementos construtivos que definam um volume em condições de visibilidade e de identificação a grande distância.
3. Inserção de um dispositivo ou instalação de informação sobre as lutas pela Democracia e pela Liberdade, culminando no Movimento de Abril, que constitua um motivo de visita útil à juventude escolar e a todos os outros visitantes nacionais ou estrangeiros.
4. Aptidão para realização de manifestações colectivas, de cariz variado, cívicas, culturais e outras, centradas na convivência e aproximação entre as pessoas.

Serão atribuídos três prémios de Esc. 20 000 cada um, que a CMO considera como valor simbólico, destinado a indemnização por despesas — esperando que os concorrentes façam do próprio acto do concurso uma homenagem ao 25 de Abril. Destes três prémios será escolhido um anteprojecto para execução.

O Secretariado do Concurso, que funciona na CMO, recebe inscrições até 15 de Dezembro de 1978, às 17,30 horas.

No acto de inscrição serão entregues aos concorrentes o regulamento e a planta topográfica do local.

O Secretariado do Concurso presta esclarecimentos, nos termos do regulamento, todos os dias úteis, das 14 às 17,30 horas.

A entrega das propostas deve fazer-se até 15 de Fevereiro de 1979, às 17,30 horas.

Câmara Municipal de Oeiras, 29 de Novembro de 1978.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS ASSEMBLEIA GERAL (SESSÃO EXTRAORDINÁRIA) CONVOCATÓRIA

Ao abrigo da alínea c) do Artigo 24.º e do Artigo 25.º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas — em SESSÃO EXTRAORDINÁRIA — para o dia 18 de Dezembro de 1978, às 20.30 horas no PAVILHÃO DOS DESPORTOS, em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- PONTO ÚNICO — Análise da actuação dos Corpos Gerentes e deliberação sobre:
- a) Destituição dos Corpos Gerentes;
 - b) Eleição de Comissões Provisórias, no caso dos Corpos Gerentes serem destituídos.

Lisboa, 30 de Novembro de 1978

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL a) Joaquim Cardoso Martins

NOTA:

Para ingresso na Sala da Assembleia Geral é obrigatória a apresentação do cartão de sócio efectivo do Sindicato, ou desde que exiba outro documento identificativo, credencial passada pelo Sindicato. Não serão atendidos casos de abonação por outros sócios.

Todos os sócios devem preencher os nomes na folha de presenças.

A Sessão terminará imperitavelmente às 0 h 30 m, em virtude das normas internas da CML.

ARTIGO 27.º DOS ESTATUTOS

As reuniões extraordinárias requeridas pelos sócios nos termos da alínea c) do artigo 24.º não se realizarão sem a presença de, pelo menos, cem dos requerentes, pelo que será feita uma chamada no início da reunião pela ordem por que constem os nomes no requerimento, a qual será repetida meia-hora depois em relação aos nomes em falta.

Salvador Caetano tem o prazer de anunciar aos seus clientes e ao País que a montagem TOYOTA atingiu, em 8 anos apenas, o significativo número de 70.000 unidades. Este número, só por si, exprime bem a confiança que o público português tem na Empresa Salvador Caetano, na sua capacidade e prestígio, para além de demonstrar a preferência dada à qualidade, à comodidade e à segurança TOYOTA.

TOYOTA

 veio
para ficar
E FICOU MESMO

Salvador Caetano
I.M.V.T. - S.A.R.L.

70000



HABITAÇÃO SOCIAL NÃO EXISTE?

Dezenas de pessoas prejudicadas por uma firma construtora

Dezenas de pessoas encontram-se neste momento numa situação desesperada, porque depois de terem entrado com um sinal de 300 contos (na sua maior parte conseguido através de empréstimos), para aquisição de fogos de habitação social construídos pela firma Amadeu Gaudêncio, vêem-se repentinamente sem quaisquer direitos à ansiada habitação e na eminência de nunca a chegarem a possuir, além de poderem perder a importância do referido sinal.

No Artigo 65. da Constituição da República, consagrando o direito à habitação, pode ler-se: 1) «Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a vida privada familiares».

E nas disposições subsequentes para assegurar o direito à habitação pode ler-se: b) «Incrementar e apoiar a iniciativa da Comunidade local e da população tendente a resolver o respectivo problema de habitação e a criar cooperativas de habitação». No n.º 3 destas disposições garante-se: «O Estado adoptará uma política tendente a estabelecer um sistema de empréstimo compatível com o rendimento familiar e de acesso a habitação própria».

O JOGO DO EMPURRA

Todavia, este princípio constitucional parece merecer cada vez menos o apoio e a atenção

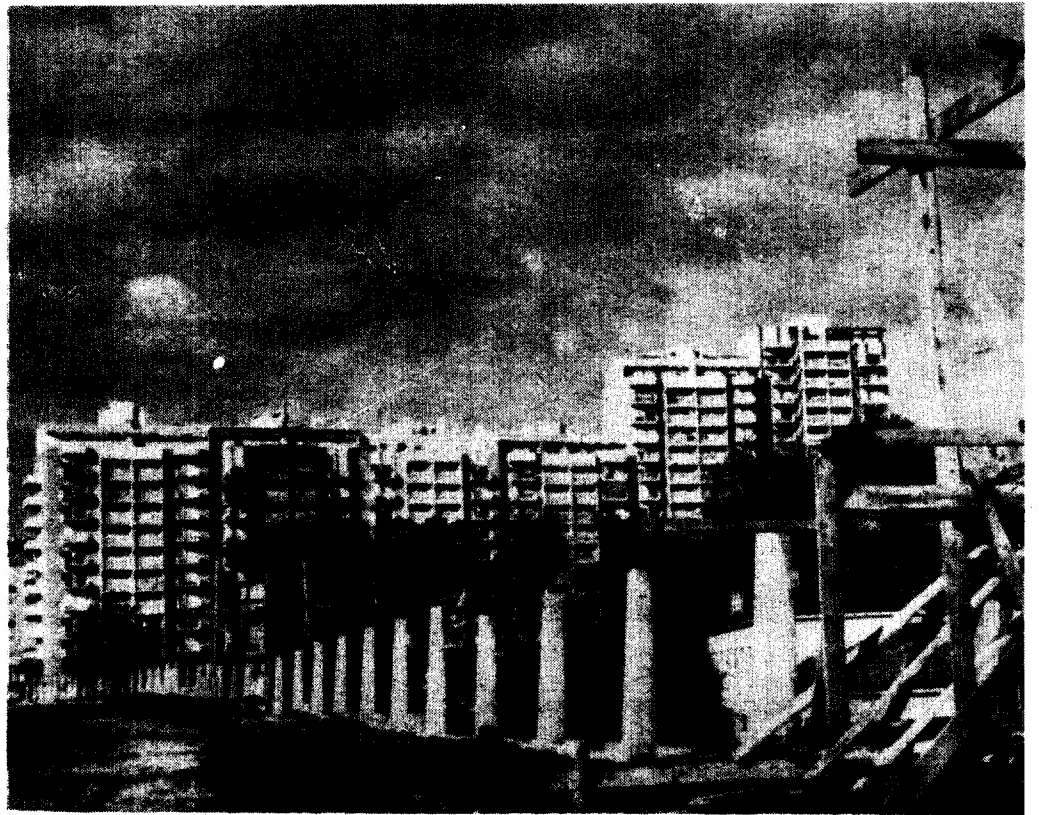
das entidades que têm a seu cargo a solução do cada dia mais agravado, problema habitacional. As cooperativas para habitação social vêm os créditos cortados e as iniciativas a título individual para a aquisição duma casa, mesmo modesta, morrem por falta de estímulos, por dificuldades de toda a ordem e, por fim algumas são simplesmente boicotadas por manobras pouco claras que ninguém com autoridade parece disposto a investigar. Pode-se dizer que devido a métodos que merecem sérias reservas quanto à sua legitimidade e à ambiguidade de uma lei que os permite, se encontram prejudicados no nosso país milhares de casos de aquisição de habitações, com a consequente revolta das pessoas, ao verem que, muitas vezes, não só lhes coarctam o direito a uma habitação condigna, como ainda por cima correm o risco de perder, sem proveito algum, as poupanças que sacrificaram na tentativa de compra duma casa. Temos um exemplo para apre-

sentar e que exemplo!

No âmbito de um contrato de desenvolvimento para habitação a empresa Amadeu Gaudêncio iniciou, em Junho de 1978, a comercialização das habitações por si construídas na Quinta dos Condes (Carnide, Lisboa). Um das dezenas de pessoas, interessadas na aquisição das referidas habitações, na altura em fase final de construção, firmaram contratos de promessa com a empresa, na convicção de que a celebração das escrituras estaria para breve.

Depressa, porém, a realidade mostraria aos compradores que não é assim tão fácil ter uma casa, mesmo quando se decide arriscar anos e anos de canseira e que se vão transformar, (já que poucos são os que neste país podem pagar a totalidade do preço duma casa), nos 30 por cento exigidos no acto do contrato de promessa. Neste caso, os compradores das habitações de Amadeu Gaudêncio, na Quinta dos Condes, deram uma entrada de cerca de 300 contos, conseguidos, na sua maioria, através de empréstimos solicitados a familiares ou particulares. Apesar dessa «entrega de capital», a empresa construtora recusa-se a dar as chaves.

De facto logo que os quase 300 contos de «sinal» entraram nos cofres da Amadeu Gaudêncio e para espanto dos compradores, começou um confrangido rol de confusões e impasses, tão escandaloso quanto é certo estar inserido num programa de habitação social promovida pelo Estado e que por isso mesmo devia ser duma lisura impecável. Assim, assistiu-se a uma certa jogada do «empurra» em prejuízo evidente dos compradores que já tinham largado o seu dinheiro. Apesar das habitações terem sido concluídas, o contrato entre o Fundo de Fomento da Habitação e a empresa construtora e o Crédito Predial Português, que é a entidade financiadora, ainda não está assinado. Pensa-se (pensam os directamente prejudicados) que uma das razões poderá estar no facto



As condições para a aquisição de habitação social degradaram-se de tal modo, que quase deixaram de existir

de a empresa se recusar a proceder ao registo provisório de hipoteca dos edifícios. Já não serão tão claros os motivos de tal recusa...

QUEM INTERVÉM?

Mas embora se «esquecesse» de entregar as chaves, a Amadeu Gaudêncio não se esqueceu de escrever aos compradores, anunciando-lhes esta excelente notícia: a partir de 15 de Setembro do ano em curso, começavam a pagar juros pela parte da casa que ainda não fora paga. E o que se chama levar a corda e o porco do pobre aquisitor.

Esta situação vem, naturalmente, criar uma data de problemas aos compradores, pois para além de perderem o rendimento do sinal, continuam a pagar as rendas das casas que habitam actualmente, o que, com os juros exigidos, acaba por trazer um encargo que se aproxima (quando não ultrapassa) os vinte contos mensais por família.

Por sua vez, o Crédito Predial, na probabilidade da falta de confiança na estrutura financeira da Amadeu Gaudêncio, não concede aos malogrados compradores os empréstimos necessários à aquisição total das habitações devolutas. E chegou-se, deste modo, a uma situação de «saco roto»: os compradores dos fogos em causa encontram-se na eminência de duas coisas absurdas,

mas que os podem atingir, de um momento para o outro, com toda a sua cruel realidade: 1) Como não existe nada na lei que assegure as devoluções, os interessados arriscam-se a ver o dinheiro dos sinais, por um óculo; 2) Como o Crédito Predial Português não lhes permite o acesso ao empréstimo para a aquisição total, todos os esforços dos compradores se maldogam contra o obscuro mundo de silêncios, escusas, fintas e compassos de espera que lhes atiram para debaixo dos pés. Quer dizer: existe entre os compradores, o legítimo temor de que, de um momento para o outro, se vejam sem casa e sem o seu dinheiro. E a irem por este caminho...

Sobre este caso é boa altura de referir que os problemas que surgiram aos compradores das habitações da Quinta dos Condes (firma Amadeu Gaudêncio) são semelhantes aos problemas criados com outras comercializações afectas ao citado Contrato de Desenvolvimento e na qual estão envolvidas empresas como a Opercal, de Sintra, A. Santana de Araújo, em Almada, e mais umas quantas. Se não houver, a nível governamental, o senso de chamar à razão organismos e indivíduos, de forma a dar alguma ordem e a moralizar este estado de coisas, poderemos desparar com uma torrente de insolvências e de ilegalidades que deixarão em desespero milhares e milhares de pessoas.

Para além do mais, há que pôr em relevo dois pontos: o primeiro refere-se ao valor da venda de fogos, que foi permitido através

do despacho normativo 115/78 de 18 de Maio do Fundo de Fomento da Habitação, o qual é superior por fogo a uma centena de contos. Esta decisão é considerada pelos juristas como ilegal, posto que vem alterar o fixado anteriormente no Dec.-Lei 412-A-77, havendo quem diga ter sido o expediente encontrado uma via para evitar uma discussão minimamente séria a nível do Conselho de Ministros.

O segundo dos pontos a relevar é, naturalmente, o da comercialização dos fogos. Na realidade, segundo o Decreto Regulamentar 15/78 de 18 de Maio (n.º 3 do Art. 9), «o sinal não pode ser superior ao resultante da aplicação do regime do crédito bonificado». Entretanto, o que ocorre é que as empresas exigem valores muito superiores aos estipulados (cifrando-se, como já vimos no caso Amadeu Gaudêncio, em 30% sobre o valor de venda dos fogos), sem que o Fundo de Fomento tome medidas, possibilitando o afastamento da compra de habitação social (assim chamada) muitas pessoas cujo rendimento e poupança não lhes permite dispor daquela quantia.

Não será de mais afirmar, portanto, que as condições para a aquisição de habitação social se degradaram de tal modo, que quase deixaram de existir. Realidade crua que o caso relatado demonstra até à saciedade, permitindo-nos pensar que quem faz a lei de compra e de venda não são as entidades governamentais ou os organismos de responsabilidade e sim os empresários.

COMPRE AGORA... ...E PAGUE ATÉ 12 MESES

TELEVISORES, FRIGORÍFICOS, ARCAS CONGELADORAS, MAQUINAS DE LAVAR ROUPA E LOIÇA, FOGÕES, MAPLES, MOBILIAS, ALCATIFAS, ETC.

RÁDIO PRIMAVERA Rua Gomes Freire, 9-B Lisboa - T. 549406 574042

PUB

fp **LISTA** **C**

VOTA 16/DEZ.

SEDE DA LISTA (junto ao Sindicato)

Rua Rodrigues Sampaio
N.º 79 — R/C — Esq.º

Permanências:
Das 11H30 às 20H00

Sindicato

Lista C

Plenário de apoiantes

DIA 6 — 4.ª FEIRA — ÀS 21 HORAS

— NO LNEC

Por uma nova Acção Sindical

CONSTRUÇÕES PENTÁGONO

**SOMOS OS PRÓPRIOS:
VENDEMOS O QUE CONSTRUÍMOS,
DANDO GRANDES FACILIDADES
DE PAGAMENTO, COM ENTRADAS
DESDE 5%.**

Não crie mais problemas na sua vida de tantos afazeres **telefone-nos** ou **escreva** e solicite a presença de um delegado nosso, à hora que entender e no local que melhor lhe convier. Será claramente elucidado sem qualquer compromisso.

**TEMOS ANDARES E LOJAS EM
LISBOA, ALMADA, LARANJEIRO,
COVA DA PIEDADE, QUELUZ E PAREDE**

Rua Marques da Silva 99-2.º (à Portugalá)
Telf. 548747—532702—573712 LISBOA

CASTELO BRANCO Novo serviço de comboios

Castelo Branco, 5 — Um novo serviço de comboio com porta-automóveis passará a fazer a ligação a partir do próximo dia 4 de Dezembro, entre Lisboa e Castelo Branco, em 3 horas e 35 minutos, com paragens intermédias em Santarém, Entron-

camento, Abrantes e Alferre-rede.

Com partida, desta cidade, às 8 e 30 e chegada a Lisboa às 12 e 5, o novo comboio partirá da capital às 20 e 20 chegando a Castelo Branco às 24 horas.

Quatro mil pessoas chamaram o "115" em Outubro

Durante o mês de Outubro, o «115» foi chamado a 3806 casos, sendo os mais numerosos por doença súbita (1684), acidentes (846) e por queda (277).

No mesmo mês, a PSP elaborou 11 383 participações, entre as quais 2125 por acidentes de trânsito e 1576 relativas a achados.

4862 queixas, sendo as mais numerosas por furto, roubo e arrombamento (1590), por agressão (1109) e por injúrias ou difamação (496).

Foram efectuadas 958 capturas e detenções, apreendidas 34 armas e 70 munições diversas e registaram-se seis deflagrações de engenhos explosivos.

TRIBUNAL DE POLÍCIA

Relações sexuais remuneradas

A linguagem codificada da lei penal é fria. Sóbria, mesmo. No caso em questão, fala de «relações sexuais remuneradas» e adianta as consequentes sanções.

O juiz de turno no tribunal, feito como é da massa humana, acrescentou algo mais a esta frieza da lei:

«A prostituição é em si condenável, do ponto de vista legal e, principalmente, do ponto de vista social. Bem sabemos que nas condições económicas e sociais do País, a prostituição é uma tábua de salvação a que muitas raparigas se agarram. Mas se é desculpável quem a ela recorre, por estado de necessidade, já não o é quem se serve da prostituição e das dificuldades alheias para tirar lucros pessoais. É por isso que a senhora vai condenada».

Por junto, foram uns 50 contos, a pagar no prazo de dez dias por D. Gertrudes, acusada em tribunal de alugar quartos para ali serem «mantidas relações sexuais remuneradas», coisa que o artigo segundo do Decreto-Lei n.º 44.579 não consente.

Sabe-se como é. A brandura dos salazarentos costumes fechou as casas de passe. Mas quem nelas vivia e trabalhava, quem delas vivia e as explorava, não retirou a banhos nem, provavelmente, se dedicou à compra e venda de acções no mercado de títulos, entretanto fechado

e a sua fauna despachada para outras compras e vendas, nesta sociedade do

lucro erigido em padrão de respeitabilidade.

Só que o «comércio» explorado pela «empreendedora» D. Gertrudes não gozava da beatífica respeitabilidade de outras indústrias e outros empreendedores. Tratava-se, tão-só, de aproveitar um quarto vago (um bem precioso nos tempos de hoje!) e nele pôr a funcionar adequada «mão-de-obra» para lhe extorquir as competentes mais-valias.

«Muito homem entra e sai daquela casa», queixava-se a vizinhança e acusa, agora, o Tribunal. Queixas feitas, Judiciária à porta, um cliente (ainda fresco) disposto a colaborar, todos no elevador a caminho do oitavo andar e a prova provada das «relações sexuais remuneradas».

Dois cidadãos anónimos no quarto de D. Gertrudes: ela Maria de Jesus; ele Joaquim de Jesus. Outros clientes à porta, chegados de hora a hora, todos dispostos a reparar em partes iguais (metade para a jovem Maria, metade para a «empreendedora») os 250 escudos exigidos.

Agora, no austero tribunal, em fim de tarde chuvosa, uma condenação pesada, uma reprimenda pesadíssima. As testemunhas de defesa: «Eu deixava-lhe o meu neto pequeno, ia-o lá buscar todos os dias e nunca notei nada!», as desculpas da ré: «Não era nada disso, sr. doutor juiz, ela é especialista de cortinados e sabia lá eu quem ela metia no

quarto e o que é que faziam!» e as considerações de ordem sociológica, feitas pelo juiz, nada acrescentaram de substancial aos 50 contos a pagar no prazo de dez dias.

E, é claro, nem adiantaram nada para que nas calçadas e avenidas, nos bares dos bairros pobres e nos clubes finos de senhores ricos, portas adentro da classe média desenhada e em decomposição, nesta sociedade em mudança, se deixe de comerciar e praticar as «relações sexuais remuneradas».

Tratava-se apenas de mais um caso no Tribunal de Polícia e, é bom de ver, da respectiva notícia.

Notícia que não leva a identificação completa da ré (ainda que exerça uma actividade de «intermediária» punida na lei) porque toda a gente tem direito ao bom nome.

Especialmente quando se é uma mulher só e já ficaram para trás cinquenta anos cansados.

Também não vão ler na notícia o local do «crime», ainda que seja provável alguém perguntar «onde é que fica a casa, onde é?». Temos muita pena: o quarto já foi selado, a mobília arrolada e vai ser vendida a favor da assistência pública. Se já é incómoda a prática de «relações sexuais remuneradas», mais incómodo é, de costado no chão, num quarto frio do Bairro das Colónias.

DANIEL REIS

SENTENÇA LIDA ONTEM NO PORTO

Onze anos de prisão para um raptor

PORTO, 5 — Em sentença proferida ontem à tarde, no 2.º Juízo Criminal em S. João Novo, o Tribunal condenou os autores do rapto do pequeno Gonçalo, de 5 anos, ocorrido em Junho último, na Foz do Douro, como então o «DL» noticiou, o industrial Filipe Manuel Fortuna Rodrigues, de 46 anos, e Maria Albina Gomes, menor de 16 anos, respectivamente em onze anos de prisão maior e treze meses de prisão. Recorde-se que o rapto do pequeno Gonçalo Gaspar Barbosa da Silva se verificou quando ele

brincava num jardim próximo de casa e que os raptos conseguiram, não obstante o pouco tempo que a PJ lhes deu para permanecerem ignorados (cerca de 24 horas), um resgate de 500 contos entregue pela família da criança. Os réus foram ainda condenados no pagamento, solidariamente, de 25 contos ao Gonçalo e 50 contos aos seus pais.

O Tribunal, para os treze meses de prisão aplicados à Maria Albina, considerou as atenuantes da sua idade, o bom comportamento anterior, a confissão espontânea e o arrependimento. Para o outro réu considerou apenas a confissão parcial e as suas circunstâncias. As dificuldades suscitadas pela lei penal vigente, carecida de actualização para este tipo de crimes, foram também objecto de referência pelo Tribunal, nomeadamente quanto à verificação, neste caso, do crime de cárcere privado, já que o pequeno Gonçalo não chegou a estar 24 horas em poder dos raptos.

brincava num jardim próximo de casa e que os raptos conseguiram, não obstante o pouco tempo que a PJ lhes deu para permanecerem ignorados (cerca de 24 horas), um resgate de 500 contos entregue pela família da criança. Os réus foram ainda condenados no pagamento, solidariamente, de 25 contos ao Gonçalo e 50 contos aos seus pais.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA FESTA DE NATAL

NO DIA 10 DE DEZEMBRO ÀS 15 HORAS NO PAVILHÃO
DOS DESPORTOS

O Sindicato leva a efeito uma Festa de Natal DEDICADA AOS FILHOS DOS NOSSOS ASSOCIAOS com o seguinte

PROGRAMA

Teatro Infantil
Palhaços
Canções Infantis
e Variedades

Os bilhetes estão em distribuição a partir do dia 4 de Dezembro de 1978 na Secretaria da Direcção, Rua Braamcamp, 9-3.º Esq.º, Lisboa, e na Delegação de Torres Vedras, Av. 5 de Outubro, 27-3.º Dt.º.

PEL' A DIRECÇÃO

PUB

Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

CONVOCATÓRIA

Convocam-se os sócios deste Sindicato até ao número 31 170 (numeração actualizada) inclusive e que estejam em pleno gozo dos seus direitos sindicais, para a Assembleia Geral — VOTAÇÃO DOS ESTATUTOS — a realizar no dia 14 DE DEZEMBRO DE 1978.

ORDEM DE TRABALHOS:

VOTAÇÃO DOS ESTATUTOS

Concorrem à votação 5 (cinco) Projectos de Estatutos:

- PROJECTO — «A»/«G» — subscrito pelos colegas Miguel C. Pacheco, Victor Gonçalves, António Cabecinha, Alberto Vieira e César Anselmo de Castro.
PROJECTO — «C» — subscrito pela Comissão Distrital de Delegados de Santarém.
PROJECTO — «D» — subscrito pelos colegas Jaime Ribeiro, Boaventura Antunes e outros.
PROJECTO — «E» — subscrito pelos colegas Daniel Cabrita, Joaquim Marques, Beatriz Nunes, Martins Cabral e outros.
PROJECTO — «F» — subscrito pelos colegas João Carlos Semão, António Augusto e outros.

Nos termos dos Artigos 79.º e 83.º dos Estatutos, a Assembleia Geral — VOTAÇÃO DOS ESTATUTOS — funciona das 8 às 24 horas e os sócios votam no Distrito em que exercem a sua actividade efectiva e nos locais a seguir indicados:

DISTRITO	LOCAL DA ASSEMBLEIA	LOCALIDADE
LISBOA	União das Associações de Comerciantes do Distrito de Lisboa Rua Castilho, 14	LISBOA
ANGRA DO HEROÍSMO	R. de S. João, 111-1.º	ANGRA DO HEROÍSMO
BEJA	Pr. Diogo Fernandes, 9	BEJA
CASTELO BRANCO	Av. 1.º de Maio, 39-2.º Dt.º	CASTELO BRANCO
a) Castelo Branco, Alcains, Idanha-a-Nova, Sertã e Proença-a-Nova		
b) Covilhã, Fundão, Tortosendo e Belmonte.	R. Marquês de Ávila e Bolama, 270	COVILHÃ
ÉVORA	R. do Raimundo, 95-1.º Dt.º	ÉVORA
FARO	R. Vasco da Gama, 54-2.º Dt.º	FARO
a) Faro, Loulé, S. Brás de Alportel, Olhão, Tavira, Vila Real St.º António, Castro Marim e Alcoutim		
b) Portimão, Vila do Bispo, Lagos, Monchique, Lagoa, Silves, S.B. Messines, Albufeira e Aljezur	Lg. D. João II, 35-1.º	PORTIMÃO
FUNCHAL	R. das Murças, 25	FUNCHAL
HORTA	Lg. do Bispo D. Alexandre, 3-r/c	HORTA
PONTA DELGADA	Praça 5 de Outubro, 9-1.º-E	PONTA DELGADA
PORTALEGRE	Praceta dos Lusíadas, s/n.º 1.º esq.	PORTALEGRE
SANTARÉM	Lg. do Seminário (Lg. Sá da Bandeira), 22-1.º	SANTARÉM
SETÚBAL	Av. 5 de Outubro, 19-A 4.º Dt.º	SETÚBAL

DOS ESTATUTOS:

- Nos termos do Artigo 81.º a identificação dos eleitores será efectuada através do CARTÃO de SÓCIO, na sua falta por meio do BILHETE DE IDENTIDADE ou qualquer OUTRO ELEMENTO IDENTIFICATIVO com fotografia.
- Nos termos do Artigo 82.º dos Estatutos é permitido o voto por correspondência desde que:
 - O Boletim de Voto esteja dobrado em quatro com os nomes voltados para dentro e contido em sobrescrito individual fechado;
 - Do referido sobrescrito conste o número e a assinatura do sócio reconhecida por notário ou abonada pela autoridade administrativa;
 - Este sobrescrito seja introduzido noutro, também individual, endereçado ao Presidente da respectiva Mesa de Voto por correio registado; (Os sócios que quiserem utilizar os sobrescritos próprios já endereçados, emitidos pelo Sindicato, devem solicitá-los às Comissões Distritais ou Comissões de Delegados por Banco).
- Não é permitido o voto por procuração.

• • • • •

NOTA: Só serão considerados contáveis, os votos por correspondência entrados nas respectivas Mesas de Voto até às 24 horas do dia 14 de DEZEMBRO DE 1978. Chamamos contudo a atenção dos Bancários, para a necessidade dos votos por correspondência serem remetidos com a devida antecedência.

Lisboa, 21 de Novembro de 1978

SAUDAÇÕES SINDICAIS
O PRESIDENTE DA M.A.G.
a) Joaquim Cardoso Martins

Sentença de Edmundo Pedro na segunda

A sentença de Edmundo Pedro «deverá ser conhecida na próxima segunda-feira, às 11 horas, na quinta audiência do julgamento do dirigente socialista e de sua sobrinha, Adelaide Pedro, contra a qual «nada se provou», conforme referiu o seu patrono, Graça Leal, na sessão da passada semana. Tudo se conjuga para que a sobrinha de Edmundo Pedro seja absolvida e, sobre a sentença que o Colectivo de Almada deverá proferir no próximo dia 11, também aquele manifestou a sua convicção na absolvição. Antes da audiência de ontem, aliás, Edmundo Pedro, ouvido pelo «DL», foi peremptório: «Se eu fosse condenado que é que haveria de acontecer aos oficiais igualmente envolvidos na distribuição e recolha de armas?».

A sessão de ontem, que principiou cerca do meio-dia e não durou mais que uma hora, foi preenchida com a leitura dos quesitos, que parecem indicar a absolvição de Edmundo Pedro, acusado de «posse e transporte de armas de guerra», quando em Janeiro do ano corrente foi apenado pela G. Fiscal. Aliás, o dirigente do PS compareceria no local onde uma camioneta foi interceptada pela Guarda Fiscal depois da «operação», na qual esteve envolvida a sobrinha, que ignorava completamente que aquela transportava armas para devolver ao EME. A leitura dos quesitos, todavia, levou à sala certa efervescência, pois que o delegado do Ministério Público, José Alves Cardoso, declarou interpor recurso para o Tribunal de Relação por ver indeferido um requerimento que visava a ane-

xação ao processo de dois outros quesitos relacionados com as pistolas igualmente apreendidas em Janeiro.

O juiz-corregedor Machado Soares, ao justificar o indeferimento da pretensão, foi taxativo ao sublinhar que os quesitos não tinham qualquer interesse para a causa, no primeiro caso, em nada contribuindo para excluir

ou diminuir a responsabilidade do réu, no segundo. Sobre a formulação do último quesito pronunciou-se o dr. Francisco Sousa Tavares, patrono de Edmundo Pedro, que classificou a insinuação do delegado do MP, contida no segundo quesito indeferido pelo Tribunal, como «tendenciosa» e «gravíssima».

O dirigente do PS fará, na

próxima segunda-feira, a leitura de um documento, em tribunal, que visa não só repudiar as referências feitas pelo delegado do MP na penúltima audiência, sobre o processo de suspeita de contrabando de electrodomésticos, como aclarar de uma vez por todas as «especulações que sobre o caso têm vindo a ser feitas de forma malévola».

Pinheiro de Azevedo "iniciou" julgamento de Vasco Gonçalves

A presença do almirante Pinheiro de Azevedo, cuja falta, na qualidade de testemunha de defesa do queixoso, originara o adiamento das sessões anteriores, motivou finalmente ontem à tarde no 14.º Tribunal Cível de Lisboa, o início do julgamento da acção intentada contra o general Vasco Gonçalves pelo ex-director do semanário «Liberdade», eng. Luís Arouca, o dirigente do PDC pede uma indemnização de 200 contos, com base em alegadas ofensas ao que afirma ser o seu «prestígio interno e internacional», através de um ofício que, em Junho de 1975, o adido de Imprensa do general Vasco Gonçalves enviou ao Instituto Internacional de la Presse, de Zurique, no qual, em resposta a um pedido de informações da citada entidade se referia à detenção de Luís Arouca como relacionada com a

sua intervenção nos acontecimentos do 11 de Março.

Esta acção já teve uma decisão favorável ao general Vasco Gonçalves no Tribunal de Relação de Lisboa, que, ao abrigo do Código de Processo Civil, num recurso de agravo, se substituiu ao Tribunal de Primeira Instância, julgando a acção improcedente no despacho saneador, por considerar que a mesma não tinha fundamento legal.

No decorrer do seu depoimento, o almirante Pinheiro de Azevedo mostraria a sua profunda preocupação pelo facto do eng. Arouca ter sido considerado «fascista no estrangeiro», face à sua detenção no 11 de Março. «Porque — diria Pinheiro de Azevedo — o 11 de Março foi uma revolução fascista para o estrangeiro e o prestígio do eng. Arouca foi afectado pelo cognome de fascista».

«E se acaso, como aconteceu, considerassem no estrangeiro o general Spínola como fascista o senhor almirante ficaria preocupado», perguntar-lhe-ia o dr. Luís Francisco Rebelo, um dos advogados do general Vasco Gonçalves. Resposta de Pinheiro de Azevedo: «Claro, senhores doutores juizes, que ficaria preocupado, pois eu não considero o general Spínola fascista». Comentário do dr. Francisco Rebelo, perante a hilaridade da assistência: «É uma opinião. Mas, senhor almirante, nós somos os advogados de de-

fesa. Os juizes estão ali». Outra testemunha de Luís Arouca: major Sanches Osório. Pelo general Vasco Gonçalves depuseram o almirante Rosa Coutinho, os comandantes Martins Guerreiro e Duarte Lima e o major Pinto Soares.

No final da sessão o dr. Francisco Rebelo requeria a junção aos autos de uma certidão passada pela Secção Administrativa do Instituto Superior de Economia, na qual se certifica que de um ofício existente naquela escola consta que o Instituto não fez nova proposta de contratação de Luís Arouca, por este não se ter apresentado ao serviço quando terminou a sua bolsa de estudos. Consta também no referido documento que tal bolsa de estudos terminou em 3 de Dezembro de 1974, e, em Setembro de 1975, o referido licenciado ainda não tinha comparecido no Instituto.

Em face de tal certidão, e dado que Luís Arouca alegou que foi em consequência do teor do ofício endereçado ao Instituto Internacional de la Presse que o Instituto Superior de Economia, onde era professor, não lhe prorrogaria o contrato, Luís Francisco Rebelo concluiu que Luís Arouca deve ser condenado em multa e indemnização como «litigante de má-fé», o que requereu ao tribunal.

O julgamento prossegue na próxima quinta-feira, a partir das 14 e 30.

Do silêncio à dúvida

E assim como o silêncio dum deserto. Talvez eu não diga bem. É assim como o silêncio duma abadia (ou como o silêncio de um furto sorrateiro que o padre António Vieira, ou quem quer por ele, averbava na sua «Arte Disso Mesmo, de Furtar»). Mas é indiscutivelmente um silêncio. É isso. É o silêncio do ruído que não faz quem sabe passar por detrás do palco sem que ninguém dê por isso. É este o silêncio de Mota Pinto. O silêncio com que forma o Governo: primeiro, assim com os ministros e agora, assim também, com os secretários (do estado) desses mesmos ministros. O silêncio que o eng.º Nobre da Costa não foi capaz de ter sob o sol do Algarve e nas banhoas bronzeadas das braçadas «flash» que tanto tantos invejamos no Verão a pique.

O silêncio, de pés-de-lá, do doutor Carlos Mota Pinto é, pragmaticamente, de se lhe tirar o chapéu. Não dá campo aos boateiros. Justiça se lhe faça. Honra se lhe preste/a.

O silêncio, de pés-de-lá, do doutor Carlos Mota Pinto (que não faz desconfiar ninguém, nem confiar ninguém — oh, lá me esquecia eu dos carneiros) é também um bom sinal de quem tem o seu nariz (é senhor do seu) e, que como quem sabe o que quer, não dá satisfações a ninguém. Não dá satisfações ao Zé-Povo.

Claro que não dá satisfações ao Povo porque não tem nada que ver com o Povo. Como diriam os senhores do Partido Socialista: «O Mota Pinto não 'passou' a prova eleitoral». É evidente que se não foi o Povo que o pôs lá em «Premier» (em *première*) que satisfações lhe pode o Povo pedir? Nenhunas.

Quem o pôs lá foi o meu Presidente, António dos Santos Ramalho Eanes que, este sim, foi lá posto pelo Povo que o votou e o fez ganhar as eleições. Escolhido pelo Povo a quem prometeu respeitar e

defender a Constituição, feita pelos constituintes eleitos pelo Povo e promulgada nesse mesmo ano. Em setenta e seis.

Mas agora me lembro que o meu Presidente, António dos Santos Ramalho Eanes, que, na sua campanha eleitoral quase tão bravia como qualquer campanha de mato, com mortos e tudo, prometia, ali a pés juntos, respeitar e defender a Constituição, não foi sujeito a nenhuma prova ou exame do estilo «leia, interprete e comente o seguinte texto» aplicado à Constituição da República Portuguesa. Que isso é que se deveria ter feito. E, logo nessa altura, ficava esclarecido quem era o meu Presidente, António dos Santos Ramalho Eanes, que os senhores do Partido Socialista não iam dar apoio, o apoio q.b., quem lê e interpreta como o meu Presidente, em setenta e oito.

Fica-me a dúvida de a Democracia Portuguesa ter cometido, ou não, um erro crasso.

Se o fez, pois tê-lo-ia evitado pedindo a Eduarda Dionísio que, sentados que fossem, em carteiras regularmente afastadas como se usa em casos que tais, os candidatos à Presidência da República, lhes pedisse «Comente o seguinte texto.», entregando, a cada um, um exemplar igual do texto da Constituição da República Portuguesa.

Nas provas escritas via-se logo. Porque todos saberiam honrar o nome que assinavam no fim da folha.

Olhem, fica-me esta dúvida.

LUÍS COELHO

EVA, LDA



CABELEIREIRO
EM
PLENA ACTIVIDADE

MARQUÊS DE POMBAL, 1
R. C. CASTELO BRANCO, 23



Caminhos de Ferro
Portugueses

AVISO AO PÚBLICO CONCURSO

Até às 17 horas do dia 13 de Dezembro de 1978, estes Caminhos de Ferro aceitam propostas para a instalação e exploração de um pavilhão na estação de Alcântara-Mar.

A anuidade mínima a oferecer pela ocupação da instalação é de 18 000\$00 e os concorrentes devem depositar em qualquer estação da C. P. a quantia de 3000\$00 e as respectivas propostas deverão ser feitas com base no programa do concurso e condições contratuais, que os interessados poderão consultar nas seguintes estações e locais:

- Alcântara-Mar
- Lisboa (Rossio)
- Serviço Comercial da Região Centro LISBOA (Santa Apolónia)
- Serviço Comercial de Passageiros Estação de Santa Apolónia, 1.º andar LISBOA-2

As propostas deverão ser feitas em carta fechada dirigida ao Serviço Comercial da Passageiros dos Caminhos de Ferro Portugueses, Estação de Santa Apolónia, 1.º andar, Lisboa-2, acrescentando-se aquele endereço, no sobrescrito, o seguinte:

«Proposta para a instalação e exploração de um pavilhão na estação de Alcântara-Mar.»

NOTARIADO
PORTUGUÊS
CARTÓRIO NOTARIAL
DE MAFRA
A CARGO DA LICENCIADA
EM DIREITO
MARIA JOSÉ PIMENTEL
PIQUEIRA E SILVA

CERTIFICO, para efeitos de publicação que, por escritura de 28 de Novembro de 1978, exarada de folhas 3 verso a folhas 4, do livro B-77, de «Escrituras Diversas», deste Cartório, foi outorgada uma escritura de «Habilitação de Herdeiros», por óbito de Maria Luísa Frutuoso, falecida no estado de casada em segundas núpcias suas e primeiras dele com António José Tenente Frutuoso, no regime da comunhão geral de bens, natural da freguesia da Carvoeira, concelho de Mafra, onde também, era residente, falecida em 28 de Janeiro de 1978. Mais certifico que na referida escritura foi instituída como única herdeira testamentária, sua sobrinha Rosa Neves Inácio Gaspar, casada no regime da comunhão de adquiridos com João Correia Gaspar, natural e residente na mencionada freguesia da Carvoeira.

É CERTIDÃO DE NARRATIVA PARCIAL que fiz extrair, a qual vai conforme ao original, nada havendo na parte omitida de escritura, que amplie, restrinja ou modifique a parte transcrita.

Cartório Notarial de Mafra, 28 de Novembro de 1978

O 2.º Ajudante,
(a) Maria Luísa da Conceição Miranda

TRIBUNAL CÍVEL DA
COMARCA DO PORTO

6.º JUÍZO
ANÚNCIO

Proc. 3888
ACÇÃO SUMÁRIA
1.ª SECÇÃO

AUTORA: — MUTUAL - COMPANHIA DE SEGUROS, E.P., Rua Fernandes Tomás, 797, Porto.

RÉU: — MANUEL FILIPE DA SILVA MILITÃO, divorciado, comerciante, com última residência na R. de Arroios, 160, 1.º Esq.º, Lisboa.

CORREM ÉDITOS DE TRINTA DIAS, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando o réu para no prazo de DEZ DIAS posterior àquele dos éditos, contestar querendo, apresentando a sua defesa nos autos em referência sob pena de ser condenado no pedido que a autora deduz e que consiste no pagamento da quantia de 56.915\$70, acrescida dos juros à taxa legal de 5%, como tudo melhor consta do duplicado arquivado nesta secretaria.

Porto, 16 de Novembro de 1978.

O Juiz de Direito,
a) António Manuel Machado Moreira Alves

O Ajudante de Escrivão
a) António Jacinto de Sousa Campos

Atenção moradores da Cruz de Pau, Barreiro e arredores

ESTEJAM ALERTA!

Não hesite, venha já visitar-nos, oferecemos bons preços, boa assistência e boa qualidade de compra do seu mobiliário, sinta o prazer de ser bem servido. Visite a nossa sensacional campanha de preços em mobiliário, agora da fábrica directamente ao público.

PREÇOS DE SENSAÇÃO

	ERA	É
Quarto casal moderno	22.000\$00	11 950\$00
Quarto criança moderno	15.000\$00	8 500\$00
Jogos de mapas (desde)	7.000\$00	4 500\$00
Quartos Século XVII — Mogno	29.000\$00	20 850\$00
Salas Século XVII — Mogno	38.000\$00	27 500\$00
Mesas de refeição tampo vidro	8.000\$00	4 950\$00
Cadeiras cromadas	2.200\$00	1 580\$00

GARANTIMOS TOTAL ASSISTÊNCIA

SOCIEDADE REVENDEDORA DE MÓVEIS, LDA.



Telefones: 86 19 65 - 87 40 07 - 87 33 60

Rua das Beiras, N.º 8-B — Cruz de Pau
Rua Professor João Prates, N.º 1-B — Barreiro

Apresente este anúncio e receberá a oferta surpresa

ABERTO ATÉ ÀS 21 HORAS E NA HORA DO ALMOÇO
E SÁBADOS ATÉ ÀS 19 HORAS

Europa procura "abertas" para investir em África

Os países industrializados da Europa estudam em Dakar, com parceiros africanos, as oportunidades de investimento naquele continente. Os encontros decorrem na capital senegalesa no âmbito de um fórum subordinado ao tema «Pequenas e médias empresas ao serviço da cooperação industrial».

Presentes 500 investidores e operadores económicos dos quais 300 são europeus com

predominância dos franceses, alemães e belgas. O encontro decorre paralelamente com a realização da III Feira Internacional de Dakar, entidade organizadora da manifestação em conjunto com a CEE e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial.

Importante número de projectos industriais necessitando de financiamento serão apresentados pelos parceiros africanos

aos investidores estrangeiros, durante o fórum de Dakar.

No início da reunião, o representante da CEE, Andre Hybrecht, preconizou que a Comunidade Económica Europeia assumisse um papel e um lugar de primeiro plano no domínio da cooperação industrial internacional. Por outro lado, pediu a instituição, pelos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) de um sistema destinado a encora-

jar os investimentos privados europeus em África, bem como de um sistema de consultas sectoriais periódicas.

COOPERAÇÃO AFRO-ÁRABE

Terminaram ontem as sessões do Comité Permanente de Cooperação Afro-Árabe, que se realizaram no Kuwait.

No final da reunião, iniciada no domingo, o secretário-geral da Liga Árabe, Mahmud Riad, declarou que o Comité aprovara as actividades dos Comités e dos organismos de cooperação afro-árabe, não tendo os países africanos formulado «qualquer objecção contra a assistência económica fornecida pelos países árabes aos Estados do continente africano».

Riad acrescentou que os países árabes, através do Banco Árabe de Desenvolvimento Africano e de fundos especializados Árabes, ofereceram mais empréstimos aos projectos de desenvolvimento africanos do que os montantes solicitados.

CRISE ECONÓMICA CAPITALISTA

Comércio externo baixa em países industrializados

O comércio externo dos principais países industrializados baixou no terceiro trimestre de 1978 e o seu défice global duplicou, revelam as últimas estatísticas do Fundo Monetário Internacional publicadas ontem em Washington.

Por sua vez, as importações destes países desceram de 207.200 milhões de dólares no segundo trimestre para 201.600 milhões no terceiro, ao passo que as exportações passaram de 203.700 milhões para 194.400 milhões. Em consequência, o seu défice passou de 3,5 para 7,2 mil milhões de dólares.

Esta evolução negativa relaciona-se com o défice dos Estados Unidos, que atingiu 10.700 milhões de dólares em vez dos 8.900 milhões previstos. As importações americanas subiram de 45.900 para 46.000 milhões, enquanto as exportações

diminuíram de 37 para 35,3 mil milhões.

O excedente japonês voltou a aumentar, passando de 4.600 milhões para 5.500 milhões de dólares. As importações japonesas progrediram, atingindo 20.200 milhões de dólares em vez de 19.400, mas menos depressa do que as exportações, que somaram 25.700 milhões em vez de 24.000 milhões de dólares.

A República Federal da Alemanha, em contrapartida, reduziu ligeiramente o seu excedente, que caiu de 4.900 milhões para 4.800 milhões de dólares. Baixaram tanto as suas importações como as suas exportações.

As balanças comerciais da França e da Itália permaneceram relativamente equilibradas: o défice de 359 milhões em vez de 38 milhões para a primeira e défice de 121 milhões em vez dum

excedente de 274 milhões para a segunda.

O défice da Grã-bretanha manteve-se em 1.800 milhões de dólares. O excedente canadiano subiu ligeiramente.

Créditos e tecnologia da França para a China

PARIS, 5 — (ANOP) — Segundo o jornal «Le Monde» a França concedeu à China créditos de exportação num total de 30 biliões de francos, operação esta integrada no acordo económico sino-francês de há sete anos.

O mesmo jornal afirma que o governo de Pequim tenciona confiar a empresas francesas uma lista de projectos «impressionante». Os maiores são uma fábrica de aço com capacidade de produção de 10 milhões de toneladas, uma instalação produtora de geradores hidro-eléctricos e duas centrais nucleares.

PEQUIM COMPRA «JUMBOS»

O diário financeiro «The Wall Street Journal» anunciou entretanto que o Governo chinês

pretende comprar cinco aviões de carreira «Jumbo», modelo 747 S, a fim de ampliar as suas linhas aéreas possivelmente aos Estados Unidos.

A compra destes aparelhos coincidiria com o início dos voos para Xangai de uma transportadora norte-americana. Esses voos estariam relacionados com o acordo de construção de uma cadeia de hotéis.

A propósito da actual política de comércio externo, a agência Nova China considera ser neapela para a utilização completa do comércio externo e apela para a utilização completa das divisas e para a importação de tecnologia avançada. A agência diz que o editorial do jornal oficial chinês, «Diário do Povo», observa que nenhum país moderno se desenvolveu através do isolamento e da não relação com o Mundo.

Deputado PS quer saber que medidas se estudam para os têxteis da Covilhã

GUARDA, 5 — O deputado do PS Alfredo Pinto da Silva pediu ao Governo esclarecimentos sobre as medidas de emergência de apoio à indústria têxtil da Covilhã.

Num requerimento dirigido à Assembleia da República, aquele deputado refere que desde Maio do corrente ano estão a ser estudadas medidas económicas a serem aplicadas à indústria têxtil do concelho da Covilhã.

Estas medidas, segundo uma nota do Ministério da Indústria e Tecnologia enviada a Alfredo da Silva, destinavam-se ao «incen-

tivo à criação de postos de trabalho, diversificação industrial, criação de cooperativas de produção, apoio a acções de aperfeiçoamento de dirigentes, quadros, contramestres e operários, aperfeiçoamento técnico e melhoria de gestão das empresas».

No requerimento apresentado ao Governo pelo deputado do PS foram ainda pedidos esclarecimentos sobre a aplicação das medidas de apoio à indústria têxtil e sobre o projecto para a reconversão e reestruturação daquela indústria, apoiada financeiramente pelo Banco Mundial.

Setenave na construção dos estaleiros de Dacar?

BISSAU, 5 — (ANOP) — A Setenave poderá vir a participar no projecto dos novos estaleiros de Dacar, se chegarem a bom termo os contactos que nesse sentido estão a decorrer entre a empresa portuguesa e as autoridades senegalesas.

Não está ainda definido o alcance que essa participação poderá vir a ter, mas o comandante Correia Ferreira, da direcção da Setenave admitiu que ele possa abranger os aspectos tecnológico e da formação de pessoal.

Os contactos entre a empresa portuguesa e as autoridades senegalesas, iniciados em 1976,

vão prosseguir a partir da próxima semana.

O início das obras de construção dos novos estaleiros de Dacar sofreu um atraso, porque o projecto inicial, que previa a existência de docas para reparação de navios até 500 000 toneladas, foi considerado exorbitante, dada a crise que atravessa o mercado da reparação e construção naval, estando por isso a ser redimensionado.

A Setenave está presente para prestar assistência técnica ao projecto de lançamento dos estaleiros de Bissau, para cuja exploração poderá vir a associar-se à Guiné-Bissau.

OPINIÃO DE MARCHAIS

Sul sacrificado ao Norte se a CEE for alargada

O Partido Comunista Francês desencadeou nova operação de esclarecimento sobre os «males» que advirão para a França e para os países candidatos à CEE. (Portugal, Espanha e França) se vier a consumir-se o alargamento da organização. Recorde-se que em recente sondagem o Instituto Louis Harris revelou que 54 por cento dos consultados pensavam que o alargamento do Mercado Comum era prejudicial para a França. Por seu turno o PCF propõe-se realizar um referendo popular sobre o assunto.

Durante uma reunião com camponeses do Languedoc o dirigente do PCF Georges Marchais exibiu um documento da Comissão de Bruxelas para o alargamento da CEE, classificando-o como «prova de que a Europa do Norte está disposta a sacrificar a Europa Meridional em seu próprio proveito».

Marchais afirmou ser urgente que o documento em causa seja posto à luz. Desde logo afirma-se nele, segundo o secretário-geral do PCF, que «só os preparativos da entrada da Espanha na CEE são, por si mesmos, fonte de paragem das indústrias e da agricultura».

O documento, ainda parcialmente secreto, incluiria um estudo sobre a hipótese do êxodo rural ligado ao processo de adesão, definindo ainda quais as zonas mais afectadas. Uma de-

las seria precisamente o Languedoc, pelo que Marchais exprimiu, afinal, as preocupações sentidas pela população local. O «leader» comunista referiu-se também às medidas de reestruturação iniciadas em vários sectores industriais, tanto na Espanha como na Comunidade, considerando que elas devem ser ampliadas, «com o perigo imediato de aumentar o desemprego».

Países do CAME reunidos em Havana

Ministros e funcionários de onze países socialistas iniciaram na capital cubana a 49.ª reunião da Comissão Permanente do Conselho de Ajuda Mútua e Económica (CAME) para a indústria metalúrgica não ferrosa.

Na reunião de abertura interveio o ministro cubano de Minas e Geologia, que se referiu ao convénio para a criação de novas capacidades produtoras de níquel e cobalto em Cuba.

Participam na reunião representantes da URSS, Alemanha Democrática, Bulgária, Hungria, Checoslováquia, Roménia, Polónia, Mongólia, Vietnam e Cuba, como países membros do CAME, assim como a Jugoslávia, na qualidade de observador.

Desemprego ameaça médicos da CEE

Segundo dados fornecidos pelo Comité Permanente dos Médicos da CEE, eleva-se a 12 mil o número anual de estudantes que no conjunto dos nove países do Mercado Comum iniciaram estudos médicos. Em 1980 este número elevar-se-á a 15 mil, dos quais apenas 6 mil poderão esperar emprego quando acabarem de se formar.

De acordo com esta situação, a perspectiva de desemprego é

uma ameaça real para os médicos dos países dos «Nove» caso se mantenha o actual ritmo de formação dos estudantes. Foi previsto um índice de desemprego entre os jovens médicos ainda mais importante, visto a Ciência Médica não continuar então a progredir ao ritmo actual e a sociedade passar a ter maiores dificuldades para pagar métodos de tratamento cada vez mais sofisticados e onerosos.

AVISO AO PÚBLICO

Pela passagem do nosso 16.º Aniversário, concedemos de 2 a 6 do corrente 20% de desconto em todos os artigos

CARROCEL BRINQUEDOS

Lisboa — Av. Paris, 19-A — Tel. 88 61 40
 » — Av. Roma, 6-B (NATAL BRANCO) — Tel. 88 61 40
 » — Rua Pedro Ivo, 13-A — Tel. 88 00 83
 » — Estrada de Benfica, 448-A — Tel. 78 11 04
 Moscavide — Rua António Pedro de Carvalho, 10-A — Tel. 251 33 69
 Odivelas — Rua D. Dinis, 58-B — Tel. 91 52 92

CARROCEL BRINQUEDO TÉCNICO

COMBOIOS ELÉCTRICOS, PISTAS DE AUTOMÓVEIS E ACESSÓRIOS DE TODAS AS MARCAS

KITS: AIRFIX, TAMIYA, MONOGRAM, HELLER, MATCHBOX, ESCI.

RUA PEDRO IVO, 13-A — LISBOA (junto ao cinema Vox) — Tel. 88 00 83



Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Metalurgia e Metalomecânica do Distrito de Setúbal

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Para os efeitos do artigo 33.º, alínea c), dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral deste Sindicato para o próximo dia 22 de Dezembro, às 21 horas, na Sala do Sindicato dos Ferroviários, em Barreiro, na Rua Almirante Reis, n.º 68, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHO:

Apreciar e deliberar sobre o Orçamento Geral do Sindicato para 1979 e o parecer da Assembleia de Delegados.

Barreiro, em 30 de Novembro de 1978

O PRESIDENTE DA MESA
DA ASSEMBLEIA GERAL

a) António Branco Marcos dos Santos

Nota — O Orçamento encontra-se à disposição dos filiados na Sede e Delegações do Sindicato.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS DO SUL

REPRESSÃO CONTRA DIRIGENTE SINDICAL NA SAPEC

É bem conhecido o papel desempenhado em Portugal pelas empresas multinacionais após o 25 de Abril na criação de condições de desestabilização visando o regresso ao passado, à política de exploração desenfreada e à repressão sobre os trabalhadores. Os ataques à liberdade sindical, o boicote à revisão da contratação colectiva, os despedimentos sem justa causa, a perseguição a dirigentes sindicais e membros de comissões de trabalhadores, têm constituído uma prática corrente das empresas multinacionais, aliadas ao patronato nacional mais reaccionário, perante a passividade, em muitos casos cumplicidade, dos órgãos de poder.

A SAPEC, embora multinacional do sector adubeiro, aproveitando-se do crescente descontentamento dos trabalhadores face ao agravamento do custo de vida e ao congelamento da contratação colectiva, tem vindo a prosseguir uma política salarial visando a divisão dos trabalhadores para mais facilmente os explorar. Tal política, tem encontrado pela frente uma forte oposição dos trabalhadores e dos seus organismos de classe, os quais não se têm mostrado dispostos a abdicar da defesa dos seus direitos e a lutar por justas reivindicações.

Face ao insucesso das manobras divisionistas, num claro atropelo à contratação colectiva e à Lei, decidiu a SAPEC passar a exercer represálias sobre os membros das organizações de trabalhadores tentando por esta forma intimidá-los e desmobilizá-los da luta contra a exploração.

Alegando falta de assiduidade ao serviço, decidiu a SAPEC arbitrariamente alterar o regime de horário de trabalho de um dirigente sindical, causando-lhe por esta forma elevados prejuízos materiais. O motivo evocado é um mero pretexto para reprimir o dirigente sindical tanto mais que o mesmo tem faltado em média 5 dias por mês e ainda que o número de faltas fosse substancialmente superior nem por isso a Empresa poderia evocá-lo para arbitrariamente alterar o regime de horário e muito menos para diminuir a retribuição ao trabalhador.

Nos contratos que o Sindicato estabeleceu com a empresa ficou bem patente que a atitude por esta assumida não é motivada por questões técnicas de funcionamento de instalação onde o dirigente exerce a actividade profissional, nem por uma economia de custos, tendo inclusivamente a empresa recusado aceitar uma solução negociada que indo ao encontro das suas pretensões não prejudicaria o trabalhador.

A posição de intransigência da SAPEC, faltando ao cumprimento do disposto no CCTV para a Indústria Química e na Lei Sindical, é prova evidente de que a que a sua atitude é premeditada e que o objectivo que pretende atingir é reprimir um dirigente sindical pelo exercício das suas funções, intimidar os membros da C.T. e os delegados sindicais e exercer coacção sobre os restantes trabalhadores para que em futuras eleições não aceitem os cargos.

O Sindicato dos Químicos do Sul, ao mesmo tempo que denuncia publicamente as ilegalidades que estão a ser cometidas pela SAPEC, alerta os trabalhadores para os perigos das manobras que a empresa tem vindo a desenvolver e para a necessidade de lhes fazer frente com firmeza e exige dos órgãos de poder o respeito e o cumprimento da Constituição da República e a adopção de medidas que ponham cobro às acções reacçãoárias e repressivas do patronato.

**CONTRA A REPRESSÃO PATRONAL!
POR UMA POLÍTICA QUE RESPEITE O 25 DE ABRIL E OS DIREITOS DOS
TRABALHADORES!
PELO CUMPRIMENTO DA C.C. E DA LEI SINDICAL!
PELO RESPEITO E CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO!**

Setúbal, 27/11/1978

A DIRECÇÃO

"DL" OUVI O CIDADÃO NA RUA

Quando é que vai recensear-se?

Num breve inquérito de rua para avaliar da disposição das pessoas quanto ao recenseamento eleitoral, ontem iniciado para terminar no dia 10 de Janeiro próximo, desde logo se manifestou uma certa hesitação, sobretudo da parte daqueles que acabaram por nos dizer «não ponha lá nada» ou «não quero o meu nome nos jornais» quanto à obrigatoriedade do recenseamento e a do voto, baralhando algumas pessoas inquiridas, o sentido dos dois actos cívicos.

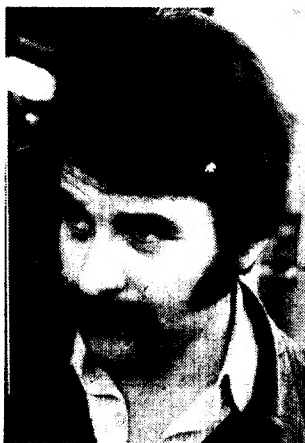
«Uma coisa é recensear-se, outra é votar» — insistia o repórter com escassos resultados. Mas sempre houve algumas respostas claras.

Assim o empregado de comércio Jorge Baptista afirmou-nos que pensa recensear-se «talvez para a semana». Sabia que o recenseamento é obrigatório, tal como os restantes inquiridos, e entende que também o voto devia ser obrigatório.

«Ainda bem que lembra» — disse-nos Lola Ferreira Nunes — «Talvez aproveite o próximo fim-de-semana para me recensear».

Quanto ao voto, Lola não tem dúvidas: «Acho que toda a gente devia votar, mas qualquer pessoa tem o direito de fazer como entender, incluindo abster-se».

É idêntica a opinião do empregado bancário João Florindo Ferreira. Também ele acha que toda a gente devia votar, embora considere a abstenção como sendo «um direito das pessoas». João Florindo vai tratar do recenseamento ainda esta semana



Jorge Baptista



Lola Ferreira



João Florindo

«Não gosto de deixar as coisas para o fim».

O mesmo se passa com Artur Augusto Campos, que se nos apresentou como empregado de escritório (aqui em segredo ele seria editor).

«Tenciono recensear-me talvez ainda hoje ou amanhã» — disse.

Quanto ao exercício do direito de voto, Artur Campos tem esta ideia: ao mesmo tempo que defende a obrigatoriedade do voto, lamenta que muita gente «vá votar sem saber bem o que vale o partido em que votou, levado por um vizinho ou um amigo». Existe portanto aqui uma certa ambiguidade na opinião ouvida. Voto obrigatório? «Sim, mas...»

João da Silva Torres, reformado, foi muito lacónico. Vai ao recenseamento o mais breve possível e acha que devia ser obrigatório votar. San-



Artur Campos



João Torres

ções para os abstencionistas? «Sim senhor». E mais não disse.

Numa conclusão breve: a campanha para o recenseamento parece surtir efeito,

mas talvez se torne necessário um esforço pedagógico na distinção de dois actos a que os cidadãos são chamados: o de recensear-se e o de votar, de escolher.

RECENSEAMENTO ELEITORAL COMEÇOU ONTEM

Hierarquia da Igreja apela à inscrição nos cadernos

Começou ontem em todo o País o recenseamento eleitoral, que se prolongará até ao dia 4 de Janeiro do próximo ano.

Segundo conseguimos apurar foi já muito boa a afluência às juntas de freguesia e outros locais onde funcionam as comissões de recenseamento, procurando assim os cidadãos evitar as bichas de última hora e os apertos da época do Natal.

As comissões recenseadoras, que podem eventualmente ser mais do que uma por freguesia, são compostas pelos membros das juntas de freguesia e pelos representantes dos partidos políticos com assento na Assembleia da República, que para o efeito foram indicados, devendo funcionar perto de nove mil postos recenseadores em todo o País.

Ao que se sabe, o maior problema surgido ontem nas operações já efectuadas reside no facto de ser de difícil prova a freguesia de naturalidade do recenseado, indicação que não consta do bilhete de identidade e que só poderá ser provada pela certidão de nascimento ou pela cédula pessoal.

Os que não possuírem nenhum destes documentos terão de recorrer às conservatórias do Registo Civil, para pedir uma certidão de nascimento — gratuita e a ser emitida no prazo de 5 dias — ou então esperar que a Comissão de Recenseamento

aceite a declaração sem a apresentação de nenhum comprovante.

APELO DOS BISPOS

O Conselho Permanente do Episcopado, representante dos bispos católicos portugueses, emitiu uma nota a propósito do recenseamento eleitoral em que apela a todos os crentes para se inscreverem nos cadernos eleitorais — «grave obrigação cívica e moral».

Citando palavras do falecido Papa Paulo VI, os bispos salientam que «a política é uma maneira exigente de viver o compromisso cristão, ao serviço dos outros», para depois referir que o voto, bem como a condição prévia do mesmo — o recenseamento eleitoral, são formas particularmente relevantes do exercício das responsabilidades dos cristãos.

ANOMALIAS NO PORTO

PORTO, 5 — Em comunicado distribuído ontem, a Comissão Distrital do Porto da UDP tornou público um protesto dirigido ao presidente da junta de freguesia de S. Tiago de Bougado (Santo

Tirso), com conhecimento ao presidente da Câmara e ao Tribunal competente, pelo facto de aquele presidente da Junta ter declarado ao delegado da UDP à Comissão de Recenseamento local «que não cumpriria a Lei do Recenseamento, nem que tivesse de ir para Tribunal». Segundo o mesmo comunicado, aquela posição do presidente da Junta de S. Tiago de Bougado foi explicitada depois de o delegado da UDP ter constatado «que estavam a ser cometidas várias anomalias no cumprimento da Lei», pelo que, acompanhado

dum elemento da Assembleia de Freguesia, depois de terem falado ao presidente da mesma, se dirigiu a casa do presidente da Junta para esclarecer o caso. Como anomalias praticadas, a UDP refere a discriminação política «materializada na não aceitação de delegados dos partidos» (que só a UDP e o PCP nomearam) e ainda a «extensão de poderes e funções a elementos escolhidos a dedo pelo sr. presidente da Junta». Assim, conclui, estão a ser violados os artigos 11.º, 12.º e 15.º da Lei Eleitoral.

saiv cadernos do
terceiro mundo 9

A FORMACAO ATRAVES DA INFORMACAO

NESTE NUMERO

o «Cone Sul» latino-americano em pe de guerra
entrevistas com as oposições as ditaduras envol-
vidas no conflito, a invasão da Tanzânia por Idi
Amin, numa reportagem especial, e a opinião de
Samora Machel, entrevista exclusiva com Joa-
quim Chissano, a Cimeira de Bagdad, os novos
tempos em Angola.

"UM! VERDADEIRO ESCÂNDALO"**Seguros: continua o boicote a propostas de revisão do CCT**

A direcção e a MAG do Sindicato dos Seguros do Sul deram, em Assembleia Geral ontem realizada na União das Associações de Comerciantes de Lisboa, por aprovada uma proposta de aprovação do projecto de revisão do CCT elaborado pela direcção. No segundo ponto dessa proposta havia um voto de confiança.

Para admissão da proposta, as duas contagens somavam 106 contra 106 votos, mas de seguida, os quatro membros da direcção concluíram que tinham também direito a votarem. Um requerimento para que se passasse imediatamente à votação da proposta foi de seguida aprovado, nas mesmas condições por 116 contra 113 votos. E a AG terminou...

Um porta-voz dos associados «derrotados» classificou esta manhã os acontecimentos como «um verdadeiro escândalo», dado que não chegou sequer a «entrar-se na Ordem de Trabalhos e não foi possível discutir o clausulado do CCT».

Aliás, o que aconteceu na AG de ontem vem ao encontro da actuação dos corpos gerentes daquele sindicato ligados à criação da UGT, pois no caso vertente boicotaram pura e simplesmente a divulgação de um outro projecto de revisão do CCT.

«Não se sabe quais os objectivos que estão por detrás disto» — comentou a propósito o nosso informador.

ÉVORA: NÃO HOUVE VOTAÇÃO

Entretanto, na reunião magna ontem efectuada, em Évora, não houve qualquer votação relativamente aos pontos que constavam da ordem de trabalhos: CCT e adesão à UGT com debate dos seus estatutos (?).

Para os trabalhadores de seguros presentes nessa reunião, não se resolve o problema do CCT do sector, sem a previa divulgação «de todas as alterações propostas».

Bancários querem alterar em AG metodologia de revisão estatutária

Os subscritores do projecto de Estatutos E do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas continuam a defender que «o presidente da MAG, além do processo judicial para apuramento das responsabilidades, tem que explicar aos bancários o que se passou no sindicato e convocar: a Assembleia Geral suspensa; a AG de recurso à metodologia de revisão dos Estatutos; e a AG para análise e possível destituição dos corpos gerentes».

Nessa linha, aqueles trabalhadores bancários dizem não «às prepotências, da MAG, à desonestidade dos corpos gerentes, à destruição da organização sindical dos bancários e à imposição do projecto «A/G»».

Como já relatámos no nosso jornal, as prepotências referidas são o impedimento da admissão de uma moção subscrita por 4000 sócios, no ponto da ordem de trabalhos que se referia à revisão dos Estatutos, na AG de 17 de Outubro.

Em continuação daquela AG, de novo se registou a «mesma prepotência», em sessão efectuada no dia 13 do mês passado, tendo a MAG «infringido os actuais estatutos e provocado os trabalhadores».

Por outro lado, entendem os subscritores daquele projecto de Estatutos que «as denúncias feitas por alguns sócios sobre irregularidades financeiras praticadas pelos corpos gerentes e o compadrio nas admissões para o sindicato exigiam que, de imediato, fosse eleita uma comissão de inquérito».

«Mas» — prossegue o comunicado a que nos referimos — «o presidente da MAG através de manobras dilatórias e num claro atropelo à democracia impediu que a AG entrasse no 3.º ponto da ordem de trabalhos (precisamente, actividade dos corpos gerentes) nas duas sessões já realizadas».

No entanto, segundo afirmam os elementos que subscrevem o projecto E, as manobras não ficam por aqui, tendo os corpos gerentes do sindicato, «de forma camuflada», conseguido assinaaturas para convocação de uma AG com o objecto de destituição dos corpos gerentes.

Com esse procedimento pretenderiam impedir «que outros sócios concretizassem com seriedade a convocação de uma AG», dado que basta que não compareçam na AG 100 dos requerentes, para ser impedida a sua realização.

Só que existe um outro re-

querimento na MAG para convocação de uma assembleia geral de análise e possível destituição dos corpos gerentes» e, ainda, um outro de «recurso à metodologia imposta pela MAG para revisão dos Estatutos».

E há ainda um «assalto» às instalações da MAG que o comunicado relaciona com quaisquer novos golpismos.

NA SEXTA-FEIRA**Congresso dos Metalúrgicos "arranca" com cerca de 800 delegados**

Cerca de 800 delegados eleitos pelos trabalhadores metalúrgicos de todo o País ou designados pelos respectivos sindicatos participaram activamente no 1.º Congresso dos Sindicatos da Metalurgia e Metalomecânica, que decorre, de sexta-feira até domingo próximos, no pavilhão da Siderurgia Nacional, no Seixal.

Aos trabalhos assistem ainda delegações sindicais de 22 países e numerosos convidados portugueses, além dos trabalhadores do sector que desejem tomar parte no Congresso.

Estes dados foram revelados esta manhã aos jornalistas, pela comissão promotora do Congresso, que fez um balanço sucinto dos trabalhos preparatórios. Em nome da comissão falaram Manuel Candeias, Valdemar Henriques e Fernando Fernandes.

A preparação do Congresso desenrolou-se ao longo de seis meses, envolvendo o conjunto dos sindicatos filiados na Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos. Durante este período, efectuaram-se 288 plenários de empresa, 103 plenários de zona, 51 plenários de delegados sindicais e dez reuniões gerais de associados, com um total de presenças que ronda 70 mil trabalhadores (números provisórios).

Os delegados (cerca de oito centenas) já foram todos designados. Na sua esmagadora maioria (80 por cento) foram directamente eleitos pelos trabalhadores em plenários de empresa ou de zona especialmente convocados para o efeito.

Foi bastante ampla e interessante a participação dos trabalhadores na discussão dos documentos que serão analisados e votados no Congresso. O mesmo sucedeu em relação ao regulamento, que foi debatido no seio da classe durante duas semanas, e recebeu 52 propostas de alteração, 22 das quais foram devidamente consideradas.

Por seu turno, o programa de acção e o projecto de estatutos da Federação suscitaram o envio de 182 propostas de alteração, das quais 73 foram levadas em conta. Também é possível, durante os trabalhos, introduzir outras alterações.

O Congresso conta com a presença de delegações de organizações internacionais ligadas ao sector metalúrgico, provenientes da Bélgica, Bulgária, Cabo Verde, Checoslováquia, Chile, Coreia, Espanha, Finlândia, França, Guiné, Hungria, Itália, Jugoslávia, Moçambique, Polónia, República Democrática Alemã, Roménia, S. Tomé e Príncipe, União Soviética e

Uruguai. Deve comparecer também uma representação da União Internacional dos Sindicatos Metalúrgicos. Outras organizações convidadas, que não podem estar presentes, enviaram saudações fraternais e de solidariedade: Confederação Mundial do Trabalho, União Nacional dos Trabalhadores Angolans, Federação Geral da Metalurgia (CFDT — França), e organizações da Escócia, Mongólia, Venezuela e Vietname.

No Congresso devem intervir, além dos delegados, os representantes dos sindicatos mineiros e da indústria de ourivesaria e de relojoaria, que demonstraram grande receptividade em vir a fazer parte da Federação sindical metalúrgica.

«Apesar das grandes lutas que tivemos de travar contra o boicote patronal às negociações do nosso CCTV», o Congresso dos Metalúrgicos constituirá, previsivelmente, uma «afirmação do enorme poder de organização dos trabalhadores metalúrgicos», representando «uma profunda machadada nos anseios dos divisionistas» e, acima de tudo, comprovará «a capacidade de trabalho do nosso sector em contribuir responsabilmente para a solução dos problemas nacionais» — conclui a comissão promotora.

Sinistrados do trabalho querem integração na segurança social

«A quase inexistência de condições de higiene e segurança nas pequenas e médias empresas, sobretudo nestas, de que resultam cerca de 1.500 acidentes diários, 800 mortos e cerca de 750 incapacitados permanentes por ano», foi mais uma vez denunciada pela Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho (ANDST) em conferência de imprensa efectuada no Porto, neste fim-de-semana.

Os dirigentes da ANDST, que referiram uma recente entrevista com responsáveis governamentais, a fim de «reivindicarem a integração na segurança social, saindo da alçada das companhias de seguros», que, acrescentaram, «apesar de nacionalizadas fazem de nós autêntico comércio».

Salientaram, também, que esta situação, em Portugal, traduz a existência de graves problemas para meio milhão de pessoas sinistradas e denunciaram «o alheamento dos organismos do Estado, que persiste face a tal problema, com legislação que data do tempo de Tomás e Caetano».

Por outro lado, disse ainda a ANDST, o Governo nada prevê para enfrentar estes problemas. Entretanto, os sinistrados, que reclamam «trabalho e não esmolas», elaboraram um projecto de diploma que foi entregue pela sua associação aos grupos parlamentares.

COM AMEAÇAS E NÃO SÓ...**Os "dirigentes" dos Escritórios deram mais uma prova de "democracia"**

Trabalhadores de escritório concentraram-se, ontem, ao fim da tarde, junto às instalações do seu sindicato, na Rua Braamcamp, com o objectivo de protestarem contra as arbitrariedades que os autoempregados corpos gerentes têm vindo a cometer.

Na oportunidade, foi aprovada uma moção que exige a reposição «da legalidade democrática no sindicato, seguida de uma prática que defenda os reais interesses dos trabalhadores».

No mesmo documento exige-se que «seja aberto um debate sobre todos os problemas que afectam os trabalhadores — luta contra o aumento do custo de vida, contratação colectiva, fim dos despedimentos, fim dos contratos a prazo, pelo direito ao trabalho, pela unidade de todos os trabalhadores».

Os trabalhadores que se deslocaram ao 3.º andar do edifício (direcção) não conseguiram, entretanto, que a moção fosse aceite por uma senhora chamada Custódia, pois, não era assinada por «um grupo de sócios» e sim pela «Comissão Dinamizadora da Assembleia Geral».

Uma outra questão colocada à discussão entre os representantes dos trabalhadores que ficaram na rua e os membros da MAG e da direcção presente na sala, foi a questão da recusa de uma convocatória de uma AG, para discussão da adesão do Sindicato dos Escritórios do Dis-

trito de Lisboa a uma associação chamada UGT.

Aliás, também ontem foi entregue um novo pedido de convocatória de uma AG com o mesmo objectivo. Um outro pedido, entregue há um mês havia sido recusado e uma senhora chamada Custódia leu, para justificar a recusa, a «Acta n.º 7» da MAG (supomos), onde se explicava que o pedido não era justificado, pois não havia ainda adesão à tal UGT.

Contudo, o autor destas linhas quer ressaltar qualquer erro nesta descrição dado que a partir de determinada altura o seu trabalho se tornou extraordinariamente dificultado pelas provocações que lhe foram dirigidas.

De facto, uma senhora loura empenhava-se, desde o início, em impedir a audição do que se dizia, apesar dos insistentes pedidos para que o não fizesse, pois estávamos ali em serviço. As provocações haviam começado quando o jornalista entrou na sala com alusões, por parte de um nédio cavalheiro, que queria heroicamente posar para o KGB (nunca o víramos antes, com ou sem tanta coragem).

Depois veio a senhora loura, veio um homem de bigodes que ameaça com pancada («depois lá fora vais ver...»), e foi levado para o gabinete da direcção. Até se reporem os factos junto do sr. Vítor Hugo, que acabou por pedir desculpa ao jornalista (aliás recusamos esse pedido de descul-



Trabalhadores associados do Sindicato dos Escritórios do Distrito de Lisboa concentraram-se ontem, ao fim da tarde, junto às instalações respectivas, na Rua Braamcamp

pas).

A provocação foi tal que, no final, ao pretendermos falar com um membro da direcção fomos «apresentados» como um sócio do Sindicato dos Jornalistas.

Infelizmente, e dado o que relatamos, não nos é possível saber exactamente o que dizia a tal «Acta n.º 7». Mas a um pedido de esclarecimento sobre a ce-

dência de instalações, na Rua do Alecrim, à UGT, o sr. Vítor Hugo explicou que era coisa temporária e que desde há uns tempos essas instalações estavam ao dispor das organizações sindicais que as pedissem.

Só não explicou a razão por que querem consultar os trabalhadores depois de terem, na prática, aderido à UGT, nem

desmentiu que as mesmíssimas instalações tenham sido recusadas, por diversas vezes, a grupos de trabalho constituídos por associados, sob a alegação de que faziam falta.

Enfim, não queremos alongar-nos. Para bom entender os factos relatados hastam...

R.V.

IV GOVERNO • IV GOVERNO • IV GOVERNO • IV GOVERNO • IV GOVERNO • IV GOVERNO

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Equipa apadrinhada por Sá Carneiro terá "luz verde" dos socialistas?

Com uma declaração inaugural do Primeiro-Ministro nomeado, iniciou-se ontem, em S. Bento, o debate parlamentar do programa do IV Governo, e não se pode dizer que tenha começado da melhor maneira, já que Mota Pinto, usando porventura uma linguagem mais retórica e gongórica do que a do seu antecessor, se limitou a repetir as mesmas propostas de Nobre da Costa e a solicitar à Assembleia da República a permissão indispensável para o prosseguimento do mesmo programa e da mesma fórmula governativa de há três meses.

Augurando para a discussão e para os discursos a mesma forma e o mesmo conteúdo de Setembro passado, também não houve novidades nas posições dos partidos com assento no hemiciclo: PCP e UDP rejeitaram Mota Pinto, PSD e CDS deram «de caras» a sua adesão e o PS, através de uma intervenção assaz insegura e coleante de José Luís Nunes, manifestou «grandes reservas e muitas dúvidas», logo adiantando que a sua opção dependia da forma como o Governo souber esclarecer as «dúvidas» e atenuar as «reservas».

Mota Pinto (de cuja intervenção damos resumido relato noutra local da nossa edição de hoje) começou por dizer que é preciso sacrificar «interesses parcelares» (certamente os dos trabalhadores) a fim de assegurar a «estabilidade e continuidade governativa por que o País anseia» (esperamos que não lhe deem uma dose de «estabilidade» e «continuidade» tão forte como a que lhe ministraram durante 48 anos, de 1926 a 1974), aludiu depois à «perversão totalitária» de 1975 e ao «cerco mortal» feito à «democracia» nesse «período dramático», em que teve «o privilégio de combater o totalitarismo», e concluiu com referências aos «elevados saldos negativos das empresas públicas».

Entretanto, referiu quatro aspectos fundamentais que pretende imprimir à sua acção governativa: não reeditar formas de coligação disfarçada; actuação presumível até 1980 e não apenas até à realização, «aliás hipotética», de eleições intermédias; cooperação com os demais órgãos de soberania; atenção às concepções e anseios dos meios

socioprofissionais de variados pontos do território português.

«Um aldrabão, é o que você é» — gritaram-lhe das bancadas à esquerda do hemiciclo, quando, no período de respostas a interações, Mota Pinto porventura esquecido de que se encontrava ali investido nas funções de Primeiro-Ministro, afirmou que «o PCP muito fez para matar no povo português a fé na democracia» e que não admitia que «aqueles que se têm distinguido por práticas estalinistas invoquem o sagrado nome da democracia em vão» (ao que chegámos, pensámos com os nos-

por esta situação? A verdade estará com os que atribuem ao PS, antes de desaparecer ou passar a uma posição subalterna, esta última missão histórica (depois da divisão do MFA, do movimento democrático e do Movimento Sindical): deixar passar um Governo que se propõe inverter radicalmente o curso político lançado em Abril de 74?

Seja como for, nem o PCP está tão isolado como a direita o pretende, nem a situação do PS é tão desesperada como a reacção apregoa: ambos os partidos constituem ainda, contra ventos e marés, o conjunto de forças

se «embaraçosa» a tarefa da Assembleia ao debater o programa de um Governo «cujos membros, apesar de se reclamarem de independentes, como os do anterior Executivo, são conhecidos pela sua ligação ao grande capital e pelas posições que alguns deles assumiram contra as conquistas de Abril».

O representante da UDP pediu, entretanto, ao Primeiro-Ministro que esclarecesse o Parlamento do modo como tenciona o Governo obter, com um programa igual ao do anterior, resultados diferentes, designadamente nos domínios do desem-

peito este Governo e vai apresentar uma moção de rejeição, para o demitir», acrescentando que essa atitude se baseia, nomeadamente, no facto de o Governo de Mota Pinto não se coadunar com o sistema constitucional, além de, empenhado como está na destruição das conquistas da Revolução de Abril, se identificar com «o PSD e os seus neo-apêndices, CDS, e PPM».

Para Vital Moreira, torna-se necessário saber se um «Governo perturbador da própria institucionalidade democrática pretende afrontar e amesquinhar a Assembleia da República».

«Como pode a equipa de economia e finanças defender o sector público e as empresas nacionalizadas e tratar adequadamente o problema das indemnizações, se a maior parte dos seus membros estão publicamente ligados ao grande capital privado?» — perguntou Vital Moreira, quebrando a monotonia de uma sessão em que a única nota inédita foi a arrogância do chefe do Governo.

«Como poderia alguma vez a equipa de Agricultura e Pescas defender a Reforma Agrária — prosseguiu o deputado comunista — se muitos dos seus membros são publicamente alinhados pelas posições da CAP (...) Como poderia a equipa do Trabalho defender os interesses dos trabalhadores perante o patronato se o titular do Ministério vem da gestão do departamento de pessoal de uma empresa, sob a perspectiva patronal? (...) Como pode o Governo defender a imprensa nacionalizada e a isenção e pluralismo dos órgãos de comunicação do Estado quando o titular da pasta foi o director de um jornal privado, propriedade da CIP?»

O Executivo de Mota Pinto, concluiu Vital Moreira, «é um Governo que afronta directamente o sistema democrático, que se apoia em forças minoritárias e visa objectivos políticos derrotados», um Governo, portanto, «perturbador do sistema constitucional e da estabilidade democrática».

CDS E PSD DIZEM QUE SIM

O CDS, pela voz do seu deputado Rui Pena, considerou que «o País está carecido de Governo» e anunciou que não inviabilizará o Executivo de Mota Pinto.

Na tentativa vã de fundamentar a posição dos centristas, que em circunstâncias idênticas rejeitaram há três meses o Governo de Nobre da Costa e agora aparecem a apoiar um Executivo formalmente idêntico ao que então derrubaram, Rui Pena acentuou inflamadamente que o IV Governo «não pode ser rejeitado porque não apresenta os compromissos do anterior Executivo e está situado, quanto à sua composição, estritamente na área da maioria presidencial».

A breve intervenção do representante do PSD, Magalhães Mota, caracterizou-se por um certo lirismo, por um apoio «distanciado» a Mota Pinto e por uma série de considerandos vagos e genéricos.

Assim, depois de afirmar que «um dos problemas dominantes



Vital Moreira: «Este Governo é inaceitável desde o 25 de Abril». José Luís Nunes está tor

da sociedade portuguesa, neste final do ano de 1978, é um sentimento difuso ou patente de insegurança», o deputado social-democrata apontou a necessidade de «uma certa estabilidade do meio-ambiente» (sic), e interrogou, a propósito: «Estará o Governo em condições de responder satisfatoriamente não escondendo as dificuldades, não correndo atrás de popularidades fáceis, denunciando todas as demagogias venham de onde vierem?».

PS: «DÚVIDAS E RESERVAS»

Interrompendo o silêncio do grupo parlamentar do PS, quase tão mudo, durante toda a sessão, como o público que não enchia as galerias, José Luís Nunes subiu à tribuna para proferir um discurso «embrulhado» (opinião de Mário Soares).

O deputado socialista, depois de dar conta das «dúvidas e reservas» do seu partido quanto ao programa e à composição do Governo, afirmaria, no final da sua intervenção, que a posição do PS «resultará, sem quaisquer juízos «a priori», da forma como o Governo souber e quiser esclarecer as nossas dúvidas e eliminar ou, pelo menos enfraquecer, as nossas reservas».

O representante do PS começou, no entanto, por sublinhar «o real compromisso governativo» assumido pelo Presidente da República na formação deste Governo, contrariamente ao que acontecera com o I e II Governos Constitucionais, e acrescentou, a propósito: «Simplesmente, e como se demonstrou quando do debate do programa do III Governo, nenhum Governo pode subsistir na base da exclusiva confiança presidencial e sem o apoio desta Assembleia».

José Luís Nunes afirmaria ainda que o PS não criará quaisquer obstáculos a uma solução partidária, desde que respeitadora da vontade expressa do eleitorado.

MOTA PINTO RESPONDE

Mota Pinto, respondendo à interpelação dos partidos na Assembleia da República, centrou a sua oração numa catilinária contra o PCP, qualificada depois por Vital Moreira de «modo arrogante e pouco digno» de um Primeiro-Ministro se apresentar perante o Parlamento, sobretudo quando está ali sem se ter submetido à prova do sufrágio popular, ao contrário daqueles que «com tão pouca humildade democrática» entendeu atacar.

Começando por referir que ia tentar responder ao «dilúvio tor-

O IV Governo na Imprensa

Os jornais vespertinos de ontem e os matutinos de hoje, em Lisboa e no Porto, reflectem as diferentes tendências face ao IV Governo Constitucional.

O diário da manhã lisboeta, «O Dia», um pouco na linha do vespertino 1 «Jornal Novo», de ontem, «aposta» na passagem do programa de Mota Pinto e titula esta manhã «Desfecho quase inevitável: O Governo vai passar e governar» (ontem à tarde o «Jornal Novo» colocava em «caixa» na primeira página: «Governo tem fortes pro-

balidades de passar»).

«A Luta» de ontem, reflectindo as incertezas que reinam quanto ao sentido do voto do PS, era o único vespertino que remetia o início dos debates sobre o IV Governo para a última página: a três colunas titulava secamente «Governo

apresenta-se hoje na Assembleia da República». O «Diário Popular» e «A Capital», por seu turno, tal como o «DL», inistiam na primeira página, ao alto, na posição decisiva do PS. «Moção contra do PS é ainda uma hipótese» (título do «DM») e «Passagem depende do PS» (título de «A Capital»).

Esta manhã, em Lisboa, o «Diário de Notícias» «puxava» para cinco colunas o «desafio» de Mota Pinto (sobretudo) ao PS: «Governo interpretará a sua passagem como assente numa base de consenso», foi a citação da intervenção do Primeiro-Ministro escolhida por aquele matutino para título principal. «O Diário», por seu turno, não escondia a hostilidade ao novo executivo: «A estreia do governo MP/PPD/CDS/PPM — dis-

curso arrogante da direita».

No Porto os três matutinos locais distinguem-se pela forma como chamam a atenção dos seus leitores para o primeiro dia de debates par-

lamentares. «Cartas na mesa — 15 minutos para defender um governo que só o PSD e CDS apoiaram», é o título do «Jornal de Notícias». O «Comércio do

Porto» escolheu: «Mota Pinto lança desafio aos deputados: «Fácil será reconhecer o desencanto que vai envolvendo o povo por-

tuguês», enquanto o «Primeiro de Janeiro» escolhe o tema economia para desta-que: «Mota Pinto apresentou-se ao Parlamento: Favorecer o investimento privado e dar eficácia ao sector público — objectivo do Governo na área económica».

prego, inflação e Reforma Agrária.

Acácio Barreiros, no final da sua interpelação, referiu a posição recentemente assumida por Portugal, agora membro do Conselho de Segurança da ONU, relativamente à situação de Timor-Leste, invadido pela Indonésia — apresentando-se como «potência administrante» em vez de reconhecer a República Democrática de Timor Leste —, e perguntou se não era pelo menos «grotesca» tal posição.

Vital Moreira, deputado do PCP, iniciou a sua intervenção afirmando explicitamente que o seu grupo parlamentar «não

políticas decisivo na actual conjuntura.

OPOSIÇÃO FORMAL DO PCP E DA UDP

A primeira das intervenções dos representantes dos grupos parlamentares coube a Acácio Barreiros, o qual, depois de considerar a composição do Governo de Mota Pinto «mais reacção» que a do anterior, embora «mantendo o mesmo programa», reafirmou a posição de rejeição por parte da UDP.

Para Acácio Barreiros, torna-

sois botões: a nova versão de «democratas» cinge os que, no tempo do fascismo, estavam «encerrados» em conselhos de administração, e exclui os ocupantes das celas das prisões).

Na verdade, convém meditar, se for dada «luz verde» a um tal Governo, nas vias tortuosas que nos conduziram a esta situação: sucessivas eleições expressaram a opinião maioritária do povo português em favor das forças da esquerda e do socialismo, mas temos no poder um Gabinete claramente de direita e anti-socialista.

Terão razão aqueles que responsabilizam a «rigidez» do PCP

FINIS DE SEMANA EM LONDRES

NOVEMBRO/DEZEMBRO
ÓPTIMOS HOTÉIS
PREÇOS ESPECIAIS
ASSISTÊNCIA PERMANENTE
CONSULTE-NOS PARA MAIS INFORMAÇÕES

STAR
A MAIOR AGÊNCIA DE VIAGENS PORTUGUESA
LISBOA - PORTO - COIMBRA - VISEU - BRAGA - GUARDA - VILA REAL - TAVARA - ESTORIL - FARO - PORTO - FUNCHAL



ATENÇÃO
O TOTOBOLA LEMBRA:
6.ª-FEIRA É FERIADO
META JÁ A SUA APOSTA

IV GOVERNO • IV GOVERNO • IV GOVERNO • IV GOVERNO



Mota Pinto diz querer governar até 1980

Ao apresentar, ontem, na Assembleia da República, o Programa do Governo a que preside, Mota Pinto considerou-o de «vigência presumível» até 1980 e não apenas até à hipotética realização de eleições gerais antecipadas. Independentemente dessa presunção, afirmou que o IV Governo Constitucional tem como «compromisso do seu Programa e norma da sua actividade» a preparação e o aprontamento dos mecanismos eleitorais, «para não privar a ordem democrática de instrumentos essenciais ao seu funcionamento pleno», segundo suas próprias palavras.

Mota Pinto fez um discurso breve de apresentação, mas essa brevidade não o impediu de carregar de cores bem negras o pano de fundo onde se propõe actuar, como que preparando, antecipadamente, as duras medidas que no Programa se prometem e que a tonalidade política do elenco empossado confirma.

Falou, assim (com base numa análise da situação económica que autoqualificou de «lúcida») nos elevados «deficits» da balança de pagamentos e do Orçamento Geral do Estado, nos «elevados saldos negativos das empresas públicas», nas «insuficientes condições para o investimento privado interno e externo», na «forte inflação, no preocupante número de desempregados e na situação cambial equilibrada graças a créditos externos». Concluindo esta análise, disse ser frágil o suporte material da democracia.

E traçou este quadro negro, Mota Pinto adiantou o que se propõe fazer:

«Na perspectiva do Governo, o fortalecimento do regime demo-

crático tem de ser prosseguido consequentemente e sem demora. E se-lo-á, robustecendo as instituições e o Estado democrático, não tergiversando na aplicação das suas leis, disciplinando o trabalho, reduzindo os «deficits» orçamentais, melhorando as condições para o investimento privado e para a eficácia e credibilidade do sector público, corrigindo a situação de injustiça relativa em que se encontram certos grupos da sociedade portuguesa, forçando uma acção de persistente elucidação ideológica do que é e não é a própria regra de conduta democrática e respondendo, sem receios, a todos os que a desafiam.»

Tal como o Programa, o discurso de apresentação não contém linhas precisas de acção no campo económico, nem sequer aprofunda as questões políticas que lhe estão subjacentes. No entanto, anota quatro aspectos que, na opinião de Mota Pinto, «são atinentes à constituição do Governo e a sua circunstância».

O primeiro refere-se ao elenco e ao estrato a que pertencerá a maioria dos membros do Governo. «Este Governo», disse Mota Pinto, «entendeu não dever reeditar fórmulas de coligação disfarçada que a ninguém — nem aos partidos, nem à democracia, nem ao próprio País — favoreceriam. Por isso foi constituído por personalidades desvinculadas de partidos políticos (com excepção de uns poucos cargos de natureza marcadamente executiva e subordinada à orientação política do Conselho de Ministros e do Primeiro-Ministro) — personalidades que se prontificaram a prestar, através da sua elevada qualificação técnica, um rele-

vante serviço à democracia.»

Falou, depois, da sua intenção de governar até 1980, termo da actual legislatura, não obstante se preparar para concluir a adequação do aparelho eleitoral à situação presente. Em terceiro lugar, referiu as relações que pretende manter com os demais órgãos de soberania manifestando «solenemente uma firme vontade de cooperação leal e fecunda nos termos constitucionais com o Presidente da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República e tribunais» e ajuntando à lista daqueles a quem promete lealdade e cooperação «as instituições autónomas do poder regional e os órgãos do poder local».

Finalmente, nesta exposição dos parâmetros em que aparece o IV Governo, Mota Pinto garantiu a sua preocupação em escolher um elenco de personalidades «inseridas em meios socio-profissionais de variados pontos do território português».

O deputado do PPD à Assembleia Constituinte, agora investido na Chefia do Governo, disse interpretar a não rejeição (condição mínima para o Governo passar) como «base de consenso, ao menos tácito, ainda que com diversas motivações», para concluir:

«Esta ideia de consenso animará a sua actividade futura, quer aceitando — como é seu dever constitucional — os mecanismos de fiscalização e censura desta Assembleia, quer não renunciando a ajuizar da oportunidade da apresentação de uma moção de confiança, quer considerando as consequências que, por coerência elementar, para ele podem advir de modificações legislativas introduzidas pelo Parlamento.»

é indubitavelmente o mais à direita
Nunes: opção do PS ainda não
tomada

rencial» (sic) de perguntas que lhe tinham feito, o Primeiro-Ministro não respondeu a algumas que lhe fizeram e respondeu a outras que a sua imaginação criou.

De tudo quanto disse, destaca-se o anúncio de que o Governo pensa renegociar o acordo com o FMI e a defesa da existência de condições equivalentes para a imprensa estatizada e para os jornais privados.

Por outro lado, afirmou que o Governo não se compromete a apresentar uma moção de confiança, uma vez ultimados os preparativos necessários à realização de eleições.

O debate do Programa do Governo prossegue amanhã, ao princípio da tarde, prolongando-se pelos dias 7 e 11 (de manhã e à tarde) e ainda 12 (à tarde).

E.S.

Delegação de poderes em ministros e secretários de Estado

O «Diário da República» de 29 de Novembro último publica os primeiros despachos normativos do Primeiro-Ministro Mota Pinto relativos a delegação de competências em diversas áreas. Assim, delega no ministro da Administração Interna, coronel Gonçalves Ribeiro, a competência que lhe é atribuída relativamente ao Comissariado dos Desalojados; delega no secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, dr. José Guimarães Xavier de Basto, a competência que lhe é atribuída relativamente à Comissão da Condição Feminina e à Auditoria Jurídica da Presidência do Conselho de Ministros; delega no vice-primeiro-ministro para os Assuntos Económicos e Integração Europeia, prof. doutor Manuel Jacinto Nunes, a competência que pelo Decreto-Lei n.º 646/76 lhe é atribuída relativamente ao Conselho Nacional de Rendimentos e Preços; delega no ministro adjunto do Primeiro-Ministro, dr. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino, a competência que lhe é conferida pelo Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 226/77 (gabinete de Macau); determina que enquanto se mantiver o impedimento para o exercício das suas funções como alto comissário para os Desalojados do coronel Gonçalves Ribeiro, será substituído pelo comissário para os Desalojados, eng. Vítor Manuel Pessanha Viegas; delega no ministro adjunto do Primeiro-

Ministro, a competência que lhe é devida relativamente ao Museu da República e da Resistência; designa o ministro adjunto do Primeiro-Ministro para assegurar as relações de carácter geral entre o Governo e a Assembleia da República; subdelega no secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros a competência para superintender e despachar os assuntos de administração de diversos serviços; delega no actual ministro da República para a Madeira a competência para autorizar a investitura na posse administrativa dos prédios a expropriar, sempre que estes se situem na Região Autónoma da Madeira; delega no secretário de Estado da Administração Pública, dr. António Jorge de Figueiredo Lopes, a competência para a coordenação e acompanhamento das actividades de reestruturação dos diferentes serviços públicos; delega no ministro da Habitação e Obras Públicas, com possibilidade de subdelegar, no todo ou em parte, no secretário de Estado das Obras Públicas, a competência que lhe é conferida pelos n.ºs 2 e 3 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 414/77; delega no secretário de Estado da Administração Pública, a competência que lhe é conferida relativamente à Direcção-Geral da Administração Civil, Direcção-Geral da Fazenda e restantes serviços que dependiam da extinta Secretaria de

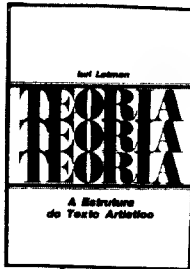
Estado da Integração Administrativa; delega no ministro adjunto do Primeiro-Ministro a competência relativamente ao Gabinete Coordenador do Controlo da Droga, ao Centro de Investigação e Controlo da Droga e ao Centro de Estudos e Profilaxia da Droga; delega no ministro da Educação e Investigação Científica a competência no que se refere à concessão de licenças sem vencimento pelo período de um ano, renovável, ao pessoal docente de qualquer ramo de ensino; delega no ministro adjunto do Primeiro-Ministro, a competência relativa à Comissão Interministerial de Reintegração; delega no ministro da Educação e Investigação Científica a competência para autorizar a criação de lugares do quadro geral do ensino primário em estabelecimentos de assistência, bem como para autorizar a equiparação de habilitações; delega no alto comissário para os Desalojados a competência para aprovar orçamentos privativos, realizar despesas até ao montante de 20 mil contos, com ou sem dispensa de concurso público e de contrato escrito, nomear o pessoal para o Comissariado dos Desalojados e dos organismos deste dependentes, aplicar penas aos funcionários, autorizar a celebração de arrendamentos cuja renda anual não seja superior a 5 mil contos e a atribuir subsídios a entidades que complementarmente pres-

tem apoio a acções do Comissariado; delega nos actuais ministros e secretários de Estado a competência para autorizar a realização de despesas até ao montante, respectivamente de 50 e 20 mil contos, com ou sem dispensa de concurso público e de contrato escrito; delega nos actuais ministros, no âmbito dos respectivos departamentos, a competência para autorizar a investitura na posse administrativa dos prédios a expropriar; subdelega no secretário de Estado da Administração Pública a competência para despachar autorização do exercício de funções por aposentados, acumulação de cargos públicos e concessão de licenças sem vencimento; delega no secretário de Estado da Presidência do Conselho, a competência relativamente ao Secretariado Nacional da Reabilitação; delega no ministro da Habitação e Obras Públicas, competência para autorizar a realização de despesas até ao montante de 95 mil contos, com ou sem dispensa de concurso público, em adjudicações relativas a estradas, edifícios públicos para habitação, construções escolares, construções hospitalares, obras hidráulicas e de saneamento básico, incluídas no plano aprovado pelo Governo e pela Assembleia da República, mantendo-se o montante para a realização de despesas de outra natureza conferida aos actuais ministros.



ESTRUTURAS DO TEXTO ARTÍSTICO

Autor Inri Lotman
Coleção Teoria
Preço — 290\$00



HISTÓRIA DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (3 Vol.) NA FRENTE LESTE

Coleção Biblioteca Estampa
Preço — 275\$00/cada

NOVO MANUAL DA UNESCO PARA O ENSINO DAS CIÊNCIAS (2 Vol.)

Coleção Biblioteca de Ciências Pedagógicas
1.º Vol.: 270\$00
2.º Vol.: 230\$00



EDITORIAL ESTAMPA

R. Escola do Exército, 9 r/c., Dt.º



NO NATAL OFEREÇA LIVROS

FAÇA AS SUAS COMPRAS NUMA DAS POPULARES LIVRARIAS



quem ouve e lê vale por três

PODER LOCAL

Benfica contra aumento do custo de vida

A população de Benfica manifesta-se hoje, a partir das 18 horas, junto do Calhariz, «contra o aumento do custo de vida, contra uma política de miséria e contra o Governo de direita».

O Secretariado das Comissões de Moradores, a secção local do MDM, reformados e delegados sindicais da zona, responsabilizam, através de um manifesto, a política dos últimos Governos pela «falência dos pequenos e médios industriais que produzem para o mercado interno, originando ainda maior

desemprego e miséria entre os trabalhadores».

Recordam, ainda, que «os pequenos e médios comerciantes que abastecem essencialmente os que vivem de salários são também arrastados para a falência e para a miséria».

A Comissão Dinamizadora da manifestação de protesto acen-tua, por sua vez, que «é preciso que os trabalhadores os pequenos e médios industriais e comerciantes, o povo em geral, se unam contra a política de direita».

“Passar das palavras aos actos”

— voto da AM à Câmara de Évora

O presidente da Assembleia Municipal de Évora, Mário Barradas, empossou a nova Câmara que gerirá os destinos do Município eborense, até 1980. «É preciso passar das palavras aos actos» — afirmou no decurso da cerimónia.

A nova Câmara eleita no passado dia 19 de Novembro, é presidida por Abílio Fernandes (APU) e composta pelos vereadores Jorge Silva (APU), Francisco Mira Branquinho (PSD), António Grilo Foito (APU), Humberto Pereira Paixão (PS), Joaquim Ramalho Mendes (APU) e José Godinho Espanhol (PSD).

Após a assinatura do termo de posse usaram da palavra o presidente da Assembleia Municipal de Évora, Mário Barradas, após referir a maneira «viva e em liberdade» como decorreu a campanha eleitoral para a Câmara, que considerou como «exemplo

a nível nacional», frisou que «ultrapassada essa mesma campanha, é preciso passar das palavras aos actos».

E concluiu: «A partir de agora, e na medida do possível, é necessário que a nova Câmara dê resolução aos problemas da vida do concelho».

des salientou que a nova equipa camarária tudo fará para que «se consiga uma Câmara democrática ao serviço do povo de Évora».

Estiveram presentes na cerimónia que teve lugar no Palácio de D. Manuel, nesta cidade, além do governador civil do distrito Fausto Lucas Martins, o chefe do Estado-Maior da RMS, o juiz do Tribunal da Comarca de Évora, o representante do arcebispo desta cidade e os comandantes das Forças de Segurança aquarteladas em Évora.

Barragem da Cova de Viriato

COVILHA, 5 — A ampliação da Barragem da Cova de Viriato, que abastece de água a cidade da Covilhã e regiões limítrofes, foi incluída no plano de obras a realizar no ano de 1979 pela câmara municipal daquela cidade.

Após as obras previstas, aquela barragem, situada próximo das Penhas da Saúde, na

serra da Estrela, ficará apta a armazenar cerca de dois milhões de metros cúbicos de água.

Por sua vez, as obras de conclusão do Aeródromo da Covilhã orçaram em cerca de 22 mil contos — revelou o presidente do município covilhanense, Lopes Teixeira, na última sessão camarária.

TRIBUNA LIVRE

Revolução: no Estado ou contra este?

FERNANDO EGÍDIO DOS SANTOS DE SOUSA

A vontade não faz as revoluções, mas pode favorecê-las e estimulá-las. Onde se situa esta vontade em Portugal? Situar-se-á no Conselho da Revolução, nos partidos políticos, nas massas e suas organizações próprias: comissões de trabalhadores, comissões de moradores, conselhos de defesa popular?

Quem serão os motores e guardas vigilantes da Revolução portuguesa? Será a «Revolução portuguesa» uma revolução no Estado, ou contra este? Será uma Revolução contra a classe operária, da classe operária, ou uma revolução feita em seu nome?

O curso da Revolução decide-se de dia para dia, de mês para mês, nas relações de forças que se estabelecem não entre o Conselho da Revolução e os partidos políticos, mas entre o Conselho da Revolução, os partidos políticos e as formas de organização que se elaboraram pouco a pouco pelas massas desde o 25 de Abril. A legitimidade da Revolução não reside nem no Conselho da Revolução nem nos partidos políticos no poder e seu aliados, mas nas massas que eles dizem representar. «A Revolução», feita em nome do povo pelos militares, não pertence àqueles que a desencadearam mas a esse povo que historicamente a canaliza.

A bela Revolução, «a Revolução dos Cravos» começa a substituir-se pela Revolução real. Nisto consiste o ponto principal: a noite fascista durante a qual todos eram Portugueses católicos e irmãos, deixa cair o seu véu, descobrindo assim os verdadeiros rostos, os reais interesses de classe.

A política de «saneamento», não revelou que em Portugal nem todos eram irmãos, nem todos estavam unidos sobre a sacrossanta palavra da igreja, do exército, do Estado fascista?

É inútil negar os factos por medo das consequências: o momento é exemplar. O curso dos acontecimentos, hoje, em Portugal, indica a tendência do momento. O capital quer antes de tudo, e com a ajuda do Estado, romper esta dinâmica proletária de que necessitou durante quase meio século para pôr a funcionar os seus mecanismos de acumulação. O fascismo não procurava senão in-



O 25 de Abril chegou um pouco tarde...

tervir e programar o desenvolvimento das forças produtivas; atrasando as relações sociais de produção, obrigando a classe operária a pagar o desenvolvimento do capital.

O 25 de Abril chegou um pouco tarde, daí as dificuldades do M. F. A. e dos partidos políticos em estabilizar a situação. O capital é, por tradição, lento nos seus reflexos políticos, hoje mais ainda em Portugal, quando, ao ser denunciado pelas forças democráticas redobra o diálogo com todos os seus mais íntimos colaboradores: os grandes comerciantes e industriais, o clero, os banqueiros, os especuladores, etc...

Assim, enquanto que o Estado anuncia fracas medidas e define como alarmante a situação económica, o capitalismo ataca directamente e em nome das suas clientelas, a grande estrutura histórica decisiva: o movimento operário. Atacam para reocupar postos e espaços políticos, reconstruindo uma margem de segurança no seu exército de reserva, reestruturando, a partir das novas velhas hierarquias, o dia do trabalho, determinando novamente a força de trabalho, conduzindo a sua mobilidade, reduzindo os custos de produção, buscando abrir assim e, sem escrúpulo, uma outra treva no movimento sindical. Se é aqui precisamente que o imperialismo procura desarticular a unidade democrática, será aqui também que se torna urgente a programação imediata de uma consciência de luta.

Procura-se manter a classe operária alheia à conjuntura económica. O patronato decide

por si. Mas é também porque o seu sistema envolve precipitação nas decisões que uma estratégia de total negação da sociedade capitalista deve encontrar a sua forma táctica e eficaz de oposição ao poder concreto do capitalismo. O patronato ataca nas fábricas, nos sindicatos, nas comissões de moradores, nas escolas, etc., numa tentativa desesperada de fragmentar uma coerente consciência de Abril e dispersar a unidade democrática em grande parte alcançada.

Hoje, trata-se de intervir no sentido de forçar os responsáveis pela revolução democrática alertando-os para o carácter aberto dos actuais conflitos, avivando-lhes a memória revolucionária, deixando para trás, este tipo de «violência pré-lógica», as velhas e tradicionais organizações de classe. Nestas condições, nenhuma forma de iniciativa popular poderá deixar de assumir as suas formas de luta tradicionais e fundamentais.

Mas perguntar-se-á o que virá depois? Com certeza que não a crise catastrófica do sistema porque é óbvio que a estabilização da conjuntura se imporá, pelo funcionamento da planificação. O equilíbrio do desenvolvimento reconstituir-se-á e o Estado adaptar-se-á consequentemente às novas estruturas socioeconómicas assente numa correlação de forças diferente, com uma classe operária organizada pela experiência assente no terreno político.

Em contrapartida, se a estabilização do capitalismo for imposta sem este tipo de luta aberta, de novo será lida a «lenda» burguesa da disponibili-

dade da classe operária para o desenvolvimento capitalista.

Há momentos em que devemos escolher entre duas hipóteses possíveis de derrota, forçados, não por uma situação objectiva de classe, mas por um vazio na consciencialização política de vastos sectores. Por princípio e até na ordem dos factos, uma derrota na luta é mais favorável à classe operária que uma submissão passiva. O capitalismo progride, no seu desenvolvimento, sobre uma cadeia de conjunturas. Cada elo desta corrente oferece a ocasião dum conflito aberto, dum luta, dum acto de força. E o elo onde se romperá a corrente não será aquele onde o capital é mais fraco, mas sim, aquele onde a classe operária é mais forte. Podendo-se deduzir o interesse operário em eliminar o capitalismo, todas, absolutamente todas, as velhas contradições que degradam e tornam indirecta e imprecisa a luta de classes. Daqui, a necessidade primordial para a classe operária, de exprimir a cada momento, de maneira evidente, a sua posição. Daqui, a necessidade para a classe operária de evoluir politicamente, de forma organizada, de acordo com a sua própria vocação histórica.

Aqui, enfim, a tarefa fundamental, para uma organização política de classe, de escolher objectivamente o ponto e o momento da ofensiva, que destruirá os pressupostos e fará vacilar o sistema capitalista, construindo e dando ao processo desenca-deado em 25 de Abril, no seu conjunto, um arranque decisivo e consequente.

Se te identificas com o espírito do 25 de Abril, se queres participar nas transformações sócio-económicas que o mesmo possibilita como forma de adquirires a tua própria emancipação

VOTA UGT

UNIÃO
GERAL
DE

TRABALHADORES



movestar Móveis e Decorações, Lda.

NOSSA GAMA LINHA/79, A PREÇOS ESPECIAIS DE LANÇAMENTO
ATÉ FINS DE DEZEMBRO

GARANTIMOS NOSSA QUALIDADE DO MOBILIÁRIO
E DAMOS FACILIDADES DE PAGAMENTO

Quarto de casal electrificado	11 850\$00
Quarto de jovem electrificado	11 900\$00
Móvel para sala electrificado	13 500\$00
Mesa extensiva com cadeiras	6 900\$00
Sofá cama + 2 mapes	5 100\$00
Sofá cama + 2 mapes com garantia, em veludo de Dralon	16 000\$00
Canto + 3 elementos com garantia, em veludo Dralon	16 000\$00

ELECTRODOMÉSTICOS • ALCATIFAS • CANDEEIROS
ABERTOS DAS 9.30 AS 19 HORAS — SABADOS DAS 9.30 AS 13 HORAS

FAZEMOS ENTREGAS IMEDIATAS EM QUALQUER PONTO DO PAIS

AVENIDA DUQUE DE LOULÉ, 114 - 122

TELEFONES Secção de Vendas Escritórios Fábrica
5 96 08/9 5 96 12 92 39 88

EUROPA

"Sim" esmagador à Constituição esperado amanhã em Espanha

Mais de vinte e quatro milhões de espanhóis deverão acorrer amanhã às urnas para votar sobre a aprovação da Constituição espanhola que consagra a democratização deste país, depois de mais de 40 anos de ditadura e de dois anos de reformas políticas.

O dia 6 de Dezembro, o «Dia da Constituição» como dizem milhares de anúncios difundidos maciçamente por toda a Espanha, será uma etapa histórica da vida política espanhola.

Praticamente todos os partidos políticos, à excepção da extrema-direita e da extrema-esquerda, apoiam o voto favorável à Constituição.

Apenas o Partido Nacionalista Basco recomenda a abstenção. As forças sociais e religiosas

ultraconservadoras também se manifestaram contra a Constituição.

Espera-se a votação de pelo menos, 75 por cento do eleitorado, e pensa-se que o número de votos negativos será muito reduzido. Por outro lado, teme-se a abstenção, não como resultado da propaganda dos resultados, mas como atitude de um grande sector da população desinteressado da participação política.

Nos sectores oficiais dos partidos considera-se que essa participação eleitoral de 75 por cento será «positiva».

Aos 23 milhões de eleitores das eleições de Junho de 1977, juntam-se agora mais de milhão e meio de jovens com idades compreendidas entre os 18 e os

21 anos, que anteriormente não votaram.

Tanto o partido governamental UCD como o PSOE, o PCE e a minoria catalã desenvolveram intensa actividade propagandística neste fim-de-semana em favor do «sim à Constituição».

Mais de dois mil comícios realizaram-se nos últimos dias em toda a Espanha e ontem, dia do encerramento da campanha, falaram pela rádio e pela televisão, Felipe Gonzalez e Adolfo Suarez, além de outros líderes políticos, para pedir o «sim» na Constituição.

Os partidos autores do consenso constitucional estão convencidos de que a Constituição será aprovada por grande maioria, mas politicamente convém que o seja com grande participação popular, o que constituirá um

grande suporte político para o processo democrático espanhol.

Até agora, e desde as últimas eleições, os espanhóis viveram um pouco à margem da actividade política levada a cabo pelo Governo e pelos partidos políticos nas Cortes, empenhados sobretudo na elaboração do texto constitucional e numa política de consenso.

Os perigos desestabilizadores têm sido o terrorismo no País Basco e em alguns casos com acções a nível nacional, a ultra-direita e o controlo que exerce sobre a situação económica o desemprego e inflação, as autonomias e a posição conservadora de alguns sectores militares.

À última hora, estes tentaram o golpe, que não surtiu aos seus autores, os efeitos esperados. Os grupos mais conservadores da Igreja pretenderam também dar o seu golpe assumindo posições contra a Constituição, como o caso do cardeal Primaz com o apoio dos oito bispos mais integristas, mas a maioria do Episcopado pronunciou-se a favor da liberdade de voto, defendendo que a Constituição nada continha contra os princípios religiosos e católicos.

Nos últimos dias houve menos atentados do que se previa, tendo sido estabelecidos esquemas especiais de segurança e enviadas para o País Basco treze companhias de forças especiais da Polícia e da Guarda Civil.

Aliás, em toda a Espanha foi posta em marcha a «operação Ariete» levada a cabo por forças militares e policiais com o objectivo de garantir a ordem pública e segurança das instalações e serviços oficiais e públicos antes e depois do referendo.

Patrulhas especiais de forças do Exército, da Polícia e da Guarda Civil protegem todos os pontos nevralgicos que possam constituir objectivo de atentados.

Ainda às últimas horas do dia se conhecer os primeiros resultados. Um completo serviço de computadores está instalado para processamento dos resultados e no Palácio dos Congressos e Exposições de Madrid está instalado um centro de imprensa, onde será dado conhecimento imediato dos resultados e de informações relacionadas com o referendo.

Reunião ministerial do Pacto de Varsóvia

Todos os ministros da Defesa dos países do Pacto de Varsóvia, sem faltar o ministro romeno, estão reunidos desde ontem em Berlim, numa sessão normal daquela organização.

Esta reunião anunciada em Novembro em Moscovo, será consagrada, segundo fontes soviéticas, «aos problemas relacionados com as actividades correntes dos organismos militares do Pacto de Varsóvia».

Parece provável para os observadores que sejam evocadas as divergências entre a Roménia e os seus aliados sobre um esforço suplementar no capítulo do armamento. A independência das forças armadas romenas e os problemas relacionados com a posição da China não deixarão também de ser analisados.

primeiro ataque de guerrilha urbana na capital desde a nomeação do governo chefiado por um militar, há um mês.

As forças de segurança lançaram uma operação de busca para encontrar os responsáveis.

Uma perturbação potencialmente mais perigosa surgiu com uma nova greve nos campos petrolíferos do Irão, a segunda em seis semanas, a qual reduziu ontem a produção para 60 por cento do normal. Uma prolongada greve, adicionando-se a meses de crescentes problemas em todos os sectores da economia, causaria enormes danos.

Entretanto, fonte segura em Washington indica que os Serviços de Informação americanos pensam que o xá do Irão só tem 50% de probabilidades de se manter no Poder.

Finalmente, o Governo francês advertiu o dirigente religioso shiita iraniano Ayatollah Khomeini que, na sua qualidade de estrangeiro deve moderar os seus incitamentos à luta contra o xá.

O Ministério francês dos Negócios Estrangeiros anunciou ontem em Paris, que um representante seu visitara o influente líder muçulmano para lhe recordar as obrigações a que estão sujeitos os estrangeiros em território francês.

TARAKI RECEBIDO POR BREJNEV

O primeiro-ministro afegão, Nur Mohammed Taraki, foi recebido na segunda-feira no Kremlin por Leonid Brejnev, a quem exprimiu o seu «reconhecimento pelo auxílio prestado pela URSS ao povo afegão em luta pela consolidação das conquistas da revolução».

Segundo a TASS, a entrevista foi assinalada por uma atmosfera de «amizade e de compreensão mútua», tendo as duas partes realçado que «a vitória da Revolução de Abril no Afeganistão criou condições qualitativamente novas para a extensão e o aprofundamento da cooperação entre os dois países em diferentes domínios».

ASIA

Abdicação do xá desmentida pelo Governo de Teerão

O Governo iraniano refutou categoricamente sugestões de que o xá, a braços com uma insistente oposição religiosa e política ao seu regime, abdicaria do trono que ocupa há 37 anos.

Um breve mas enérgico comunicado do Ministério da Informação desmentia categoricamente notícias da imprensa estrangeira de que seria formado um conselho de regência para desempenhar as funções do monarca.

Foi emitido o comunicado no meio de um contínuo tumulto político e económico, no Irão, enquanto o fervor religioso entre os devotos muçulmanos shiitas se encaminhava para o seu ponto

culminante nos próximos domingo e segunda-feira — 1298.º aniversário da morte em combate do neto do profeta Maomé.

Proibidos pelo Governo de chefia militar de realizarem as suas habituais procissões fúnebres, milhares de iranianos desceram às ruas ou empoleiraram-se em telhados a noite passada, desafiando um recolher obrigatório nocturno pela quarta vez consecutiva, enquanto gritavam palavras de ordem religiosas.

Ontem indivíduos desconhecidos disparando carabinas automáticas e lançando bombas de fabrico rudimentar, mataram um polícia e feriram dois outros no

Frente de Oposição cambojana

quer a paz com o Vietname

Foi criada uma Frente Unida de Salvação Nacional do Camboja (FUSNK), cujos objectivos são estabelecer um Estado democrático, popular, pacífico, independente, neutro e não alinhado, progredindo em direcção ao socialismo. O comunicado, que anuncia a constituição desta frente de oposição ao regime actual de Phnom Penh, foi tornado público numa zona «já libertada» do Camboja e reproduzido integralmente pela imprensa oficial vietnamita.

A Frente da Oposição compromete-se, nomeadamente, a «resolver pela negociação todos os litígios com os países vizinhos» e a «pôr fim à guerra com o Vietname provocada pelo bando que vós sabeis» (isto é, os actuais dirigentes cambojanos, cuja política de total obediência a

Lequim conduziu a uma guerra contra Hanói, país cujo esforço heróico foi decisivo para a libertação do próprio Camboja).

Enquanto a agência de Pequim «Nova China» reage violentamente à criação desta Frente, considerando que ela «representa uma escalada séria das autoridades vietnamitas na sua guerra de agressão contra o Camboja», o governo de Phnom Penh apressou-se a anunciar o seu desejo de restabelecer imediatamente relações amistosas com Hanói. Sinal de fraqueza? Notícias não confirmadas vindas a lume no mês passado davam conta de que os opositores ao regime de Phnom Penh tinham conquistado largas zonas de território e chegou mesmo a noticiar-se a queda iminente dos actuais dirigentes cambojanos.

EUA

Uma mulher eleita

"mayor" de S. Francisco

Dianne Feinstein, de 45 anos, foi eleita ontem «mayor» (presidente da Câmara) de S. Francisco, uma semana depois de o «mayor» George Moscone e o conselheiro municipal Harvey Milk, terem sido mortos a tiro nos seus gabinetes na Câmara Municipal.

Dianne, que exercia o cargo de presidente interinamente

desde as mortes na segunda-feira passada, foi eleita pelo órgão directivo da cidade, o Conselho de Supervisores do qual era presidente.

Primeira mulher a ser «mayor» de S. Francisco, Dianne declarou em lágrimas aos jornalistas que estava ainda abalada pelos assassinios mas estava disposta a assumir plena responsabilidade no cargo de «mayor».



Antonio Carloto
TECIDOS, ESTOFOS E DECORAÇÕES

MÓVEIS
EM TODOS OS ESTILOS

CONSULTEM OS NOSSOS PREÇOS

Rua Serpa Pinto, 43 e 45. Tel. 2072448
Rua Miguel Bombarda, 1 e 222/222-A
BARREIRO

1 2 3 4 5 6
7 8 9 0
1 2 3 4

MULTIBIT
uma organização
especializada em
calculadoras electrónicas

8 9 0

MULTIBIT

Comércio e Representações, Lda
Av. de Madrid, 31-A
Lisboa - Portugal

junte o útil ao agradável

MÉDIO ORIENTE

Embaixador egípcio expulso da Bulgária

O embaixador da Bulgária no Cairo, Georgi Filipoff Vladikoff, declarou à agência noticiosa DPA esperar que o seu governo rompa as relações diplomáticas com o Egipto, na sequência do assalto de forças de segurança egípcias à Embaixada, sob as ordens do presidente Anwar Sadat.

Entretanto, em Sófia, as autoridades búlgaras concederam hoje um prazo de três dias ao embaixador egípcio e respectivo pessoal da Embaixada para abandonarem o país, ao mesmo tempo que chamavam a sua delegação no Cairo.

Por seu turno, o ministro búlgaro dos Negócios Estrangeiros, Peter Mladenov, entregou uma nota ao embaixador egípcio em Sófia manifestando o seu «veemente protesto» por aquilo que classifica de «acto sem precedentes nos assuntos internacionais e a nível diplomático».

A agência noticiosa búlgara BTA frisa que «a atitude das autoridades egípcias tornou impossível o normal funcionamento da missão diplomática búlgara no Egipto».

Recorda-se que as forças de segurança egípcias ocuparam ontem a Embaixada búlgara no Cairo, prendendo um guarda daquela missão diplomática e apreendendo armas, alegadamente utilizadas no ataque contra a mulher e duas filhas do subsecretário egípcio da Energia, Tuhad Taher, que tem alugado um dos andares do edifício adquirido pela Bulgária há 18 meses, para estabelecer os seus serviços diplomáticos.

MENSAGEM DE BEGIN

O primeiro-ministro israelita, Menahem Begin, enviou uma mensagem ao presidente egípcio, Anwar Sadat, aparentemente expressando a recusa do seu governo em renegociar o projecto de tratado de paz.

Não revelando, embora, o teor da mensagem de resposta de Begin, fontes governamentais em Jerusalém tornaram claro ser pretensão de Israel que o Egipto abdique das exigências de alteração de algumas das cláusulas do tratado.

ONU CONDENA ISRAEL

O Comité Social da Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou resolução favorável sobre um documento condenando «a intensificação das relações entre o Estado sionista de Israel e o regime racista sul-africano».

O referido documento, em que igualmente se acusa Israel de

«discriminação racial contra os palestinianos», fora aprovado na Conferência Mundial da ONU sobre o Combate ao Racismo e a Discriminação realizada de 14 a 25 de Agosto último em Genebra e da qual se retiraram em protesto doze países ocidentais.

Os Estados Unidos boicotaram a votação, tal como em Genebra, e votaram contra, entre outros, Israel, Grã-Bretanha, França, Bélgica, Itália, Alemanha Federal e Luxemburgo, num total de 18 países. A favor votaram 101 países, e houve 13 abstenções.

AMÉRICA LATINA

Oposição democrata-cristã vence eleições na Venezuela

O candidato social-democrata à presidência da República venezuelana, Luis Pinerua Ordaz, reconheceu publicamente o triunfo eleitoral do seu principal opositor, o democrata-cristão Luis Herrera Campins.

Em declarações à Imprensa local, o candidato da «Acción Democrática», no poder, afirmou que, a manter-se a actual tendência dos escrutínios, Herrera Campins deve ter assegurada a vitória nestas eleições.

O virtual triunfo da Democracia Cristã sobre a social-democracia nas eleições gerais de domingo passado na Venezuela vem reforçar o bipartidarismo e a alternância no poder, segundo pensam hoje os observadores em Caracas.

Depois da queda do regime ditatorial do general Marcos

Perez Jimenez há vinte anos, a vida política venezuelana foi dominada por dois partidos de centro esquerda, o Social-Democrata «Acción Democrática» (AD), no poder desde 1959 a 1969 e de novo desde 1974, e a Democracia-Cristã «COPEI», entre 1969 e 1974.

O regresso da DC venezuelana ao governo parece obedecer à vontade de mudança do jovem eleitorado venezuelano e das classes médias, que formam a grande maioria da clientela do COPEI.

A incapacidade aparente dos sociais-democratas para eliminar a endémica corrupção administrativa que só tem aumentado durante os cinco anos do mandato do presidente Andrez Perez e o desequilíbrio da economia, apesar das fabulosas receitas provenientes do petróleo nestes quatro últimos anos, foram trunfos a favor do principal candidato da oposição, Luis Herrera.

Também uma série de escândalos que rebentaram nestes últimos anos não serviram a causa do candidato governamental que é, aliás, um social-democrata bastante apagado.

Finalmente os 50 milhões de dólares que o partido no poder enterrou na campanha eleitoral, que foi longa e ruidosa, só conseguiram causar no eleitorado um sentimento de lassidão.

Contrariamente aos prognósticos da grande maioria da Imprensa venezuelana e dos institutos de sondagens, os venezuelanos não votaram «correctamente» como dizia o «slogan» do aparelho do partido no poder.

Os pequenos partidos e, em primeiro lugar, o Partido Comunista (pró-Moscovo) e depois a extrema-direita foram literalmente «cilindrados» pelo sistema bipartidário.

CIÊNCIA

Sonda americana alcança Vénus

A sonda norte-americana «Pioneer Vénus Um» alcançou ontem uma órbita de Vénus, depois de ter percorrido em 7 meses 480 milhões de quilómetros.

A sonda transmitirá para a Terra, durante um mínimo de nove meses, dados sobre a densa camada de nuvens que envolve o planeta e sobre a sua atmosfera.

Uma segunda sonda, a «Pioneer Vénus Dois», integrada por cinco sondas menores, alcançará Vénus no próximo sábado.

Este programa custou à Administração Norte-Americana 210 milhões de dólares, e os cientistas esperam obter importantes dados para a previsão meteorológica da Terra, pois consideram Vénus um modelo simplificado da Terra nessa matéria.

AFRICA

Aniversário do MPLA

As comemorações do aniversário da fundação do MPLA, em 10 de Dezembro de 1956, iniciaram-se, em Luanda, com a inauguração da primeira festa anual do partido.

Em todas as capitais de províncias, assim como em numerosas empresas e serviços públicos, estão também a decorrer manifestações políticas e actividades culturais, recreativas e desportivas, para celebrar o 22.º aniversário do MPLA e o primeiro aniversário da transformação do movimento em partido marxista-leninista.

A primeira festa anual do partido foi promovida pelo Bureau Político do MPLA — Partido do Trabalho. Além de numerosas actividades recreativas, inclui pavilhões de organismos governamentais, do MPLA e das actividades agrícolas e industriais.

No recinto da festa anual do partido estão a efectuar-se, também, numerosas reuniões de divulgação dos princípios ideológicos, objectivos e actividades do MPLA — Partido do Trabalho e das suas organizações de massas.

Enviados anglo-americanos em missão na Rodésia

Os enviados anglo-americanos Cledwyn Hughes, Stephen Low chegaram ontem a Salisbúria para conversações com o primeiro-ministro rodesiano, Ian Smith, sobre a projectada conferência entre todas as partes envolvidas no conflito do território.

De acordo com Hughes, o enviado britânico, a missão em curso visa prospectar a existência de condições para a realização de tal conferência e as perspectivas de um acordo pacífico para o estabelecimento dum Governo de maioria, entre os actuais dirigentes de Salisbúria e a Frente Patriótica.

Enquanto isto, missionários rodesianos denunciaram o recrutamento forçado e envio de estudantes negros residentes nas zonas em que foi instaurada a lei marcial para fazendas pertencentes a agricultores brancos.

A operação, decretada pelas autoridades de Salisbúria com o

alegado propósito de impedir a integração dos estudantes em «grupos de jovens terroristas», foi desencadeada nas referidas zonas na passada quinta-feira, de acordo com o testemunho do padre católico rodesiano David Gibbs.

Por outro lado, o presidente zambiano, Kenneth Kaunda, manifestou a sua preocupação face à política norte-americana na Rodésia.

Definindo a situação na antiga colónia britânica como «muito crítica», Kaunda considerou que, «se nada for feito», a mesma poderá conduzir à eclosão duma «terceira guerra mundial».

Estas declarações do presidente zambiano foram prestadas antes de se avistar, em Lusaka, com o embaixador norte-americano nas Nações Unidas, Andrew Young, e com o vice-secretário de Estado para os Assuntos Africanos, Richard Moose.

Embargo contra Pretória

O Conselho de Segurança reuniu-se segunda-feira à noite em sessão pública por causa da questão da Namíbia, de acordo com o pedido feito na sexta-feira pelo grupo dos países africanos a propósito das eleições que ali estão em curso sob a égide do administrador-geral sul-africano.

O presidente em exercício do grupo das delegações africanas na ONU, o representante do Congo, Pascal Gayama, reclamou ao conselho um embargo total do fornecimento de produtos petrolíferos à África do Sul como prelúdio para outras sanções internacionais obrigatórias.

AS «ELEIÇÕES»

De 10 a 15 por cento dos eleitores, isto é, cerca de 60 000, apresentaram-se na segunda-feira às urnas na Namíbia para a «eleição» da Assembleia Constituinte, indicava-se hoje de fonte oficial em Windhoek. O escrutínio deve continuar até sexta-feira.

Recorda-se que os dirigentes do principal movimento nacionalista negro a SWAPO, apelaram ao boicote das «eleições», e que o Conselho de Segurança da ONU tinha pedido à África do Sul para desistir dessa iniciativa.

Segundo a emissora de Rádio SABC, o número dos votantes teria atingido logo na primeira volta 70 000. Cerca de 400 000 eleitores estão inscritos.

COMPANHIAS DOS EUA VIOLAM EMBARGO?

A Secretaria norte-americana do Tesouro reabriu o inquérito às alegações de que companhias petrolíferas dos Estados Unidos estão a fornecer combustíveis à Rodésia, violando assim o boicote decretado pelas Nações Unidas.

O «Sun Times», de Chicago, escrevia ontem que a investigação foi reiniciada depois de um

relatório do Governo britânico aludir a possíveis violações por parte da companhia «Mobil And Caltex», empresa subsidiária da «Texaco And Standar», da Califórnia.

Funcionários da Secretaria do Tesouro confirmaram ontem que estão a proceder às investigações para determinar se as filiais sul-africanas da «Mobil And Caltex» estão a canalizar combustíveis para a Rodésia.

UGT

FESTA DE AMIZADE

INTEGRADA NA CAMPANHA DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS.

DIA 7/DEZEMBRO ÀS 21 HORAS

NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS

COM A COLABORAÇÃO DE:

RAUL SOLNADO	MANUEL AZEVEDO COUTINHO
SIMONE DE OLIVEIRA	XICO JORGE
CARLOS ZEL	TERESA TAROUCA
GINA MARIA	RODRIGO
HERMÍNIA TOJAL	MARA ABRANTES
LENITA GENTIL	CARLOS QUINTAS
ANTÓNIO MOURÃO	FERNANDA BATISTA
MARIA LOURDES RESENDE	GABRIEL CARDOSO
MARIETE PESSANHA	VERÓNICA

CONJUNTOS

JORGE MACHADO
OS MARANATAS
OS TÍPICOS DE PORTUGAL

GUITARRISTAS-VIOLAS:

ANTÓNIO CHAINHOFRANCISCO GONÇALVES
ANTÓNIO PARREIRAJOSE MARIA NÓBREGA
MANUEL DOMINGOSMÁRIO PACHECO

APRESENTAÇÃO DE:
MARIA LEONOR
ALICE CRUZ
MIGUEL SIMÕES

NÃO FALTES

DIA 7/DEZEMBRO

NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS ÀS 21 HORAS

PAPEIS DE PAREDE

ALCATIFAS

QUALIDADE ECONOMIA

REVESTIMENTOS PLÁSTICOS

BARROS

R. José Duro, 22 D (Alvalade)

Lisboa Telfs. 89 2057/80 0616

Canal da Crítica

... E falemos hoje de coisas sérias

Há quem diga que **Finisterra**, o último livro de Carlos de Oliveira, é um dos mais belos livros de há uns bons anos a esta parte. Há quem diga também que ele é um dos mais belos livros dos últimos trinta anos. Não entendo o rigor destes limites. Até porque ninguém duvidará de que se trata de um dos mais belos livros que já se escreveram em Portugal. Sempre.

Carlos de Oliveira. É muito difícil falar dele porque, se falamos dele, toda a banalidade é pecado.

Teremos de falar de respeito, de amor, da alegria e do orgulho de se merecer estar ao seu lado. Coisa de que ele não gostará de ouvir falar, com esse afastamento de quem mora demasiado

longe e se sente perturbado, no seu aparente refúgio, com declarações em voz alta.

Teremos de referir toda uma vida onde o amor ao seu povo foi uma constante, um acto permanente — e total — de coerência. E ele não gostará de ouvir dizer isso, tão naturais foram todos os dias de sofrimento e, feitas delas, todas as palavras de esperança.

Teremos de falar da importância da sua obra — e ele irá encolher os ombros, mudar de assunto, não estar interessado em ouvir.

Mas como, mas como falar de um homem chamado Carlos de Oliveira sem, de qualquer modo, dizer do nosso respeito, do

nosso amor, do orgulho de merecermos tê-lo conhecido?

Não é possível. Ontem mesmo vimos isso mesmo no segundo programa.

«FINISTERRA»: VIAGEM E CONHECIMENTO

Eram dez e meia. No primeiro programa, «O Planeta dos Homens» fazia rir. Viria logo a seguir o Mota Pinto, com o seu anticomunismo grosseiro de comício para atrasados mentais, fazer-nos chorar. A competir com a política do riso e o riso de certa política, estava no segundo programa a rubrica «A escrita em dia» dedicada integralmente a Carlos de Oliveira. A competir, infelizmente, com armas desiguais.

Prado Coelho apresentou. Manuel Freire cantou duas canções, que se tornaram popularíssimas, sobre versos de Carlos de Oliveira — e muitas outras, de outros cancionistas, poderiam ouvir-se. Lamente-se que, ao menos em gravação, não nos dessem também o **Coro de Amadores de Música** e o Luís Cília.

Maria Barroso leu, como só ela sabia, dois poemas de Carlos de Oliveira. Vimos desenhos de Júlio Pomar, cenas de «Uma Abelha na Chuva», cinematografada por Fernando Lopes. Após o que decorreu uma exposição a três sobre «Finisterra». Participaram Manuel Gusmão, Augusto Abelaira e Maria Lúcia Lepecki.

Não foi uma exposição fácil.

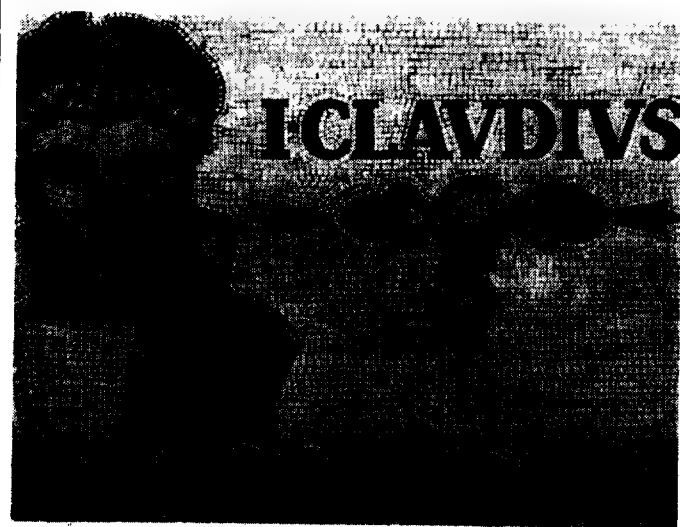
No entanto, do rigor de ordenação de Manuel Gusmão, da aventura (ela própria cheia de encantamento) de viagem, de Abelaira e do levantamento crítico de Maria Lúcia Lepecki ressaltaram duas coisas principais: a extraordinária riqueza desta obra e a urgência cultural de a conhecermos.

Não se trata, como também foi dito, de uma obra de leitura fácil, particularmente para quem está viciado nas fáceis leituras ou em leituras diferentes. Aliás, é difícil para o consumidor todo o ordenamento artístico que se afaste do ordenamento habitual. Mas o esforço em ler este livro (e também se disse isto ontem) será amplamente recompensado pela descoberta (ou pela aventura, ou pela viagem...) a que ele nos convida.

O leitor encontrará novas pistas, certamente, além daquelas que lhe foram sugeridas. Mas se esta ginástica lhe faltar, conhecerá a grandeza das palavras nos seus contornos exactos, conhecerá essa estranha aventura de fluência das frases para o sonho, para a música. Páginas há em que é música extrema o que se lê.

Finisterra: simultaneamente, uma terra onde se morre e onde se nasce. Um livro que, nascido com a marca do génio e como que pretendendo ao intemporal, nos fala do nosso tempo, da nossa História. E eis como, para encerrar o ciclo de Manuel Gusmão, uma obra regressa ao materialismo histórico...

Hoje



Esta noite exhibe-se mais um episódio de «Eu, Cláudio»

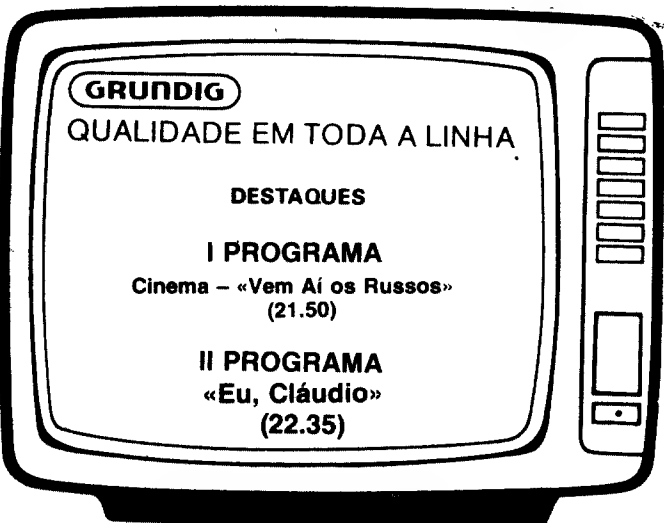
I PROGRAMA

- 18.25 **Sumário.**
- 18.30 **Há Fitas** — «Os Cinco e o Combóio Fantasma» (2.ª parte).
- 19.05 **Pais, Pais** — a notícia e a reportagem regionais.
- 19.25 **Ciência a Cada Passo a Cada Passo Ciência.**
- 20.00 **JORNAL RTP-1.** — o País e o estrangeiro através da notícia e da imagem e o Boletim Meteorológico.
- 20.35 **Perfil** — breve encontro com figuras da cultura portuguesa. Hoje: Manuel Alegre.
- 20.40 **«O Astro»** — a novela de Janete Clair (37.º episódio).
- 21.20 **Zoom** — desenvolvimento dos principais temas da actualidade internacional.
- 21.50 **A Comédia e a Vida** — Vem Ai os Russos, intérpretes: Carl Reiner, Eva Marie Saint, Alan Arkin, Brian Keith, Jonathan Winters, Theodore Bikel, Paul Ford e Tessie O'Shea. Realização de Norman Jenison.
- 00.00 **24 Horas** — as notícias mais importantes das últimas 24 horas.
- 00.15 **Fecho**

TUDOR BATERIAS · PILHAS

II PROGRAMA

- 18.45 **Ano Propedéutico**
- 20.32 **Espaço Audio-Visual** — «War Requiem», op. 66, de Benjamin Britten, sobre o texto litúrgico da «Missa Pro Defunctis» e poemas de Wil Fred Owen.
- 22.00 **Informação/2**
- 22.35 **«Eu, Cláudio»** — série baseada na obra de Robert Graves e adaptada por Jack Pulman. Realização de Herbert Wise.
- 23.40 **Fecho**



Amanhã

I PROGRAMA

09.15: Ano Propedéutico; 13.25: Ciclo Preparatório TV; 18.25: Sumário; 18.30: Imagem a Galope; 19.05: Pais Pais; 19.25: Mulheres, Mulheres; 20.00: Jornal RTP-1; 20.35: Perfil; 20.40: «O Astro» — 38.º episódio; 21.20: Vamos Jogar no Totobola; 21.35: «Os Novos Vingadores»; 22.40: Debate sobre o Programa do IV Governo; 23.45: 24 Horas; 00.10: Fecho.

II PROGRAMA

18.45: Ano Propedéutico; 20.30: Síntese; 21.00: As Grandes Viagens; 22.00: Informação/2; 22.30: Directissimo; 23.30: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU **TV**

SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 88 27 86 - 89 98 26

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8



DISCOTECA FILINTO

OFEREÇA PRENDAS DE NATAL COMPRANDO NA DISCOTECA FILINTO

DISCOS, CASSETES, BIBELLOTS, PERFUMARIA, BRINQUEDOS, ETC., ETC.

AV. 5 DE OUTUBRO, 53-A — LISBOA

TELEF.: 53 50 40

QUARTO 13

MIGUEL BOMBARDA

A. Gonçalves

- Um dos melhores livros saídos nos últimos anos (da **Crítica**)
- Desde que o li comecei a pensar e agir doutro modo (**leitor**).

PEDIDOS: T. 370691
À venda nas livrarias

TRIBUNAL DO TRABALHO DE FARO

ANÚNCIO 2.ª PUBLICAÇÃO

O Doutor António Luís Soares de Andrade, juiz do Tribunal do Trabalho de Faro
FAZ SABER que pela secção de processos e nos autos de acção da suspensão de despedimento em que é requerente Maria dos Anjos Fragoso Nunes, solteira, residente na Rua de S. João n.º 65 em Quarteira e requerida Brunauto — Automóveis de Aluguer, Limitada, com última sede conhecida na Rua Joaquim Bonifácio n.º 10-A em Lisboa, foi por sentença proferida em dezasseis de Janeiro de 1978 decretada a suspensão de despedimento que foi aplicada à requerente pela requerida, em virtude de não se ter verificado a existência de probabilidade

séria efectiva de justa causa para o invocado despedimento.
O respectivo duplicado da sentença encontra-se na secção de processos deste Tribunal onde poderá ser levantado quando solicitado pela requerente, digo requerida.

Tribunal do Trabalho de Faro, aos 27-de Novembro de 1978

O JUIZ

a) António Luís Soares de Andrade

O ESCRIVÃO

a) Francisco dos Santos Gonçalves

FARDOS E GUITARRADAS

HOJE ÀS 21.30

ADOQUE teatro

NÃO ACONS. A M/18 ANOS

Telef. 87 44 76

4.ª FEIRA DESCANSO

com **HENRIQUE VIANA**

LEÓNIA MENDES

ERMELINDA DUARTE

MAGDA CARDOSO

MARIA TAVARES

TEATRO VARIEDADES
TEL. 32 60 37
VASCO MORGADO APRESENTA

HOJE 2 SESSÕES: ÀS 20.30 E ÀS 22.45

DIVERTIDÍSSIMO ESPECTACULARÍSSIMO É UMA FESTA!

A BILHETEIRA ABRE ÀS 13.00

SEXTA-FEIRA MATINÉE ÀS 16 H.

RAUL SOLNADO

na locutura musical de Raul Solnado e Pedro Bandeira Freire baseada na peça de EDUARDO SCHWABACH Anistacia & C.ª

Não Aconselhável a menores de 13 anos

FELIZARDO & C.ª
MODAS & CONFECÇÕES

Música de **FREDERICO VALÉRIO**

Cenário de **ANTÓNIO CASIMIRO**

Reprodução de quadros de Carlos Botelho por Ze Manel, Robocho e António Alberto

Figurinos de **JOSE COSTA REIS**

Coreografia e colaboração na encenação de **AGUEDA SENA**

Encenação de **CARLOS AVILEZ**

Com (por ordem de entrada em cena):

MARIA ADELINA JOSE DE CARVALHO RITA ROBERTO AMMA PAULA VERÓNICA Raul Solnado HERMAN JOSE VITOR DE SOUSA

os manequins: RIGOUTA, BEU, EDNA, MARLUCE, MADEIRA, MANUEL BARROSO, ARTUR FONSECA, JOSE LUIS, MARIA JOAO, ROGERIO BARBOSA, FRANCISCO GUERRERO, MARILIO JOSE e PATI

uma loucura musical!

CINEMA "MADE IN USA"

«Superman» continua a ser o filme aguardado com maior expectativa antes de 1979: a vedeta é Christopher Reeve, de 26 anos. Orçamento do filme: 30 a 45 milhões de dólares, 4 milhões dos quais se destinam ao pagamento dos 14 dias de filmagem de Marlon Brando.

Para que os heróis do planeta Krypton seduzam novamente o grande público, como aconteceu nos anos 30, os produtores multiplicaram os efeitos especiais, iniciaram uma gigantesca campanha publicitária... e cortaram em duas a primeira montagem do filme. «Superman 2» sairá dentro de seis meses, mas o super-homem já se encontra em todas as lojas de brinquedos, tal

como os robots da «Guerra das Estrelas», filme cujas vendas anexas ascenderam a 400 milhões de dólares.

Treze filmes de Marcel Carné irão ser projectados no princípio de Dezembro pela Universidade de Miami, por ocasião do 70.º aniversário deste realizador francês. Este, por razões de saúde, não pôde deixar Paris, para assinalar a data.

Nova Iorque, Washington, Boston e Chicago, organizarão em princípios de 1979 manifestações análogas em homenagem a Marcel Carné. «A Bíblia», última obra do realizador produzida para a Televisão, será projectada em Miami, em «première» americana.

Ned Beatty, já vista em «Deliverance», «Network» e «Nashville», nomeadamente, será a vedeta principal do filme «1941» que está actualmente a ser rodado na Califórnia por Steven Spielberg.

Com este filme de orçamento modesto, Spielberg quer realizar uma obra sorridente sobre os adolescentes do oeste americano, pouco relacionados com os longínquos ecos da Segunda Guerra Mundial. Uma lembrança de infância, precisou Spielberg, que conta apenas 31 anos.

Com 8 milhões de dólares de receitas em duas semanas, «Magic», o último filme do produtor Joseph Levine, anuncia-se como o sucesso - surpresa de fim de ano. A contribuição de Anthony Hopkins, ventríloquo que desdobra a sua personalidade até ao suicídio final, faz deste cómico - vedeta da Broadway um dos favoritos na corrida aos óscares de Hollywood.

Hopkins tinha-se já distinguido em «Equus», pelo qual recebeu a mais alta distinção do teatro americano, eclipsando nesta peça Richard Burton, que asseguraria depois uma versão filmada.

O produtor italiano Dino de Laurentis estende o seu império: 4 filmes estão em fim de rodagem (orçamento total de 60 milhões de dólares), 4 outros estão previstos para 1979 e adquiriu os direitos de «Made in America», Best-Seller de Peter Maas.

Para o Natal, de Laurentis conta com «The King of the Gypsies», com Brooke Shields, e «Hurricane», para cuja rodagem, em Bora Bora, foi necessário construir dois hotéis.

TEATRO PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE

Balanço positivo do I Encontro e promessas de novas realizações

O I Encontro de Teatro Profissional para a Infância e a Juventude promovido pela CPTIJ, foi um acontecimento que os organizadores consideram único e histórico para o teatro português.

Pela primeira vez reuniram-se 14 companhias de teatro profissional, 12 das quais apresentaram os 29 espectáculos a que assistiram 6.000 espectadores entre 21 e 26 de Novembro passado.

O Bando apresentou «O Pastor», «O Vigarista e o Dentista», «O Ovo» e «Ouzi-Kzaf»; o Teatro da Branca Flor, «Os dois compadres»; a Casa da Comédia, «Ai não fazem de nós gato sapato»; O Centro Cultural de Évora, (Unidade Infância), «Ma Liang», os «Comediantes», «Pé de Palhaço»; a Comuna, «Bão», O grupo Joana, «Oh não, deixa-me ir ver o ai ai minha machadinha»; Pé de Vento, «Ventolão, o maior intelectual do mundo»; Saltitões, «A Gruta»; TAS, «Zé Pimpão e os sapatos feitos à mão», «Vivam os palhaços»; TNT, «Um dois, três, cinco histórias de uma vez».

Apesar da falta de apoio oficial, foi possível a realização deste I Encontro devido ao esforço capacidade organizativa e entusiasmo dos grupos aderentes e a cedência das salas pelo Teatro da Cornucópia e Barraca.

nuela Porto», e que contaram com a presença de algumas centenas de interessados, entre professores, profissionais de teatro, pedagogos, e público em geral. Na orientação dos mesmos estiveram presentes, entre outros, João dos Santos, João Mota, António Ferra, Sérgio Niza, Jaime Gralheiro, Ilse Losa, Lília da Fonseca, Domingos Morais, Dá Mesquita, Maria Helena, Blanco Gil, Carlos Barros, Orlando Garcia e Norberto Ávila.

Com este encontro debateram-se saudavelmente perspectivas e opções de trabalho no campo da produção e

animação teatral para crianças, que abriram novos horizontes à organização dos grupos e de outros interessados no lançamento do CPTIJ.

Estão já em programação para o próximo ano (Ano Internacional da Criança) os I Encontros Regionais de Teatro Amador, em colaboração com a APTA, e o I Grande Encontro de Teatro Amador e Profissional.

Os grupos amadores e profissionais, professores, psicólogos e animadores interessados nas iniciativas do CPTIJ devem contactar para a sede provisória Rua do Vale Formoso, 18, Lisboa.

Música Aberta
segunda-feira • 22 h

11 DEZEMBRO
GAC
CARLOS MENDES

A versão filmada de «The Lord of the Rings», célebre trilogia de JRR Tolkien, bate os recordes de receitas após a sua primeira semana de exploração nos Estados Unidos.

Esta saga, que já foi lida por mais de 20 milhões de leitores, é um assunto cinematográfico apropriado às festas do mês de Dezembro. O seu realizador, Ralph Bakshi, autor do desenho animado «Fritz, o Gato», coordenou toda a rodagem do filme.

«Flash Gordon», com um orçamento de 34 milhões de dólares, aparecerá em Abril de 1979, e será iniciada a rodagem de «Ragtime», um romance de êxito, por Milos Forman, depois de terminado o filme «Hair».

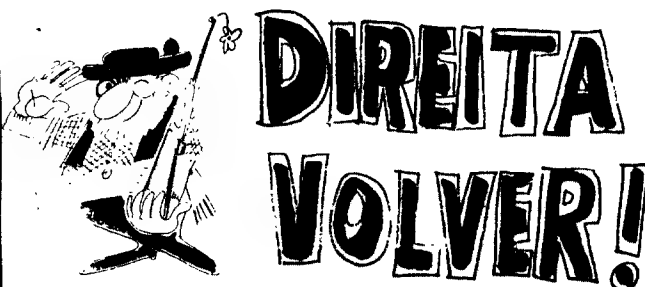
TEATRO

ABC

Telet. 866745
Não acons. men. 18 anos

SÉRGIO DE AZEVEDO ACONSELHA

SEM FRASES BOMBÁSTICAS DE PROMOÇÃO (que as podia ter, pela grandiosa Revista que possui), A ASSISTIREM E INFORMA QUE, A PUBLICIDADE DESTA REVISTA É FEITA PELO PÚBLICO QUE, TODAS AS NOITES (muitas vezes de Pé!) LHE DISPENSA ESTRONDOSOS APLAUSOS, ESGOTANDO DIARIAMENTE AS LOTAGENS DESTE TEATRO.



(PERGUNTE A QUEM JÁ VIU)

NOTA DA EMPRESA:

ACONSELHAMOS A AQUISIÇÃO DE BILHETES ANTECIPADA E SÓ ACEITAMOS MARCAÇÕES DE EXCURSÕES COM 30 DIAS DE ANTECEDÊNCIA.

TODAS AS NOITES
AS 20.30 e 22.45
matinees aos
Domingos e Feriados
As 16 horas

PINTOR DE AUTOMÓVEIS
Oficial competente precisa-se. Tels.: 844725-835791.

ESQUENTADORES
5 LITROS 2490\$
10 LITROS 5290\$
RADIO PRIMAVERA
Rua Gomes Freire, 9-B
Lisboa - T. 349406 574042

ZODIACO
R. de Santana à Lapa, 103-B.
Telef. 678285
ZODIACO-BAR
A musica, o copo, o convívio cultural
Um lugar onde a surpresa e sempre qualidade
Das 18 às 2 da madrugada

Em SERPA o
Diário de Lisboa
vende-se no Café SERPENSE
de Manuel António Guerreiro Amaro
RUA DO ROSSIO, 72
(Junto à estação da Rodoviária Nacional)

UM DEBATE SAUDÁVEL

Ultrapassou todas as previsões e interesse que despertaram os vários debates realizados todas as noites na «Sala Ma-



Velhos tempos

«Velhos Tempos», de Harold Pinter, continua a sua carreira no Experimental do D. Maria II. Curado Ribeiro, Catarina Avelar e Graça Lobo, são os intérpretes



ATENÇÃO!

**O TOTOBOLA LEMBRA:
6.ª-FEIRA É FERIADO
META JÁ A SUA APOSTA**

INSTALADO NA RUA MARQUÊS DA FRONTEIRA
(FRENTE A PENITENCIÁRIA)

ESTREIA DIA 7 ÀS 21.45

CIRCO MARIANO

O MAIOR E MAIS LUXUOSO CIRCO PORTUGUÊS

LEÕES ★ TIGRES ★ CAVALOS ★ CÃES
★ CHIMPANZÉS ★

2 — PARELHAS PALHAÇOS — 2

UM NOVO ESPECTÁCULO PREPARADO PARA
O ANO MUNDIAL DA CRIANÇA

ESPECTACULOS TODAS AS NOITES ÀS 21.45 HORAS
DOMINGOS E FERIADOS 2 MATINEES ÀS 15 E 18 H.
QUINTAS E SÁBADOS MATINEES ÀS 16.30 H.

NO CIRCO MARIANO NAO CHOVE, AS CADEIRAS SÃO ESTOFADAS E TEM AQUECIMENTO GERAL

PREÇOS ESPECIAIS PARA ESCOLAS, COLÉGIOS E ORGANIZAÇÕES DE FESTAS DE NATAL



Manuela de Freitas e José Mário Branco num ensaio final de «Homem Morto, Homem Posto»

“Comuna” estreia novo Brecht

Um novo Brecht, «Homem morto, homem posto», tem a estreia marcada para a próxima quinta-feira, dia 7, na sala da Comuna, à Praça de Espanha.

Este último trabalho de 1978 da Comuna-Teatro de Pesquisa nasceu a partir de uma tradução da poetisa e dramaturga Fiamma Hasse Pais Brandão e é o segundo Brecht «da casa»: o anterior fora «A mãe». Sob a direcção de João Mota, um dos fundadores, actuam Carlos Paulo, Carmen Marques, Conceição Cabrita, Fernanda Neves, Francisco Pestana, Gabriela Morais,

Jean-Pierre Tailhade, Joel Constantino, Jorge Gonçalves, José Mário Branco, Manuela de Freitas e Melim Teixeira. O próprio João Mota tem um papel em «Homem morto, homem posto».

O novo Brecht da Comuna, para que foram previstos bilhetes ao preço único de 60\$00 (com descontos especiais para grupos de Comissões de Moradores, Sindicatos e Associações de Estudantes, Recreativas e Culturais), é um texto de 1925 em jeito de sátira ao culto militarista numa região ocupada por colonialistas.

Os espectáculos serão diariamente às 21 e 30, com excepção dos domingos, em que haverá só uma «matinée» às 16 horas, e das segundas-feiras, dia em que a companhia des-cansa.

“Elogio” da aristocracia

Cartas de amor da actriz Lillie Langtry, amante do Príncipe de Gales, que mais tarde se tornou rei Eduardo VII, foram vendidas em leilão na Christie's por oito mil libras (720 contos).

As 65 cartas, datadas de entre 1878 e 1882, foram escritas a outro dos seus amantes, Arthur Jones, quando ela estava a ter um romance com o príncipe.

Abrangem também o período do seu exílio, em Paris, aguardando o nascimento da sua filha ilegítima pela ligação com o príncipe Luis de Battenberg, pai de Lord Mountbatten, tio do actual príncipe de Gales.

As cartas foram compradas por um coleccionador anónimo a John Le Gallais, que as encontrou no seu sótão, em Jersey.

Le Gallais, agricultor, é neto da mulher com quem Arthur Jones casou depois do seu romance com Lillie Langtry.

FRIGORÍFICOS

185/200 LITROS 8990\$

RÁDIO PRIMAVERA

Rua Gomes Freire, 9-B
Lisboa - T. 549406 574042

Crítica de Teatro

CARLOS PORTO

«DIREITA VOLVER!», de Eduardo Damas e Carlos Coelho. Música: Manuel Paião, Thillo Krasmann e Nuno N. Fernandes. Cenários: Moniz Ribeiro. Figurinos: Melo Frazão. Coreografia: Marilyn Clark. Encenação: Carlos Coelho. Interpretação: Nina Flores, Nela Duarte, Lia Sara, Octávio de Matos, Florbela Queiroz, Isabel Amaro, João Luís, Paula Delgado, Vera Mónica, Cassilda Diniz, Anabela, António Calvário.

“Direita volver!” ou a “manif.” da Maria Armada

Produção: Sérgio de Azevedo. Teatro ABC 29-11-1978.

1. Bom foi o intervalo. As senhoras passeavam nos corredores, ostentando gloriosas, colados nos belos casacos de peles, papelinhos com as cores da flossa bandeira. Algumas, em muito menor número, autocolantes a propagandear a manifestação do 1.º de Dezembro. Uma delas, ainda nova, casaco de peles cinzento negligentemente pelos ombros, joias caras a faiscar, um sorriso, um maço dos tais papelinhos numa mão, uma

saca na outra, dirigiu-se para um pequeno grupo. Travou-se então o seguinte diálogo:

— Quer dar alguma coisinha para a manifestação?
— Não sei do que se trata...
— A manifestação do dia 1.
— Não sei que manifestação...
— A manifestação da Maria Armada!

Puxa, sempre me parecera que a dita manifestação do 1.º de Dezembro não tinha nada a ver com o povo de Lisboa. A confirmação, ofensiva, aí está: a manifestação é da Maria Armada! A dita trocava beijos com o Kaulza e com outros KKK. Depois do intervalo, no palco, uma das estrelas (sem brilho) mostrava o tal papel verde e vermelho, sinal da Pátria que uns poucos querem transformar no sinal do fascismo.

2. Quando o pano abriu, viu-se um painel, que ocupa a boca de cena e mostra em letras bem visíveis algumas frases com que se pretende denunciar uma pretensa atitude de Manuela de Azevedo, crítica do «Diário de Notícias», acusando-a de ter pedido uma nova censura (a propósito da anterior revista do ABC). O texto acaba por pedir o repúdio da socialista (cito de cor).

Convém, a propósito, esclarecer o seguinte: não é verdade que Manuela de Azevedo tivesse pedido a instauração de uma nova censura. Limitou-se a pedir que se cumprisse a lei que proíbe a apologia dos fascismos (ou será que as leis são só para cumprir — e mal — no Alentejo?). Convém ainda lembrar mais o seguinte: há dias num colóquio realizado no Porto, com a presença de críticos, gente de teatro e público, foi aprovada uma moção em que chamava a atenção «dos responsáveis governamentais para a necessidade de pôr cobro à propaganda fascista que vem

sendo difundida através de espectáculos teatrais, fazendo cumprir a lei sobre organizações fascistas que aqueles espectáculos abertamente violam».

Como se vê, há muito mais gente para repudiar. Pela minha parte, solidarizo-me pessoalmente com Manuela de Azevedo, assumo a sua posição e o repúdio manifestado pelos responsáveis do ABC. Vindo de quem vem, é uma honra.

3. E, claro, há a revista. A pior que vi até hoje no ABC, das piores que se fizeram depois do 25 de Abril. E não por razões políticas ou ideológicas. Embora faça aberta e criminosamente a apologia do fascismo, «Direita Volver!» nem sequer tem força para ser agressiva, é apenas estúpida. O que não se pode perdoar é a falta de nível, a falta de graça, é a mediocridade, é o analfabetismo daquilo tudo.

Que se há-de pensar de um espectáculo que passa o tempo a dizer que isto é uma merda, e ao mesmo tempo revela uma tão grande falta de profissionalismo, com actores que não sabem os papéis, com o ponto que se ouve de tal maneira que chega a incomodar, com microfones que não funcionam e o artista fica a cantar para o boneco ou então fica à espera que saia e «play-back», ridículo de microfone na mão, e nada, tendo que se retirar de cena. E que pensar de um actor que se farta de proclamar que os portugueses não trabalham (os grevistas são uns chulos) e passa a vida atrás do ponto? Isto é, revela ignorar o que é o trabalho de um actor. Sempre que se dizia que o povo passa fome, as senhoras de casacos de peles e os senhores que as acompanhavam (muito Pestana e Brito) aplaudiam que se farta-vam.

Um mimo.

Actor Virgílio Castelo no Teatro de Estrasburgo

O jovem actor Virgílio Castelo encontra-se já em Estrasburgo, onde, como bolseiro da Gulbenkian, frequentará a Escola Superior de Arte Dramática. Virgílio Castelo começou a sua carreira há apenas quatro anos, no Adoque. Seguindo-se «A Cornucó-

pia» e «Os Cômicos», encontrando-se ultimamente no Teatro S. Luiz. Um dos seus trabalhos, a participação na película «O Príncipe com Orelhas de Burro», de António Macedo, exibido na RTP.



Isabel é “Maria”

Prossegue a rodagem de «Maria», longa-metragem experimental de João Mário Grilo, integrado no Plano de Produção de 1978, do Instituto Português de Cinema, sob o título «Sr. Capitão».

Com interpretação de Isabel Carvalho, fotografia de Rui Me-

nezes de Castro, direcção de Produção de Horácio Firmino, montagem, produção e realização de João Mário Grilo, o filme é integralmente rodado na região da Figueira da Foz e Aveiro, esperando-se que as filmagens terminem nos princípios de Dezembro.

COMUNA
TEATRO DE PESQUISA

apresenta em estreia dia 7 - 5 feira - às 21.30 h

A COMEDIA DE BERTOLT BRECHT

HOMEM MORTO HOMEM POSTO

Tradução: Fiamma Hasse Pais Brandão

Direcção de João Mota

CARLOS PAULO
CARMEM MARQUES
CONCEIÇÃO CABRITA
FERNANDA NEVES
FRANCISCO PESTANA
GABRIELA MORAIS
JEAN PIERRE TAILHADE

JOAO MOTA
JOEL CONSTANTINO
JORGE GONÇALVES
JOSÉ MÁRIO BRANCO
MANUELA DE FREITAS
MELIM TEIXEIRA

praça de espanha · metro palhavã · tel. 762624

SUBSIDIO DA S.E.C.

TeatroCAPITÓLIO
TELEF. 37 23 58
UM AMOR DE GUERRA!

VASCO MORCADO
apresenta

NICOLAU BREYNER
em

A BATALHA DO COLCHÃO

participação especial da actriz brasileira **SANDRA BARSOtti**

peça de Dave Freeman com adaptação de César de Oliveira e Nicolau Breyner
cenários de Octavio Clérigo
encenação de Maria Helena Matos

a jovem Carolina da telenovela «O Cesarão»

HENRIQUE SANTOS **LINDA SILVA** **FERNANDA FRANCO** **CÂNDIDO MOTA** **DAVID SILVA** **M. HELENA MATOS**

6.ª feira (feriado nacional) «matinée» às 16 horas
À noite: 21 e 30 horas
SÁBADO, 2 Sessões: 20 e 30 e 23 Horas
DOMINGO: às 16 h e às 21 e 30 h

Não são, senão, a menores de 16 anos

FUTEBOL

Benfica e Estoril jogam no sábado

A exemplo do que acontecerá no anterior feriado nacional (dia 1), também o próximo dia 8 vai ser aproveitado para a realização de alguns jogos dos campeonatos nacionais, como pode ver-se pelo plano autorizado pela Federação:

III Divisão: Ribeirão-Tirsense, às 15 horas.

Juniões: Abambres-Leixões, às 15; Lourosa-U. Coimbra, às 11, e Alverca - Alferrarede, às 15 e 30.

Quanto a antecipações para sábado, foram solicitadas e autorizadas as seguintes:

I Divisão: Benfica - Estoril, às 15 e 30.

II Divisão: Tadm - Desp. Aves, no Campo da Ponte, em Braga; Riopelle - Aliados e Estrela de Portalegre - U. Lamas, todos às 15.

III Divisão: Merelinense - Joane; Busteio - Freamunde, no Estádio Carlos Osório, em Oliveira de Azeméis, ambos às 15; SL Olivais - Alverca, às 15 e 30; Bucelenses - Loures, às 15; Sintense - Oriental, às 15 e 30, e Paio Pires - Sesimbra, às 15.

Juniões: Vildemoinhos - Tondela e Alcains - Bombarralense, ambos às 15; Alter - Campo-Maiorense e Zona Azul - V. Setúbal, ambos às 15 e 30.

Alterações marcadas para

domingo na I Divisão: Académico - Varzim, às 18.30, com transmissão pela TV.

III Divisão: Monção - Abambres, no Estádio Dr. Lourenço Raimundo, em Valença do Minho, às 15; Comércio e Indústria - Esperança de Lagos, no Campo Vila Amália, em Sesimbra, às 15.

Juniões: Vizela - Varzim, no Campo do Passal, em Ribeirão, às 11; Académico - Bucelenses, no Estádio Universitário, às 11 e 30, e Belenenses - Cova da Piedade, no campo de treinos do Restelo, às 11.

O jogo Farense - Sporting, respeitante à próxima jornada (14.ª), foi adiado para 7 de Janeiro.

VÍTOR GOMES
PRETENDIDO

Os petrodólares tentam conquistar Vítor Gomes, o médio que representou o Desportivo da Cuf, o Sporting e o Marítimo e que está, agora, hesitante perante um convite da Arábia Saudita.

A LESÃO
DE ZÉZINHO

O defesa sportinguista Zézinho (que se lesionou em choque com o colega Bastos, no decorrer do jogo com o Benfica, na Luz) encontra-se numa clínica de Bruxelas, devendo hoje ser operado a uma rotura cruzada no ligamento lateral interno do joelho direito.

MACAU
PRESCINDE

A Associação de Futebol de Macau prescindiu dos serviços do técnico José Fontes, por ter chegado à conclusão de que «o plano apresentado não é exequível em Macau» - informa o governo daquele território em ofício enviado à ANOP.

Aquele ofício desmente, assim, informações segundo as quais José Fontes teria sido contratado para assumir o cargo de responsável pelo futebol de Macau.

HAGAN NO BESSA

O inglês Jimmy Hagan será de novo responsável pela equipa do Boavista, já que ontem à tarde, depois do treino habitual em reunião especial havida com a direcção do clube axadrezado, o seu técnico José Carlos pediu a rescisão amigável do contrato.

«Nem o clube, nem o treinador ficaram prejudicados, moral e financeiramente» - afirmou o presidente do Boavista, Valentim Loureiro, acrescentando que esta rescisão deveu-se fundamentalmente aos maus resultados que a equipa vinha obtendo e em consequência do ambiente menos favorável de que José

Carlos desfrutava no seio da massa associativa.

«José Carlos pôs, com toda a dignidade, o seu lugar à disposição da direcção, que (evidentemente) não tinha outra alternativa senão aceitar».

Os jogadores Barbosa, Artur e Mário João orientarão a sessão de treino de hoje, sob as vistas de Hagan, que fará a viagem com a cognitiva axadrezada até à ilha da Madeira, onde o Boavista jogará domingo com o Marítimo.

SUPERTAÇA

O Anderlecht, actual detentor da Taça dos Vencedores de Taças, venceu o Liverpool, campeão europeu, por 3-1, em jogo a contar para a primeira mão da Supertaça Europeia de Clubes.

Os golos foram marcados por Vercauteren, Van Der Elst, e Rensenbrink (pelo Anderlecht); e Case pelo Liverpool.

Sob a arbitragem do húngaro M. Palotai, as equipas alinharam:

ANDERLECHT: De Bree; Van Der Elst, Broos, Dusbaba e Thissen; Vercauteren, Nielsen e Gels; Haan, Coeck e Rensenbrink.

LIVERPOOL: Clemence; Neal, A. Kennedy, Hughes e R. Kennedy; Hansen, Dalgligh e Case; Johanson (Heighway), McDermott e Souness.

RAZIA

NA ALEMANHA

O F.C. Kaiserslautern, guia do campeonato alemão da 1.ª Divisão, foi eliminado por um clube amador da «Taça da Alemanha», em futebol. Os amadores do Suedwest Ludwigshafen passaram aos oitavos de final da competição, vencendo (2 a 1) o Kaiserslautern, que na semana passada foi «cilindrado» (5-1) pelo Borussia de Moenchengladbach, em encontro da Liga.

Duas outras equipas que não militam na Liga eliminaram equipas da 1.ª Divisão: o SSV Ulm «goleou» o SVC Darmstadt (5-1) no campo deste último e o Bayer Uerdingen venceu (em casa) por 2-1, o F.C. Schalke 04.

O Boca Juniores (da Argentina) conquistou a «Taça dos Libertadores da América do Sul» ao vencer (por 4 a 0) o Desportivo de Cali (da Colômbia), no jogo da 2.ª «mão» da final. A 1.ª «mão» terminou com um empate a zero bolas, na semana passada, em Cali.

Foi a 2.ª vez que o Boca Juniores conquistou a «taça», o que acontecera já o ano passado em Montevideo.

As equipas que alinharam agora: Boca Juniores: Gatti; Pernia, Sá, Mouzo e Bourdon; Benitez, Sune e Sanabria; Mastrangelo, Salinas e Perotti.

Desportivo Cali: Zape; Ospina, Caicedo, Escobar e Correa; Otero, Landucci e Valverde (Umana); Torres, Scotta e Benitez.

Arbitrou o peruano Edison Perez.

A «Taça Libertadores da América», verdadeira «Taça dos Campeões» dos países da América do Sul, começou a disputar-se em 1960 e teve como primeiro vencedor o Peñarol (de Montevideo) que repetiu a proeza no ano seguinte.

O primeiro conjunto argentino a conquistar a «taça» foi o Independiente (em 1964) e, dos 19 troféus disputados até ao momento, doze foram parar às salas de equipas da Argentina.

A lista dos vencedores é a seguinte:

1960 - Peñarol (Uruguai); 1961 - Peñarol (Uruguai); 1962 - Santos (Brasil); 1963 - Santos (Brasil); 1964 - Independiente (Argentina); 1965 - Independiente (Argentina); 1966 - Peñarol (Uruguai); 1967 - Racing (Ar-

gentina); 1968 - Estudiantes de La Plata (Argentina); 1969 - Estudiantes de La Plata (Argentina); 1970 - Estudiantes de La Plata (Argentina); 1971 - Nacional (Uruguai); 1972 - Independiente (Argentina); 1973 - Independiente (Argentina); 1974 - Independiente (Argentina); 1975 - Independiente (Argentina); 1976 - Cruzeiro (Brasil); 1977 - Boca Juniores (Argentina); 1978 - Boca Juniores (Argentina).

TRABALHO
INTERDITO

O Hibernian, da Escócia, vai apelar da decisão da Secretaria Britânica do Emprego, que recusou ao futebolista norueguês Refvik, contratado pela equipa escocesa, licença para trabalhar no Reino Unido.

O pedido do Hibernian foi rejeitado com base na consideração de que as autorizações para futebolistas estrangeiros jogarem nas Ilhas Britânicas só serão passadas a elementos com reputação internacional firmada, que possam dar um contributo ao jogo.

Isak Refvik é a «estrela» do momento no futebol da Noruega e já alinhou pelo Hibernian numa competição oficial (a «Taça da Escócia»), apesar de então se desconhecer ainda o parecer do departamento governamental britânico a seu respeito.

No jogo de estreia assinou uma brilhante exibição e marcou os dois golos com que o Hibernian afastou da «Taça da Escócia», nos quartos-de-final, o Morton.

MASCOTE
DO «MUNDIAL»

Manolo «Lolo» Garcia, um rapaz «precoce» de 5 anos, de cabelo ruivo e olhos azuis, será a «mascote» do Campeonato Mundial de Futebol de 1982, a disputar em Espanha.

Pela primeira vez na história da competição organizada pela FIFA, o símbolo do torneio não será um boneco mas sim um rapaz de carne e osso que, aos cinco anos, já conhece a fama e o êxito através do Cinema.

«Lolo», diminutivo pelo qual é conhecido, correrá o Mundo vestindo as cores da selecção nacional espanhola e usará também os diversos chapéus típicos de cada região espanhola. O jovem conheceu a fama pela primeira vez quando foi escolhido, entre 5.000 criancas, pelo produtor cinematográfico António Mercero, para entrar no filme «Guerra de Papa».

MENOTTI
EM BOLANDAS

O director-técnico argentino, César Luis Menotti, viu-se envolvido num episódio por muitos qualificado de insólito, no qual estiveram em causa cinco mil dólares.

O diário «ABC Color» informou que «o argentino, através de uma pessoa, Hector Mendez, que disse ser seu representante, pediu a soma de cinco mil dólares pela sua presença num estúdio de televisão», numa mesa redonda sobre a participação do Paraguai no próximo campeonato mundial de futebol.

O mesmo diário acrescenta que «este facto causou verdadeiro repúdio no grupo de jornalistas que acompanha a selecção júnior».

Menotti disse ao vespertino «Última Hora», que não pediu nenhum dinheiro «porque ninguém me falou nessa mesa redonda».

O técnico argentino disse, também, que «se solicitam a minha presença numa entidade de beneficência, Associação de Técnicos, Liga Paraguáia ou grupo de jornalistas, não haverá problemas», mas não lhe agradaria participar numa mesa redonda patrocinada por uma empresa comercial.



Bastidores da Luz: Romão Martins, Fernando Martins e António Malva. O homem que está à frente do futebol benfiquista, o seu antecessor e o «produtor» dos grandes encontros de bola

MODALIDADES EM DESFILE

HÓQUEI PATINADO

Prossegue esta noite o Torneio de Abertura da 1.ª divisão (3.ª jornada da fase final) com os seguintes jogos: Cascais - Oeiras e Benfica - Salesiana, no pavilhão da Salesiana; Sesimbra - Belenenses e Campo de Ourique - Sporting, no pavilhão de Alvalade, a partir das 21 e 15.

Torneio de Reservas: Sesimbra - Campo de Ourique, no pavilhão de Alvalade, e Oeiras - Cascais, no pavilhão da Salesiana, a partir das 20 e 30.

CICLISMO

Os irmãos José e Joaquim Sousa Santos, que na última temporada representaram o Bombarralense, assinaram um compromisso que os vincula ao F. C. Porto. Assim, a equipa de ciclismo do clube das Antas ficará constituída por Adelino Teixeira, Manuel Gomes e António Fernandes, além dos dois corredores bailladinos filhos do «velho» Sousa Santos, que foi vedeta do emblema azul-branco.

Para colmar a saída de Fernando Mendes, que ingressou na nova equipa Zaka-Fundador (de Felgueiras), os dirigentes portistas estão a desenvolver esforços no sentido de recrutarem um elemento de reconhecida valia.

GOLFE

Domingos Silva foi o português mais bem classificado no campeonato mundial de golfe, que decorreu em Princeville (no Hawaii), e que terminou com a vitória do norte-americano John Mahaffey. Domingos Silva terminou na 61.ª posição, com 308 pancadas, contra 281 do vencedor da prova. Outro português, Rogério Valente classificou-se

no 87.º lugar, com 327 pancadas.

Participaram na prova 96 jogadores em representação de 48 países. Por equipas, Portugal classificou-se no 40.º lugar, com 635 pancadas. A vitória colectiva pertenceu aos Estados Unidos, com 564.

HIPISMO

O português Manuel Malta da Costa, montando «Grego», classificou-se «ex aequo» em 5.º lugar na prova «Prémio do Campeão» disputada em Bruxelas, no âmbito do concurso hípico da capital belga. A prova, disputada por eliminação sucessiva, foi ganha pela belga Veronique Daems-Vastspanne, montando «Copper Gold».

Nos lugares imediatos classificaram-se: 2.º Harvey Smith, Grã-Bretanha, «Sanyo hi-fi»; 3.º Marc Roguet, França, «Eleen Du Poirier»; e Luis Cervera, Espanha, «Rockingham»; 5.º Manuel Malta da Costa, Portugal, «Grego»; Edgar Cuepper, Bélgica, «Flash»; Jophann Heins, Holanda, «Seven Valleys»; e Paul Schockemoehle, Alemanha Federal, «Spitfire».

TÉNIS

A norte-americana Chris Evert foi considerada a melhor tenista do Mundo, pelo quinto ano consecutivo, ao serem anunciadas as classificações da «World Tennis Magazine».

A revista diz que a vitória de Evert no «Torneio Colgate», no princípio do mês, a fizera ocupar o lugar cimeiro da classificação, relegando para o segundo posto a checoslovaca Martina Navratilova, a campeã de Wimbledon.

ATLETISMO

O Império Clube de Portugal organiza uma prova de atletismo denominada «Corrida de S. Silvestre», que se realizará no dia 31 do corrente, pelas 22 horas, para atletas populares do sexo masculino com idade superior a 16 anos. A prova será disputada nas ruas do bairro da Picheleira (Lisboa) e terá a extensão de 7 km aproximadamente.

TIRO COM ARCO

Muitos arqueiros participaram na «Prova de Santo André», organizada pelo Sporting de Tomar, que decorreu no pavilhão de Tomar e disputada no Indoor a 25 metros. As classificações apuradas foram:

Juvenis - 1.º, Jorge Marreiros (Sp. Tomar), 310 pontos; aspirantes femininos - Albertina André (Sp. Tomar), 371; aspirantes masculinos - Armando Candéias (Sp. Tomar), 535.

Juniões masculinos - 1.º, Alberto Fernandes (Sp. Tomar), 471; 2.º, Paulo Tuna (Lisboa Ginásio), 460; 3.º, António Manuel (Lisboa Ginásio), 430.

Iniciados masculinos - 1.º, Jacinto Marreiros (Sp. Tomar), 495; 2.º, José António (Sp. Tomar), 428; 3.º, Egidio Figueira (Sp. Tomar), 385.

Seniores - Femininos: 1.º, Aurinda Vieira (Sporting CP), 515. Masculinos: 1.º, Carlos Vieira (Sporting CP), 542; 2.º, Daniel Buco (Lisboa Ginásio), 533; 3.º, Fernando Silva (Sporting CP), 525. Por equipas seniores venceu o Sporting com 1582 pontos.

TOTO
BOLA
jogue connosco

A VISEU - SETUBAL	2
BARREIRENSE - BEIRA-MAR	2
PORTO - FAMILIÃO	2
BENFICA - ESTORIL	2
BRAGA - GUIMARÃES	2
BELENENSES - SPORTING	2
MARÍTIMO - BOAVISTA	2
ACADÉMICO - VAREZIM	2
GIL VICENTE - PENAFIEL	2
P. FERREIRA - ESPINHO	2
E. PORTALEGRE - U. LAMAS	2
AMORA - NACIONAL	2
C. PIEDADE - JUVENIL	2

TOTOBOLA

Resultados provisórios do concurso número 15 do Totobola: com 13 resultados certos - 1959 apostas (5804\$90 escudos); com 12 resultados certos - 30.509 apostas (372\$70 escudos).

**Perfumaria
CITY**

TEL. 57 44 52
CENTRO COMERCIAL CITY

ALTA BIJUTERIA
PERFUMES
COLÓNIAS
FINA
COSMÉTICA
FAÇA AS SUAS
COMPRAS
DE
NATAL JÁ!

**Em compras superiores a esc. 500\$00
10% desc. e um brinde para si.**

AINDA A VOLTA A PORTUGAL

Mosquitos por cordas no ciclismo português

Vão mal as coisas pelo ciclismo português: desentendimentos vários estão provocando um clima nada benéfico para uma modalidade que é (incontestavelmente) das favoritas do grande público.

A história mais recente dos desaguisados entre elementos da cúpula do ciclismo começa com o comunicado n.º 85/78, da Federação, que diz o seguinte:

«Recebeu a direcção da Federação Portuguesa de Ciclismo o documento a seguir reproduzido na íntegra, que nos foi dirigido pelos srs. Idalino de Freitas, Jorge Lara, António Campos e Francisco Nunes.

«Ao tomar conhecimento directo e através dos Órgãos de Comunicação Social do que se passou, discuti e votou na sessão realizada na sede da F.P.C., no passado dia 4 do corrente, onde esteve reunido o Congresso, extraordinariamente, para deliberar sobre o recurso do F.C. Porto dirigido à Assembleia Geral, acerca do «caso Fernando Mendes/Volta - 78», os membros do júri da referida prova abaixo assinados, conscientes das suas responsabilidades e da sua correcta actuação, mau grado uma ou outra dificuldade e problemas que se verificaram, nomeadamente, o malfadado e degradado Controlo Antidoping que, como é do conhecimento de todos, ultrapassa, sempre ultrapassou, a esfera de acção dos dirigentes da modalidade e, por isso mesmo, a de qualquer júri das provas em que o mesmo se execute, resolveram o seguinte:

«1 - Lamentar, sinceramente, que o Congresso tenha servido, e que os dirigentes associativos nele presentes se tenham dele servido, para censurar e denegrir o trabalho e os elementos do júri da Volta - 78.

«2 - Repudiar, com firmeza, as insinuações e acusações feitas ao mesmo júri que, em consciência, desempenhou as suas funções com a dignidade e honrabilidade que sempre souberam usar no desempenho dos seus variados cargos ao longo dos muitos anos de dirigentes.

«3 - Responsabilizar, desde já, as associações presentes, especialmente, as do Sul e do Porto, pelas graves implicações e consequências que poderão advir, por se permitirem subverter documentos, com a deliberada intenção, ao torná-los públicos, de julgar o júri da Volta-78, preconizando ainda, com vista à formação de futuros júris, directivas utópicas e, sem dúvida, irrealizáveis, além de subversivas.

«4 - Perante estes factos, os quais, necessariamente, se incompatibilizam com a responsabilidade que deve presidir a um júri para o desempenho cabal das suas funções, e tendo em atenção que da actual Comissão

Executiva para a Volta - 79 fazem parte elementos que foram júri na volta anterior e que, dentro da mesma ordem de ideias, voltariam logicamente, a sê-lo, estes mesmos elementos resolvem colocar os cargos à disposição da Direcção da F.P.C..

«5 - Tendo sido dado conhecimento desta decisão a Idalino de Freitas, seu Presidente, que não fez parte do júri da Volta - 78 mas era seu Director Principal, o mesmo decidiu solidarizar-se com a iniciativa, pondo o seu lugar de Presidente da Comissão Executiva da Volta - 79 igualmente à disposição da Direcção da F.P.C.

«6 - Os abaixo assinados resolvem pedir, ainda, que a Direcção da F.P.C. se digne transformar em Comunicado Oficial esta tomada de posição, promovendo a sua divulgação na forma habitual.»



Idalino de Freitas: ciclista na crista da onda

Continua o comunicado federativo:

«Em face do exposto, a direcção da Federação Portuguesa de Ciclismo em sua reunião de 22 do corrente, deliberou:

«1 - Aceitar a demissão solicitada dos signatários do documento acima.

«2 - Convidar o sr. Idalino de Freitas, ilustre Presidente da Assembleia Geral da F.P.C. e personalidade profundamente conhecedora do ciclismo em Portugal, a formação do elenco que constituirá a Comissão Executiva da «Volta a Portugal 1979».

«Mais informa esta direcção que depois de consultado nesta mesma data, o sr. Idalino de Freitas aceitou o encargo,

prometendo-nos que brevemente se debruçará sobre o assunto dando conhecimento dos elementos convidados.

«Assim, e logo que possível, a Federação Portuguesa de Ciclismo tornará público a constituição daquela Comissão Executiva».

À carga vem agora a Associação de Ciclismo do Sul, que transporta para a divulgação pública o seguinte comunicado:

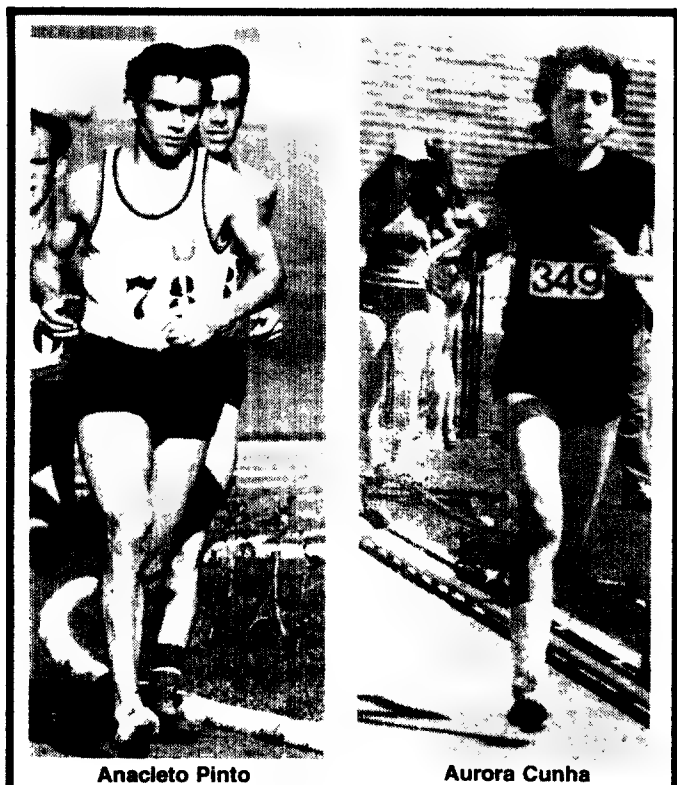
«A Direcção da Associação de Ciclismo do Sul, face à responsabilidade que lhe é imputada através do comunicado da Federação Portuguesa de Ciclismo pelo júri da Volta a Portugal, aceita a mesma e congratula-se com a decisão tomada, pois que assim foi dada razão às associações, particularmente do Sul e Porto. Não queremos no entanto deixar de salientar e, para aclarar dúvidas, que esmóir o que determina o Regulamento sobre Dopagem no seu art.º 10, n.º 4, e que é bem claro quanto à decisão a tomar. E, mais: cabe aqui perguntar se o júri também não viu a indisciplina que se manifestou em Mangualde e que toda a gente viu através da televisão,

inclusive o director de corrida a servir de moderador? Será melhor solicitarmos à DGD que rapidamente dê o seu parecer sobre os problemas da 40.ª Volta a Portugal, a fim de esta ser homologada e esquecida o mais rapidamente possível.

«2.º - Congratulamo-nos com a decisão assumida por Idalino de Freitas de presidir à Comissão de Organização da 41.ª Volta, pois estamos certos que está bem entregue, como estaria também a Jorge Lara, ou a qualquer dos restantes elementos, que são por nós considerados homens do ciclismo e, portanto, indispensáveis.

«3.º - E para finalizar, lembrar-lhes que só não erra quem nada faz, mas procurar-se continuar a manter os erros e depois vir responsabilizar quem para os mesmos em nada contribuiu é que está errado».

Julgamos que tudo não passará de leve amuo: ou de tempestade em copo de água. Para que o ciclismo não sofra nova machadada (elas são contínuas...) convinha que a calma e a serenidade voltassem aos espritos.



Anacleto Pinto

Aurora Cunha

Objectivo: alta competição

De 10 a 17 do corrente, no Monte Estoril, vai decorrer um estágio para atletas de alta competição, que actuam em meio fundo. Foram escolhidos Carlos Lopes, Fernando Mamede, Aniceto Simões, Hélder de Jesus, Carlos Cabral, Manuel Paiva, Anacleto Pinto, José Sena, António Leitão e Aurora Cunha. O estágio tem a assistência do técnico nacional prof. António Gromicho e, como convidado, o prof. Mário Moniz Pereira.

Os melhores atletas do ano

«UPI»

O queniano Henry Rono (detentor de quatro máximos mundiais de atletismo) e a norte-americana Tracy Caulkins (que obteve quatro recordes mundiais nos seis dias de competição do campeonato do Mundo de natacão) foram votados **desportistas do ano** na sondagem anualmente efectuada pela agência norte-americana «UPI» junto de jornalistas desportivos europeus.

Rono, que estabeleceu recordes mundiais nas provas de 3000 metros, 3000 obstáculos, 5000 e 10.000 metros num curto espaço de três meses, venceu facilmente a eleição para o atleta masculino do ano, deixando a larga distância o sueco Bjorn Borg, que se tornou no primeiro tenista a ganhar por três vezes consecutivas o «Torneio de Wimbledon».

O 3.º posto nesta classificação foi para Muhammad Ali, o primeiro pugilista a reconquistar por duas vezes o título mundial da categoria de «pesados».

Tracy Caulkins conseguiu novas marcas mundiais nas provas de 200 e 400 metros estilos, nos 200 metros mariposa e participou na equipa norte-americana que baixou o melhor mundial nos 4x100 metros livres. A nadadora dos Estados Unidos conseguiu na votação uma ligeira vantagem sobre a italiana Sara Simeoni, a primeira mulher a ultrapassar dois metros no salto em altura.

Classificação dos dez melhores desportistas masculinos em 1978:

1 - Henry Rono, Quénia, 271 votos; 2 - Bjorn Borg, Suécia, 191; 3 - Muhammad Ali, EUA, 170; 4 - Mario Kempes, Argentina, 161; 5 - Vladimir Yashchenko, URSS, 152; 6 - Ingemar Stenmark, Suécia, 129; 7 - Mário Andretti, EUA, 119; 8 - Nikolai Andrianov, URSS, 91; 9 - Eric Heiden, EUA, 55; 10 - Jesse Vassallo, EUA, 52.

Senhoras: 1 - Tracy Caulkins, EUA, 271; 2 - Sara Simeoni, Itália, 248; 3 - Wilma Bardauskene,

panha), golfe. Senhoras: 1.º Wilhelmina Bardauskene (URSS), atletismo; 2.º Sara Simeoni (Itália), atletismo; 3.º Marita Koch (RDA), atletismo; 4.º Tracey Caulkins (EUA), natacão; 5.º Elena Mukhina (URSS), ginástica; 6.º Tracey Wickham (Austrália), natacão; 7.º Rose Marie Ackermann (RDA), atletismo; 8.º Chris Evert (EUA), ténis; 9.º Evelyn Jahl (RDA), atletismo; 10.º Wanda Rutkiewicz (Polónia), alpinismo.

«FRANCE PRESSE»

O queniano Henry Rono, pelos seus três «records» do Mundo (5000, 10.000 e 3000 «steeple») e a soviética Vilgmina Bardauskene, primeira mulher a saltar mais de 7 metros, foram eleitos os «atletas do ano 1978» pela agência «France Presse».

Foi devido a este «triplo» excepcional e único realizado sobre distâncias olímpicas que o atleta africano foi preferido ao argentino Mario Kempes, o melhor marcador e o melhor jogador do «Mundial» da Argentina. Só uma proeza deste género (13.08.4 nos 5000 metros, 8.05.4 nos 3000 metros «steeple» e 27.22.5 nos 10.000 metros) poderia suplantar o «número 10» da equipa da Argentina que se impôs nos ecrãs de televisão de todo o Mundo.

A escolha da atleta Vilgmina

Bardauskene, em vez da alemã de leste Marita Koch, foi motivada pelo aspecto psicológico da sua proeza durante os campeonatos da Europa, em Praga. Vilgmina saltou 7.09 metros.

Os atletas masculinos escolhidos pela AFP são:

1 - Henry Rono (Quénia) - atletismo; 2 - Mario Kempes (Argentina) - futebol; 3 - Vladimir Yashchenko (URSS) - atletismo; 4 - Ex-aequo: Bjorn Borg (Suécia) e Jimmy Connors (EU) - ténis; 6 - Mário Andretti (EU) - automobilismo; 7 - Viktor Salnikov (URSS) - natacão; 8 - Ingemar Stenmark (Suécia) - ski alpino; 9 - Francesco Moser (Itália) - ciclismo; 10 - ex-aequo: Nikolai Andrianov (URSS) - ginástica e Michael Kolbe (RFA) - remo.

Os atletas femininos escolhidos pela AFP são:

1 - Vilgmina Bardauskene (URSS) - atletismo; 2 - Marita Koch (RDA) - atletismo; 3 - Tracy Caulkins (EUA) - natacão; 4 - Elena Mukhina (URSS) - ginástica; 5 - Wanda Rutkiewicz (Polónia) - alpinismo; 6 - Sara Simeoni (Itália) - atletismo; 7 - Chris Evert (EUA) - ténis; 8 - Anne Marie Moser-Proell (Austria) - ski alpino; 9 - Christine Scherblach-Hann (RDA) - remo; 10 - ex-aequo: Helena Takalo (Finlândia) - ski nórdico; Martina Navratilova (Checoslováquia) - ténis; Nadia Comaneci (Roménia).

MVD: exemplo em Coimbra

A comissão pró-desporto e cultura da Póvoa (Coimbra), um núcleo do MVD, prosseguindo a sua orientação de levar às populações o interesse pela prática desportiva, inaugurou um «Círculo da Natureza» (de manutenção), em pinhais próximos da povoação, pertencentes ao Centro Hospitalar de Coimbra.

Na inauguração, largas dezenas de praticantes colaboraram na organização e concretização do primeiro percurso, não obstante a chuva que se fez sentir

toda a manhã, tornando-se evidente a satisfação por todos patenteada, em virtude de passarem a dispor de um local adequado para uma prática desportiva saudável.

É propósito da comissão organizar «grupos de amigos do circuito dos Covões» com vista a uma maior divulgação e consequente participação neste circuito que foi montado pela própria população com o apoio técnico da delegação de Coimbra da DGD.



ATENÇÃO

O TOTOBOLA LEMB.

6.ª-FEIRA É FERIADO

META JÁ A SUA AP

Provérbio: A MULHER QUE NOS FAZ PAGAR O AMOR, VENDE O QUE NÃO TEM.

Cinemas

Lisboa

TURNO 31
Até às 22 horas

AEROPORTO — Av. Almirante Gago Coutinho, 101-D Tel. 722384 **ALBANO** — Rua da Escola Politécnica 59 Tel. 326750 **ALEGRIA** — Estr. de Benfica 180 A-B Tel. 780511 **ANUNCIADA** — Rua do Vigário 74 Tel. 806360 **ANTUNES ROSAS** — Praça Cidade do Luso Lote 199 Te. 313610 **CANDIDO MONTEIRO** — Av. Almirante Reis 121 Tel. 45751 **CARTAXO** — Av. da Igreja, 21-C Tel. 897958 **CASTRO FONSECA** — R. 4 de Infantaria, 28-A Tel. 688857 **DALTON** — Av. Mouzinho de Albuquerque, 7-A Tel. 843571 **FERNADES** — Rua de S. José, 187 Tel. 326476 **FIGUEIRAS** — Av. Marquês de Tomar, 20-22 Tel. 44995 **FONTOURA CARVALHO** — Rua de Santos-o-Velho, 12 Tel. 662075 **GRUJO** — Rua do Grilo, 25 Tel. 385264 **HIGIENICA** — Rua Heliodoro Salgado, 20-A Tel. 844361 **IBERIA** — Rua Barão Sabrosa, 235-A Tel. 728277 **LISBOA** — Rua Cláudio Nunes, 73-A Tel. 703393 **LISBONENSE** — Rua Leão de Oliveira, 2-B Tel. 637020 **MIRANDA** — Campo Pequeno, 36-B-C Tel. 770776 **MOURA** — Trav. da Memória, 55 Tel. 630944 **NOVA IOQUE** — Av. E. U. da América, 140-B Tel. 760658 **PATULEIA HERD.** — Alameda Linhas de Torres, 262-B Tel. 790332 **PENINSULAR** — Campo Mártires da Pátria, 117 Tel. 553308 **RUALTO, LDA.** — Rua Alto do Carvalhinho, 5-A-B Tel. 651721 **S. JOÃO DE DEUS** — Rua Pedro Ivo, 1-A-B Tel. 725140 **TEIXEIRA LOPES** — Rua Aurea, 154 Tel. 324816 **UNIVERSAL** — Rua Actor Taborda, 5-7 Tel. 44158

Permanente

ALBANO — Rua da Escola Politécnica, 59 Tel. 326750 **AEROPORTO** — Av. Almirante Gago Coutinho, 101-D Tel. 722384 **ANUNCIADA** — Rua do Vigário 74 Tel. 806360 **CANDIDO MONTEIRO** — Av. Almirante Reis, 121 Tel. 45751 **GRUJO** — Rua do Grilo, 25 Tel. 385264 **LISBONENSE** — R. Leão de Oliveira, 2-B Tel. 637020 **MIRANDA** — Campo Pequeno, 36-B-C Tel. 770776 **TEIXEIRA LOPES** — Rua Aurea, 154 Tel. 324816 **ALEGRIA** — Estr. de Benfica 180-A-B Tel. 780511 **CASTRO FONSECA** — Rua 4 de Infantaria, 28-A Tel. 688857 **MOURA** — Trav. da Memória, 55 Tel. 630944 **PATULEIA HERD.** — Alameda Linhas de Torres, 262-B Tel. 790332

NOTA — As farmácias que não estão de serviço permanente encerram das 13 às 15 horas para almoço.

Outra Banda

ALMADA — Galeno — Rua Capitão Leitão, 85-B Tel. 2760565; **COVA DA PIEDADE** — Cerqueira Afonso — Pr. 5 de Outubro, 18 Tel. 2750254; **LARANJEIRO** — Moderna — Rua dr. António Elvas, 84 Tel. 2490305; **COSTA DA CAPARICA** — Higienica — Av. da República, 23 Tel. 2400020; **SE-SIMBRA** — Lopes — Rua Cândido dos Reis, 21 Tel. 2233028; **BARREIRO** — Normal — Av. Alfredo da Silva, 116 Tel. 207035; **SEIXAL** — Godinho — Lg. da Igreja, 51 Tel. 2218580; **MONTEIRO** — Giraldes — Rua Almirante Reis, 45 Tel. 2310008; **MOTA** — Silva Rocha — Pr. da República, 16 Tel. 239029; **ALHOS VEDROS** — Portugal — Av. da Bela Rosa, 8 Tel. 204020; **ALCOCHETE** — Nunes — L. Coronel Ramos da Costa, 10 Tel. 234137.

Linha de Cascais

ALGÉS — Almeida Nito — Av. Comb. G. Guerra, 64 Tel. 2112070; **ALCABIDECHÉ** — Carvalho — Até às 21 horas; **PORTO SALVO** — Ferreira Bastos — Até às 21 horas; **CARCAVELOS** — Central — Até às 22 horas; **Vilar** — Até às 24 e das 0 às 9 horas; **S. DOMINGOS DE RANA** — Godinho da Silveira — Av. Saboia, 29-B Tel. 260085 Até às 21 horas; **PAÇO DE ARCOS** — Trindade Brás — R. Costa Pinto, 184 Tel. 2432034. Até às 24 e das 0 às 9 horas; **OEIRAS** — Godinho — Rua Cândido dos Reis, 98 Tel. 2430090; **NOVA OEIRAS** — Leal — Até às 21 horas; **PAEDE** — Aisair — Av. Gago Coutinho, Bairro das Caixas de Previdência Tel. 2472948. Até às 22 horas; **Junqueiro-Mendes** — Até às 21 horas; **AMOREIRA** — Amoreira — Telfs. 262313/267314. Até às 24 e das 0 às 9 horas; **CASCAIS** — Misericórdia — R. Regimento 19, 41 T.280141. Até às 21 horas; **Cascais** — R. Conde Monte Real — B.º Caixas Tel. 282407. Até às 24 e das 0 às 9 horas.

Linha de Sintra

AMADORA — Central — Av. Cardoso Lopes, 25 Tel. 9322010. Permanente; **Melo** — Pr. D. João I, 9-B Tel. 932756. Até às 22 horas; **DAMAIA** — Lemos — Rua de Goa, 21-A T.971121; **QUELUZ** — Gil — Av. Miguel Bombarda, 28 Tel. 950117; **CAMARATE** — Batalha — R. Aveiro S. Oliveira, 6 Tel. 2518669; **CACÉM** — Araújo e Sá — Estr. de Paço de Arcos, lote B-1 Tel. 2940781; **MIEM MARTINS** — Miranda Garcia — Estr. Mem Martins, 173-B Tel. 2914103. Até às 22 horas; **AGUALVA** — CACÉM — Mira Sintra — P.N-Torre, 310 Até às 20.30 horas; **MERCÊS** — Claro Russo — Até às 21 horas; **RIO DE MOURO** — Riomouro — Av. Oscar Monteiro Torres, 8 Tel. 2960194. Até às 23 horas; **SINTRA** — Misericórdia — Vila Tel. 2930391. Permanente; **COLARES** — Abreja — Tel. 299088.

Porto

(De dia e só até às 22 horas)

NAU VITÓRIA — Rua Nau Vitória, 723 Tel. 490427; **ORDEM DA TRINDADE** — Rua Heróis e Mártires de Angola, Tel. 27420; **CONFIANÇA** — Rua de Santa Catarina, 960 Tel. 22884; **ANTAS** — Av. Fernão de Magalhães, 1076 Tel. 481158; **ANTIGA PORTA DO OLIVAL** — Campo Mártires da Pátria, 122 Tel. 24262; **FERREIRA** — Praça D. Afonso V. 55-B Tel. 681975; **LOUSADA** — Largo do Campo Lindo, 62 Tel. 480358.

(De dia e toda a noite)

ALVES DA SILVA — Av. da Boavista, 1016 Tel. 60342; **AZEVEDO** — Rua de Azevedo, 136 Tel. 52344; **GOMES FERREIRA** — Rua Faria Guimarães, 449 Tel. 481907; **FALCÃO** — Rua de Santo Ildefonso, 61 Tel. 21566.

Coimbra

(Das 9 horas às 9 do dia seguinte)

MONTES CLAROS — R. Dr. António J. Almeida, 69 Tel. 25904; **CRUZ VIEGAS** — R. do Brasil, 154 Tel. 74821.

CINE

803055
Centro Comercial de Alvalade
SALA A
As 14.15, 16.30, 18.45, 21.30 e 23.45h
Maiores 13 anos
F.I.S.T., com Silvester Stallone
SAIA R
As 15.17, 19, 21 e 23.45 horas
Não acons. men. 13 anos
AVISEM OS ESPARTANOS
Com Burt Lancaster

ALVALADE

897480
Av. de Roma
14.30, 18 e 21.30h
Não acons. menor. 13 anos
Um êxito de todos os tempos!
PRESTÍGIO REAL
Com: Dilip Kumar, Nimmi, Prem Naht Nadira
7.ª semana

APOLO

763319
Av. Júlio Dinis, 10-A
As 13.30, 15.30, 17.30, 19.30 e 21.30h
MONTY PYTHON E O CALICE SAGRADO
As 23.30 h.
Não acons. men. 18 anos
A LENDA DE UMA ESTRELA
De Robert Aldrich

AVIS

547163
Av. Duque D. Avila, 45
As 15.30, 18.30 e 21.45 h.
Int. men. 18 anos
Pornográfico
ALDEIA DA MALANDRICE
Com Judith Frisch, Herbert Fux
Atenção: O filme começa 5 minutos após o início da sessão

BERNA

776098
Av. Marquês de Tomar
As 14, 16.30, 19 e 21.30 horas
Int. men. 13 anos — Colorido
John Travolta, Karen Lynn Gorney em
SATURDAY NIGHT FEVER
Febre de sábado à noite
Musica original escrita e interpretada por Bee Gees
3.ª Semana

CALEIDOSCÓPIO

795093
Campo Grande
14.00, 16.30, 19.00, 21.30
Int. men. 13 anos — Colorido
John Travolta, Karen Lynn Gorney em
SATURDAY NIGHT FEVER
Febre de sábado à noite
3.ª Semana

CASTIL

580194
Rua Castilho
As 15.30, 18.30 e 21.30 h.
Não acons. menor. 18 anos
Um filme de Alan Parker
O EXPRESSO DA MEIA NOITE
Com Brad Davis, Randy Quaid, Bo Hopkins
4.ª semana

CINEBOLSO

573407
Rua Actor Taborda, 27-B
As 12.30, 14.30, 16.45, 19 e 21.30h
Int. men. 18 anos
Uma história que deixará mesmo os mais calmos com o sangue a ferver
AS 69 POSIÇÕES
As 24 h Não acons. men. 13 anos
OS SUPER-HOMENS
CONTRA AS AMAZONAS

CINE CAMÕES

324194
Rua do Loreto, 15
As 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30 horas
Int. m. 13 anos
O ENXAME
4.ª semana
Antologia do Cinema
As 18.45 h. Não acons. men. 13 anos
A ficção, o fantástico e o terror
BARBARELLA

CITY CINE

549999
Rua Tomás Ribeiro, 34
14.30, 16.45, 19.00, 21.30
Não acons. men. 13 anos
SOU TIMIDO,
MAS ANDO A TRATAR-ME
Pierre Richard, Aldo Maccione
As 23.45 horas
CONTOS DE CANTERBURY

CONDES

322523
Av. da Liberdade, 2
As 14, 16.30, 19 e 21.45 h.
O GOVERNADOR DE FERRO
Com Claudia Cardinale
Int. men. 13 anos

DOIS MIL

2100055
Av. Bombeiros Voluntários
Lote 113 — Algés
As 15.30, 18.30, 21.30
E VIVA A LIBERDADE
Para todos

D. JOÃO V

971794
Praça Centro Comercial — Damaia
As 21.45 horas Int. men. 18 anos
A GRANDE CAÇA AO HOMEM

EDEN

320768
P. dos Restauradores, 21
14.00, 16.30, 19.00, 21.30
Int. men. 18 anos
Warren Oates, Isela Vega, Ken Norton, Pam Grier em
MANDINGO II
A Revolta dos Escravos do Sul
Um filme de Ralph B. Serpe // Technicolor

ESTUDIO

555134/5
Av. Afonso Henriques, 35
As 15.30, 18.30 e 21.30 h.
Não acons. men. 13 anos
CHE GUEVARA
Símbolo vivo da luta pela liberdade dos países oprimidos
Com Francisco Rabal e John Ireland
2.ª Semana

ESTUDIO 444

779095
Av. Defensores de Chaves, 83
As 15.30, 18.30 e 21.30
Int. menores 13 anos
LIVRE MEU AMOR
A explosão de uma mulher apaixonada!
Com Claudia Cardinale - Adolfo Celi

EUROPA

661016
R. Almeida e Sousa, 35
As 21.30 — Int. men. 13 anos
Um filme pleno de emoção e "suspense"
OS TRÊS DIAS DO CONDOR
Int. men. 13 anos
As 15.15 h — Grupo D — 10 anos
Última
SEMENTES DE VIOLÊNCIA
Quinta-feira à tarde às 18.15 h
(Maiores de 18 anos)
COISAS DA VIDA
Com Romy Schneider e Michel Piccoli

IMPERIO

555134/5
Al. Afonso Henriques, 35
15.15, 18.30, 21.30 h
Ugo Tognazzini numa comédia de grande nível de Elio Petri
Colorido
NÃO SE BRINCA COM O DINHEIRO
2.ª semana

LONDRES

801313
Av. de Roma, 7-A
As 14.00, 16.30, 19.00, 21.45 h
A GRANDE DECISÃO
de Herbert Ross
com Anne Bancroft e Shirley MacLaine
Não acons. men. 13 anos
3.ª Semana

MONUMENTAL

555131
P. Duque de Saldanha
3 sessões: 15.15, 18.15, 21.30 h.
Não acons. men. 18 anos
A mais arriscada missão jamais conseguida!
4.ª Semana
OS GANSOS SELVAGENS
Richard Burton, Roger Moore, Hardy Kruger e Richard Harris

MUNDIAL

538743
R. Martens Ferrão, 12-A
As 15.15, 18.30 e 21.30 horas
Não acons. men. 18 anos
O GOVERNADOR DE FERRO
Um filme de Pasquale Squitieri
Olho por olho dente por dente. Uma luta sem fim com Giuliano Gemma e Claudia Cardinale

NIMAS

574362
Av. 5 de Outubro, 42-B
As 14.30, 16.45, 19.00, 21.30 horas
Não acons. men. 18 anos
Galardoado com 7 Oscars
PROVIDENCE
A obra-prima de Alain Renais com Dirk Bogard e Ellen Burstyn
6.ª Semana

NOVOCINE

840678
Av. General Roçadas, 7
As 15.15, 21.15
Não acons. men. 13 anos
O mais endiabrado Rally de sempre
O CAROCHA MAIS LOUCO DO MUNDO
Com Robert Mark e Katherine Oginski

ODFON

326283/4
R. Condes, 12 a 20
15.15, 18.15, 21.15 h
Não acons. men. 13 anos
RAULITA
A ORFÃ REBELDE
Um filme de Lautaro Murua

PATHE

821933
R. Francisco Sanches, 122
As 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30 horas
Int. men. 18 anos
As aventuras da jovem Jones
LADY CHATTERLEY
Contem cenas eventualmente chocantes
3.ª semana

POLITEAMA

326305
R. Portas de St.º Antão
As 14.15, 16.30, 19 e 21.30 h
Não acons. men. 13 anos
A INVASÃO DOS ASTRO-MONSTROS
Um espantoso filme de antecipação científica

QUARTETO

771378
R. Flores do Lima, 16
SALA 1 — 14.30, 16.45, 19, 21.15, 23.30
Não acons. men. 13 anos
ALTA ANSIEDADE
SALA 2 — 14.30, 16.45, 19, 21.15, 23.30
Int. men. 13 anos
UMA CANTA A OUTRA NÃO
Realiz.: Agnès Varda
SALA 3 — As 15, 17, 19, 21 e 23.30
Int. men. 13 anos
ISABEL E O DESEJO
Realiz. Jean P. Berckmans
SALA 4 — 14.30, 16.45, 19, 21.15, 23.30
Não acons. men. 18 anos
O EXPRESSO DA MEIA-NOITE

RESTELO

610375
Av. Torre de Belém
As 21.30 h — Não acons. men. 13 anos
Um filme cheio de suspense
UMA PISTOLA PARA RINGO
Com Montgomery Clift, Sally Hammett

ROMA

887778
Av. de Roma, Lote JFII
As 15.30, 18.15 e 21.30 h
A ARMA DA JUSTIÇA
Quando a arma do crime é manejada pela Justiça
Com Yves Montand, Simone Signoret
Realiz.: Alain Corneau
2.ª Semana

ROXY

548560
Av. Almirante Reis, 20
14.15, 16.30, 18.45, 21.45
Int. men. 18 anos
MANDINGO II
A Revolta dos Escravos do Sul
Um filme de Ralph B. Serpe // Technicolor

SÃO JORGE

579144-579344
Av. da Liberdade, 175
As 15.15, 18.30 e 21.30 horas
Não acons. men. 13 anos
Burt Lancaster num filme de Ted Post
AVISEM OS ESPARTANOS

SATELITE

562632
Av. Fontes Pereira de Melo, 61
Estreia às 21.30
Int. men. 18 anos
Um filme de Jean Franco
VENUS
EM CASACO DE PELES
As 15, 17 e 19 h — Últimas
Int. men. 18 anos
O IMPÉRIO DA PAIXÃO

STAR

804210
Av. Guerra Junqueiro, 14-C
As 14.30, 16.45, 19 e 21.45 h
Não acons. men. 13 anos
Um filme de Billy Wilder
O SEGREDO DE FEDORA
Com William Holden, Marthe Keller, Henry Fonda

TERMINAL

371573
Estação do Rossio
11.00, 13.00, 15.00, 17.00, 19.00
21.30 e 23.30
O TOQUE DA MEDUSA
Um filme de Jack Gold — Medusa Touch
Não acons. men. 13 anos
3.ª semana

TIVOLI

570595
Av. da Liberdade, 188
14.00, 16.30, 19.00, 21.30
Int. men. 13 anos — Colorido
John Travolta, Karen Lynn Gorney em
SATURDAY NIGHT FEVER
Febre de sábado à noite
Musica original escrita e interpretada por Bee Gees
3.ª semana

VOX

880808
Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879
14.15, 16.30, 19.00, 21.45 h
Não acons. men. 13 anos
SOU TIMIDO,
MAS ANDO A TRATAR-ME
Pierre Richard, Aldo Maccione

PALACIO FOZ

367031
P. Restauração
2.ª Festival Internacional de Cinema de Animação — Espinho
Uma organização da "Nascente"
SELECÇÃO DE FILMES "CINANIMA 78"
Sessões às 15.15, 18.15, 21.15 horas
Iniciativa da Direcção-Geral da Acção Cultural

Cinemas

Lisboa

ABC — "Direita Volver", 20.30, 22.45 (13 anos)
ADQUE — "Fardos e Guitarradas", às 21.30 (18 anos)
MONUMENTAL — "Um Zero à Esquerda", 21.30 (13 anos)
MARIA MATOS — "E a Vida é assim", 21.30 (13 anos)
VARIEDADES — "Felizardo e C.", Modas e Confecções", 20.30, 22.45 (13 anos)
CAPITÓLIO — "A Batalha do Coração", 21.30 (13 anos)
MARIA VITÓRIA — "E Tudo São Bento Levou", 20.30, 22.45 (18 anos)

OUTROS CINEMAS

Lisboa

CINEARTE — "Os Invasores que Vieram do Centro da Terra", às 21.30 (18 anos)
PARIS — "Promessa de Amor", às 21.30 (13 anos)
ROYAL — "Keoma", 21.30 (13 anos)
JARDIM — "Saías acima, já", 21.15 (13 anos)
PROMOTORA — "O Justiciero do Meio-Dia", 21.15 (13 anos)
MOSCAVIDE — "Survive, a Epopeia dos Andes", 21.30 (18 anos)

Linha de Cascais

PAÇO DE ARCOS — Chaplin — "Coração de Ferro", 21.15 (18 anos)
OEIRAS — Oeiras Cine — "Chegou a Hora da Vingança", 21.15 (13 anos)
PAEDE — Royal-Cine — 21.15 (18 anos) — "Missão Secreta"

Linha de Sintra

AMADORA — Lido — 21.30 (13 anos) — "A Morte de um Caníbal"
AMADORA — Cinestúdio — 21.30 (13 anos) — "As Grandes Esperanças"
SINTRA — Carlos Manuel — 21.30 (13 anos) — "Labirinto de Violência"

Outra Banda

ALMADA — Incrível — 21.15 (18 anos) — "Maus Pensamentos"
ALMADA — Academia — 21.15 (13 anos) — "O Tigre de Mompragem"

Porto

LUMIÈRE A — "A Fronteira do Pesadelo", 21.30 (18 anos)
TRINDADE — "O Expresso da Meia-Noite", às 21.30 (18 anos)
OLÍMPIA — "Coisa Fina", às 21.30 (18 anos)
ESTUDIO — "Festival Joe Cocker", às 21.30 (13 anos)

Coimbra

AVENIDA — "O Primo de Londres", 21.30 (13 anos)
S. TEOTONIO — "Uma Rapanga da Província", às 21.30 (13 anos)
GIL VICENTE — "O Abominável Dr. Fhibes", às 21.30 (13 anos)
TIVOLI — "Sirvam-se dessas Senhoras", 21.30 (18 anos)

VALE FORMOSO

— "As Rodas da Fortuna", às 21.45 (13 anos)
CARLOS ALBERTO — "O Caminho da Glória", 21.30 (13 anos)
CHARLOT — "Madame Claude", às 21.30 (18 anos)
AGUIA — "As Mulheres de Prazer dos Campos Nazis", às 21.30 (18 anos)
BATALHA — "Capricórnio Um", às 21.30 (18 anos)
SALA BEBE — "Guerrilheiros do Império", às 21.30 (18 anos)
CHAPLIN — "A Esposa Virgem", 21.30 (18 anos)
COLISEU — "O Cão", às 21.30 (18 anos)
PASSOS MANUEL — "Outro Homem Para Outra Mulher", às 21.30 (13 anos)
S. JOÃO — "O Cavaleiro Solitário", 21.30 (18 anos)
ESTUDIO 400 — "A Mulher a Janela", às 21.30 (13 anos)
RIVOLI — "O Monte dos Vendavais", às 21.30 (13 anos)
JULIO DINIS — "As Descaradas", 21.30 (18 anos)

CITRONIC
A SUA OPÇÃO!
14 DÍGITOS DE CAPACIDADE
2 MEMÓRIAS
REP. E IMPORTADORES EXCLUSIVOS
Soc. Port. de Equip. Ld.ª
R. Francisco Sanches, 29 Tel. 82 60 14

DIANUS
não deve provocar dor de dentes na aula.

OLA' CHUCK...
COMO VÁS COM AS TUAS CEM FRASES? EU JÁ FIZ SEIS...

ACABEI AS MINHAS ANTES DO JANTAR.

OLHEIO TE, CHUCK!



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.

• ADMINISTRAÇÃO: RUA CASTILHO 185 1.
TELEFONES 327150/1, 328271/2, 328272, 327281/2

• REDACÇÃO, PUBLICIDADE E SERVIÇOS TÉCNICOS
RUA 1.º DE JANEIRO 44
TELEFONES 327150/1, 328271/2, 328272, 327281/2
PUBLICIDADE 386746

• SERVIÇO NOTAS (DEPOIS DAS 21)
PORTUGAL 221114
REDAÇÃO: RUA 1.º DE JANEIRO 44

• SERVIÇO TELEFONIA: RUA 1.º DE JANEIRO 44
TELEFONES 327150/1, 328271/2, 328272, 327281/2

• DELEGACÃO DO PORTO
RUA 1.º DE JANEIRO 44
TELEFONES 20664/5

Petróleo: aumento "suave" por pressão dos EUA

BEIRUTE, 5 (ANOP) — A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) decidiu sobre um aumento gradual de sete por cento do preço do petróleo na sua conferência de 16 deste mês, em Abu Dhabi, capital dos Emiratos Árabes Unidos — escreve o jornal de Beirute "Al Anwar".

Os membros da "OPEP" tinham originalmente concordado num aumento de dez por cento, para ser realizado em quatro fases trimestrais à média de 2,5 por cento cada, em 1979.

A visita do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, William Blumenthal, a vários Estados árabes e ao Irão levou os produtores a modificar a sua posição — diz o "Al Anwar", acrescentando que Blumenthal afirmou que, se o aumento fosse de dez por cento, o valor do dólar desceria de forma a manter baixos os rendimentos do petróleo.

Blumenthal teria ainda advertido os dirigentes da Arábia Saudita, Kuwait, Emiratos Árabes Unidos e Irão a decidirem-se por um aumento moderado por etapas, que possa manter o valor do dólar e garantir rendimentos adicionais do petróleo razoáveis — declara ainda o jornal.

Magistério do Porto: fim da "ocupação"

PORTO, 5 — Cessou ontem, ao meio da tarde, a "ocupação simbólica" do gabinete do director da Escola do Magistério do Porto com o abandono por parte dos professores daquela dependência "ocupada" desde a passada terça-feira, conforme noticiámos.

PRECEDENDO VISITA DE EANES

Bissau e Lisboa negociam acordo técnico-militar

Um acordo de incidência técnico-militar deve constar entre os novos acordos que a Comissão Mista Luso-Guineense discutirá na primeira quinzena de Janeiro, precedendo a visita oficial do Presidente da República, general Ramalho Eanes, à Guiné-Bissau.

Esta reunião da Comissão

Mista realizar-se-á em Bubaque, uma aprazível estância turística no arquipélago dos Bijagós.

Fontes bem informadas na capital quineense indicaram à ANOP que a comissão analisará os projectos de três novos acordos de cooperação e procederá a um balanço geral do desenvolvimento das relações entre os

dois países.

Os novos acordos, cuja assinatura poderá ocorrer durante a visita do Presidente Eanes contemplam os domínios técnico-militar, consular e de emigração.

O acordo de cooperação técnico-militar é considerado o mais importante, porque representa um avanço significativo no

MOTIVO DE OBRAS Móveis — Liquidam-se

SALAS DE JANTAR, QUARTOS, MÓVEIS
SOLTOS ESTILOS, SÉCULO XVII, IMPÉRIO, LUÍS XV E XVI, RENASCENÇA, D. JOSÉ,
D. JOÃO V, JOGOS DE MAPLES, SOFAS—CAMAS ETC.

MÓVEIS SUPERCONFORTO (FABRICANTES)

Rua Maria Andrade, 64
(Perto da Igreja dos Anjos)

Desempregados voltam ao local do crime

Roubaram um carro nos Olivais. De matrícula HI-38-03, estacionado às 3 e 30 da manhã na Rua da Margem, na Madre de Deus, frente a uma farmácia.

Dados às artes de arrombador, facilmente podem fazer mão baixa a quatro contos em notas do Banco de Portugal e a 3780\$00 em medicamentos.

Chama-se Rafael. Tem 19 anos. É mais um desempregado. O nome do seu cúmplice não é conhecido. Mas também é desempregado. Palavra de Rafael. A Polícia, entretanto, apareceu, e os dois assaltantes desempregados e jovens fugiram. A Polícia recuperou o dinheiro. Rafael, nome de anjo, regressou ao local do crime para recuperar ao menos o automóvel e os medicamentos, com base em estupefacientes. A Polícia ainda não

abandonara o local. Rafael foi preso. O seu cúmplice continua apenas preso nas ruas da grande cidade.

Dentro do carro roubado foram encontradas as ferramentas do «ofício»: duas chaves de fendas, um alicate, um pé-de-cabra e uma moça tipo Rio Maior. E uma carteira com documentos que tudo leva a crer sejam do proprietário da viatura.

Também ontem à noite, também dois desempregados, também assaltantes, voltaram ao local do crime. Também foram presos. Também são jovens: 20 e 23 anos.

Eram 4 e 30 da manhã quando o guarda-nocturno da área viu, na Rua dos Cavaleiros, no número 29, dois indivíduos a tentarem partir a montra de uma casa de electrodomésticos.

O guarda mostrou-se e os assaltantes fugiram. Alertada, a Polícia aparece e bate a zona à procura deles. Os dois jovens rodeiam o quarteirão, deixam passar algum tempo e regressam à montra da casa para acabarem o seu trabalho. A Polícia continua a ronda. Só que um agente, mais atento, lhes deita a mão no exacto momento em que o fruto cobiçado está mais próximo.

Confessam ser os mesmos que o guarda-nocturno viu. Desempregados são e dão-se pelos nomes de Vitorino e Dantas.

Balanço final: dois assaltos frustrados. Quatro jovens desempregados. Três prisões iguais a outras tantas numa madrugada de Lisboa.

Lisboa sem carne de vaca

Continuação da pág. 1

ontem no Governo Civil do Porto, uma reunião entre a Associação dos Comerciantes de Carnes, o chefe do distrito, e o presidente da edilidade. Porém, face à ausência destas últimas entidades (que se fizeram representar), a

reunião não pôde ser deliberativa.

Entretanto, como a Associação dos Comerciantes do Porto não sabe a quem se dirigir, convocou para hoje uma reunião com todos os seus membros.

Os comerciantes queixam-se de que não podem vender a carne ao preço oficialmente estabelecido, dado que a adquirem a um preço superior ao da respectiva tabela.

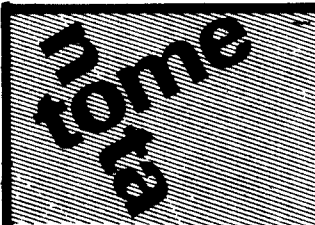
MENOS CARNE MAIS CARA

ROMA, 5 — (ANOP) — A redução da produção de carne de vaca na América do Norte, Argentina e Oceania resultará na diminuição do abastecimento mundial e na elevação dos preços em 1979 — informou a Organização da Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO).

Segundo cálculos efectuados, a produção mundial de carne de todas as espécies em 1978 aumentou apenas 1,5 por cento para 125 milhões de toneladas, comparado com a média de crescimento de três por cento nos anteriores quinze anos.

Enquanto a produção de carne porcina e avícola foi suficiente para o abastecimento do mercado em 1978, a de carne de vaca diminuiu pela primeira vez desde 1971 para 47 milhões de toneladas e espera-se que decline mais em 1979 — disse a FAO.

Os preços da carne de bovino no comércio internacional atingiram nas últimas semanas 2300 dólares (cerca de 107 contos) por tonelada métrica CIF Estados Unidos, contra 1800 dólares (aproximadamente 84 contos) em meados deste ano e 1300 dólares (cerca de sessenta contos) em Outubro — Novembro de 1977.



REACCIONÁRIO

Ontem, na Assembleia da República, perguntou-se qual o significado autêntico da palavra **reaccionário**. Da «Enciclopédia Luso-Brasileira», vol. XXIV, transcrevemos os vocábulos: **reaccionário**, **reaccionarismo**, **reaccionarista** e as respectivas abonações:

REACCIONÁRIO, adj. Relativo a reacção, nos seus vários sentidos. Relativo ao partido da reacção ou ao seu sistema: política reaccionária; «Ao Paço dos Carrancas acudiu a render homenagens o escol aristocrático, conservador e reaccionário da cidade», Bruno, A Ditadura, cap. 1, p. 23; «Universidade aristocrática, como ainda é hoje, infiltrada de preconceitos senhoriais, essencialmente conservadora, reaccionária, hostil a inovações, como todas as aristocracias solidamente radicadas». Latino Coelho, Literatura e His-

tória, p. 249; «Os jornais de Hearst empenham-se, por meio de alguns dos seus comentaristas, em intrigar o povo americano com o russo. Representam uma corrente reaccionária e imperialista, conhecida pelo nome de América First», Erico Verissimo, A volta do Gato Preto II, p. 108. S.m. Partidário da reacção: essa saude dos tempos da intolerância só quer dizer que és um grande reaccionário.

REACCIONARISMO, s.m. Sistema ou ideias de reaccionários: «Enfeixando as críticas estrangeiras e as suas próprias observações, Oliveira Martins apresenta-nos, implícitas e explícitas, todas as ideias de que se apropriou o reaccionarismo do nosso tempo», António Sérgio, Ensaios, V, p. 62.

REACCIONARISTA, adj. 2.º g. Que diz respeito ao reaccionarismo: política sem liberdade é política reaccionarista. S. 2.º g. Pessoa adepta do reaccionarismo: «A questão, portanto, é económica e educativa: donde se conclui com motivo pleno que só olham ao fundo do problema em que os nacionalistas se debruçaram — os mais utópicos revolucionários e os reaccionaristas mais utópicos», António Sérgio, Ensaios, I, p. 50, 1.ª ed.»

SÁ CARNEIRO EM CASTELO BRANCO

Socialistas acusam PSD de espancamento de jovens e boicote à Informação

Socialistas de Castelo Branco acusaram, ontem, o PSD de ter praticado um violento boicote à Informação no decurso do Comício realizado na capital da Beira-Baixa por Sá Carneiro e de espancamento de jovens por parte da segurança do referido comício.

O PS local diz textualmente no seu comunicado que a segurança do PSD, «integrada por marginais armados de pistolas não hesitaram em espancar diversos jovens que pretendiam assistir ao comício». Quanto ao boicote que terá sido praticado em relação aos órgãos de Infor-

mação, o Secretariado Executivo da Federação Distrital de Castelo Branco do PS acusa, concretamente, os organizadores do comício, teve lugar em 25 de Novembro último de haverem impedido os órgãos de Comunicação Social, de «exercerem os seus direitos, tendo chegado ao extremo de determinar a destruição dos apontamentos recolhidos pelos jornalistas representantes do «Jornal do Fundão» e do «Reconquista».

No comunicado, tecem-se, também, considerações condenatórias acerca do conteúdo das intervenções de alguns oradores, nomeadamente do deputado Pedro Roseta, que terá desculpado «os jovens fascistas que atacaram frontalmente a democracia no dia 24 de Novembro, no Porto».

Os responsáveis albigastrenses do PS terminam perguntando se «serão estas as alternativas «democráticas» que o PPD/PSD oferece ao País».

(Hoje 32 páginas)

"Uíge" para sucata

O paquete «Uíge», da Companhia de Transportes Marítimos (CTM), que se encontrava imobilizado no «Mar da Palha» e que, durante os últimos anos da guerra colonial, serviu de transporte de tropas, foi vendido para sucata.

Segundo disse à ANOP um elemento da direcção da Companhia de Transportes Marítimos, «a sua reparação era muito onerosa pelo que foi autorizada pelo Governo a venda para sucata».

A CTM tem neste momento ao seu serviço 32 navios de carga e dois paquetes, o «Funchal», fretado para cruzeiros, e o «Ponta Delgada», em serviço interilhas dos Açores.

O «Uíge», de 14.487 toneladas e com acomodações para transporte de 571 passageiros, foi construído num dos estaleiros belgas em 1954.

Mais um suicida da Ponte D. Luís

PORTO, 5 — Ontem, de tarde, lançou-se da Ponte D. Luís ao rio Douro, sendo retirado das águas por uns populares, Napoleão Faria, de 48 anos, casado, de Lamelas, Santo Tirso.

Foi transportado ao Hospital de Gaia, onde foi verificado o óbito. O cadáver foi removido hoje para o Instituto de Medicina Legal.

fim do ano do

VIAGENS ESPECIAIS

preços de baixa estação

ALGARVE • MADEIRA

ATENAS

TORRENOLINS • MARROCOS

MADRID • BEIRUTE

TERRA SANTA

PALMA MAIORCA • LONDRES

PARIS • AMSTERDÃO • ROMA

URSS "O Inverno Russo"

ROMÉNIA

e ainda... Férias na Neve em ANDORRA!

consulte-nos e escolha já o seu itinerário

EUROPE

A PRINCIPAL AGÊNCIA DE VIAGENS PORTUGUESA

Av. da Liberdade, 233 — LISBOA — Tel. 536121

Rua Rios Azeite, 19 — LISBOA — Tel. 561141

Av. Tomas Cabreira — Viana do Castelo

Praca da Rocha — ALGARVE — Tel. 23317

membro WATA em Portugal

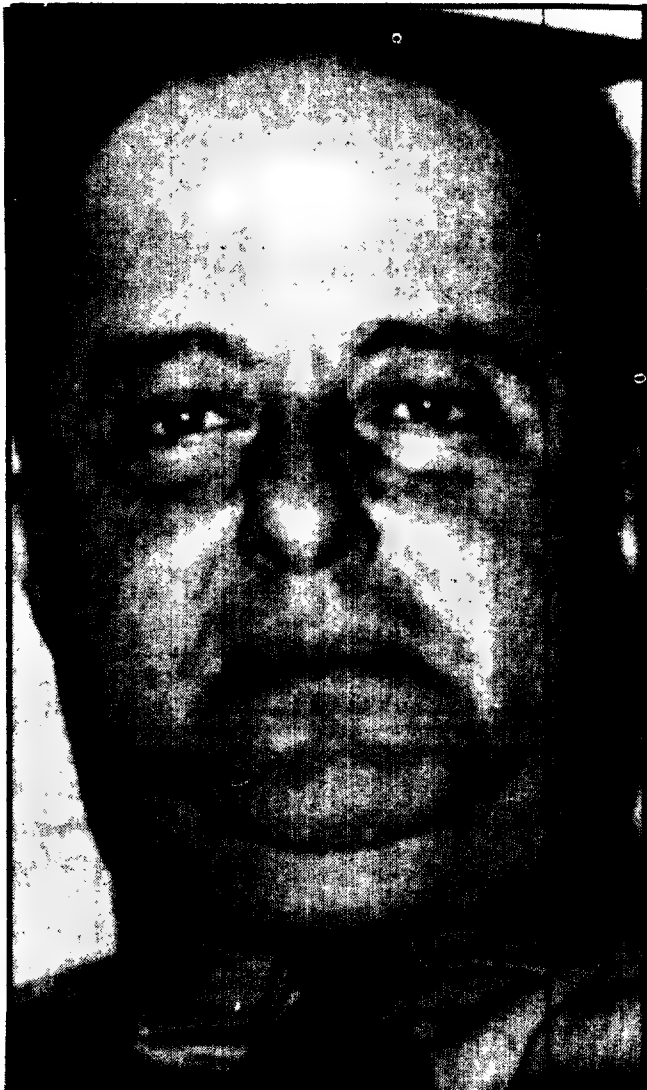
Economia: O dólar e o petróleo - 1

Brasil: Advertência aos militares

Poluição: A defesa dos oceanos

Ásia: O conflito sino-vietnamita

NICARÁGUA



■ Oscar Hidalgo

□ Prensa Latina

Toques de tambor, antigos cânticos de guerra, fogueiras nas ruas, homens com arcos, flechas, lanças e outras armas e velhas cerimónias de guerra herdadas dos seus antepassados subsistem ainda na Nicarágua, nas comunidades indígenas de Monimbó e Subtiava, situadas nos subúrbios das cidades de Masaya e Leon. Se, antes da chegada dos colonialistas espanhóis, estas manifestações guerreiras

Somoza, o indesejável

eram praticadas contra os povos vizinhos que queriam dominar ou aos quais pretendiam anexar terras e subjugar homens e donzelas para o sistema social escravagista em embrião, as tradições guerreiras foram avivadas com a presença agressiva dos invasores louros e bárbaros que vinham de além-mar. Mas hoje o inimigo é outro. Subtiava e Monimbó limpam o pó das suas armas de guerra, içam os

seus estandartes de guerra e entoam antigas «slogans» de luta contra Anastasio Somoza, o terceiro membro da família que há mais de 40 anos detém o Governo da República. Embora Masaya e Monimbó só apareçam desde o princípio deste ano na primeira página dos órgãos de Informação de todo o mundo devido à atitude enérgica dos seus habitantes contra o regime, são nomes há muitos séculos mencionados em crónicas, documentos de interesse público e poesia popular.

Os cronistas Gonzalo Fernández de Oviedo, Fray Bartolomé de las Casas, Torquemada e outros cronistas espanhóis referiram-se a Masaya, comentaram a combatividade dos seus habitantes e a originalidade do seu vulcão que desde então, e mesmo actualmente, tem o nome de «O Inferno».

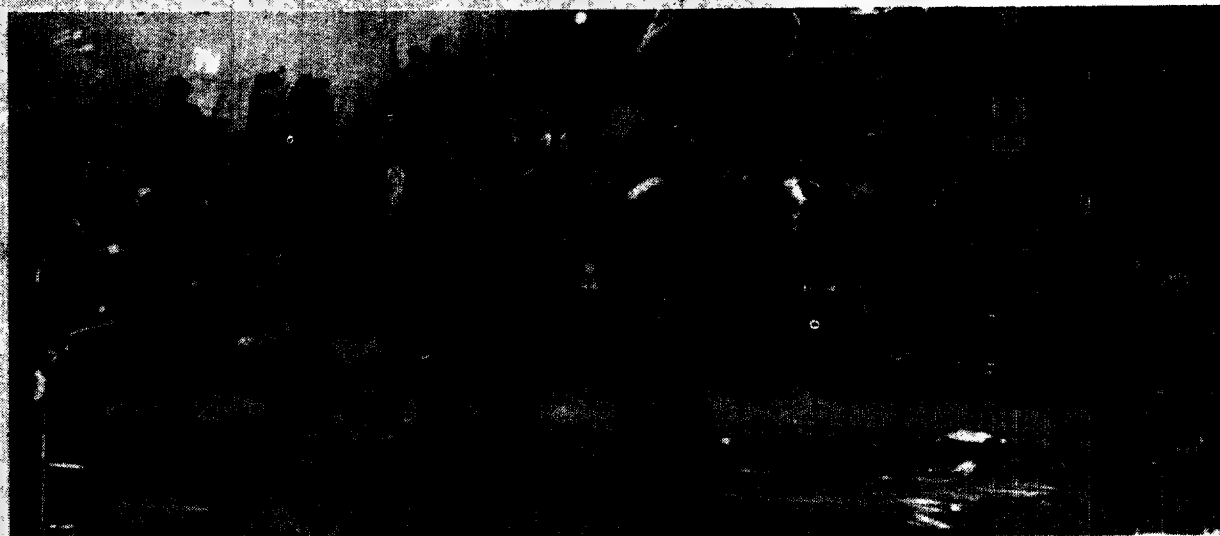
Fernández de Oviedo, Las Casas e Torquemada compararam-no com o vulcão italiano Etna, discutiram as características do seu fogo eterno, as suas lendas e narraram a história de uma velha centenária que vivia no vulcão e se alimentava do que lhe levavam os habitantes das localidades vizinhas, incluindo a cidade de Masaya.

Esta cidade também foi frequentemente citada por causa do carac-



NICARÁGUA

O IRÃO À PROCURA DO FUTURO



«Entre o islamismo e o Exército», por Maurice Duverger; «Desejamos um governo democrático e socialista», por Karin Sandjani, secretário-geral da Frente Nacional, e «Os impasses», por A. Banisadr; são três depoimentos importantes que reunimos sob o título comum «O Irão à procura do futuro». O conjunto destes pontos de vista constitui, quanto a nós, uma valiosa e oportuna contribuição para melhor se compreenderem as dificuldades com que se debate o povo iraniano, simultaneamente tão rico e tão miserável.

(PÁGINAS CENTRAIS)



O petróleo

e o dólar

A Conferência de Ministros das Finanças dos cinco grandes países capitalistas (Estados Unidos, Alemanha Federal, Japão, Grã-Bretanha, França), em Versa- lhes, o encontro em Bâle, dos directores dos bancos centrais e os encontros, em Bona, de Blumenthal, ministro americano das finanças, não produziram qualquer comunicado.

A imprensa perde-se em conjecturas. As bolsas de valores reagiram a estes encontros secretos, que se realizaram em Fevereiro, devido à queda do dólar e dos valores americanos.

Trata-se de um novo episódio da guerra comercial e monetária. Tal como no início dos anos 70, Washington utiliza a arma monetária para incitar a Alemanha Federal a

reactivar a sua economia. Bona opõe resistência. A «equipa» da Casa Branca é nova mas retoma os mesmos métodos para conseguir os mesmos objectivos. Nada de espantar: só os actores mudaram na cena económica ocidental. Quanto aos encenadores, esses, permanecem: as oligarquias financeiras e industriais nacionais, que se habituaram a usar a linguagem da força económica.

Qual é a correlação de forças na hora actual? Em que fundo económico e monetário se desenrola esta nova batalha? Quem é que aí participa, além de Washington e de Bona, e quais são os jogos?

Os textos que se seguem ajudam a compreender essas questões.

1 COMO A CRISE DO PETRÓLEO FAVORECEU O CAPITALISMO

«O comerciante não tem pátria», máxima do «pai fundador» dos Estados Unidos, Thomas Jefferson, volta-se hoje contra o americano médio. Para o grande «business», a economia americana não passa duma parte do seu império internacional. E nem por isso a mais prometedora, tanto pela sua escala como pelos lucros que permite. Embora a potência económica dos Estados Unidos continue baseada no seu potencial industrial e técnico, os interesses da economia nacional e os dos seus verdadeiros patrões — os banqueiros e os grandes industriais — estão longe de ser os mesmos. Este facto ressalta com maior impacto do exame do problema do dólar e do petróleo.

Nestes últimos cinco anos, a imprensa ocidental lançou-se contra a OPEP, culpando-a da crise, do desemprego e da inflação, o que acabou por se tornar quase um axioma. Talvez por isso tenha causado tanto sucesso um artigo do «Washington Post», com o título «os elevados preços do petróleo aproveitam aos Estados Unidos».

O jornal afirmava que, desde a alta de preços do petróleo, a situação económica da América nos mercados externos «tinha melhorado

consideravelmente», ao mesmo tempo que «os nossos concorrentes (e amigos) na Europa Ocidental e Japão enfraqueceram...». O artigo acaba mesmo por concluir que, apesar da retórica política que costuma apresentar a OPEP como inimiga da América, «de facto, as suas relações pareceram-se mais com a da camaradagem».

Certamente que apresentar as relações entre os Estados Unidos e a OPEP como camaradagem é distorcer a realidade. Só um pequeno grupo dos países produtores de petróleo do Médio Oriente e do golfo Pérsico seguem os trilhos da política do imperialismo americano. Todavia, as afirmações do «Washington Post», segundo as quais a crise do petróleo beneficiou o imperialismo dos EUA, contém uma parte de verdade.

No meio da desordem em que a crise do petróleo de 1973 precipitou a economia capitalista, não era fácil avaliar rapidamente como é que ela se iria repercutir na repartição de forças imperialistas. Hoje, pode afirmar-se com segurança que os Estados Unidos, na sua luta rival com os outros dois centros do imperialismo — o Mercado Comum e o Japão — encontram precisamente novo alento na crise do petróleo. A crise travou por algum tempo a erosão da hegemonia do dólar no sistema monetário do Ocidente, reforçou a posição dos bancos de Wall Street nos mercados internacionais de capitais. Toda-

via, a longo termo, a crise do petróleo tem graves consequências para a hegemonia do dólar. Tentemos ver claro nesta situação contraditória.

Enleado na aventura vietnamita, Washington deixou escapar o momento em que o Mercado Comum já estava pronto para responder ao «desafio americano». A Europa dos «Seis» tornou-se a Europa dos «Nove», os monopólios europeus ocidentais pressionavam os autores dos projectos de integração de Bruxelas a realizar a «União Económica e Monetária», que poderia fazer face à potência financeira de Wall Street.

Tendo perdido, em 1971, a sua paridade — ouro real —, os dólares deixaram de ter garantia em valores comerciais: o seu volume nas contas bancárias estrangeiras ultrapassa de longe o valor das exportações anuais dos Estados Unidos. Este «jiu-jitsu monetário», como a «Business Week» classificou então as tentativas de Washington de forçar as exportações baixando o curso do dólar, fez flutuar, a partir de Março de 1973, os cursos de todas as moedas capitalistas, o que fez ainda mais agravar a instabilidade monetária.

Se não tivesse havido a crise do petróleo, tinha que ser inventada, dizem certos observadores financeiros, e não sem fundamento, dado que a crise trouxe sensíveis alterações à conjuntura.

O indesejável

ter beligerante dos seus habitantes frente aos conquistadores, qualidade reconhecida por todos em termos elogiosos. Destruída a resistência armada indígena, Masaya converteu-se numa importante cidade da província de Nicarágua que pertencera à capitania geral da Guatemala, centro administrativo da colónia, nos seus domínios do istmo centro-americano. A população da cidade agrupou-se em quatro bairros, um dos quais era Monimbó. Nesta localidade situavam-se as habitações dos índios.

Monimbó, além de conservar até hoje as terras de baldio que lhe foram reconhecidas pela coroa espanhola, mantém igualmente tradições ancestrais, como a instituição de «El Alcalde de Varita», o casario erigido de acordo com as antigas concepções arquitectónicas de construção de paredes com barro e cana, os bailes folclóricos de «Los diablitos» e muitos outros costumes.

Masaya continua a ser até hoje o principal centro de produção de artesanato da Nicarágua, destacando-se particularmente o de Monimbó.

UMA COMUNIDADE CONTRA SOMOZA

Desde o princípio de 1978, os habitantes de Monimbó já sofriam, pelo menos, uma centena de vítimas em consequência da violenta resposta da Guarda Nacional às suas exigências: «Vai-te embora Somoza, vai-te embora!», era uma das palavras de ordem tocamamente escritas num cartaz er-

guido numa manifestação que enfrentou uma força armada apoiada em blindados e protegida pela força aérea.

As crianças não constituem excepção; são, pelo contrário, um dos alvos preferidos contra os quais se lançam os guardas para amedrontar os habitantes de Monimbó.

Mãos esmagadas pelas coronhadas, cortadas pelas baionetas, pequenos corpos pendurados das árvores pelos dedos... o diário «La Prensa» editado em Manágua apresentou testemunhos incontestáveis destas e doultras torturas praticadas em crianças de Monimbó.

As escolas, de ensino primário também são local de tiroteios indiscriminados. Nas salas de aula, completamente cheias, foram lançadas há pouco tempo centenas de bombas de gases lacrimogéneos, que provocaram asfixias mortais. Porém Masaya, e em especial Monimbó, resistem e continuam a sua luta.

No passado mês de Julho, o grupo «Los Doce», opositor do regime decidiu regressar do exílio, num desafio aberto. A sua primeira actividade pública consistiu numa visita a Masaya, Monimbó, e a resposta popular não se fez esperar. Dezenas de milhares de cidadãos apinharam-se na estrada que vai de Manágua até Masaya. A Guarda Nacional marcou a sua presença com um forte tiroteio.

A partir da conquista e colonização espanholas, os indígenas do continente sofreram um intenso processo de extermínio, só tendo sobrevivido em regiões em que o número de pessoas era realmente

considerável.

Para o extermínio da população indígena contribuíram também as graves doenças levadas pelos espanhóis, o brutal sistema de exploração da força de trabalho, o ataque a todo o sistema social vigente até à altura, e o ataque contra a arte local, crenças e ideias.

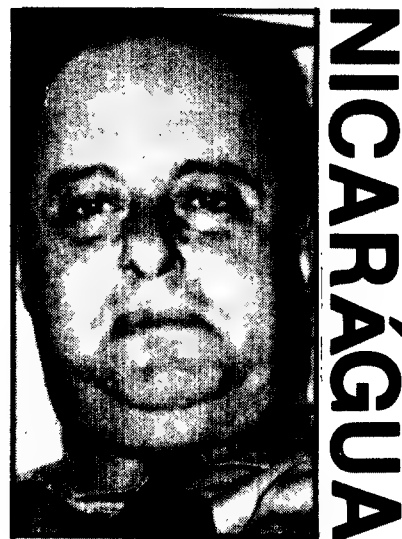
Os resultados de tal situação não se fizeram esperar. Os indígenas do território que hoje é a Nicarágua tinham um avançado grau de desenvolvimento económico e social que possibilitava, segundo rigorosas investigações históricas, a sobrevivência de 600 mil habitantes.

Porém, esse numeroso núcleo humano não escapou à hecatombe.

Pelo contrário, aos conhecidos factores determinantes do genocídio, acrescenta-se na Nicarágua, a escravização e exportação de índios iniciada pela costa do Pacífico para o Perú e Panamá em 1515 e pelos portos hondurenhos do Mar das Caraíbas para as Antilhas.

Vinte anos após o tráfico ter começado a população indígena viu-se reduzida a cerca da terça parte. O processo incidu fundamentalmente sobre a rica e populosa região dos lagos na qual estavam localizadas as tribos de ascendência «nahuatl» ou mexicana, que conseguiram desalojar os «chorotegas».

A ausência de minerais na região determinou a constituição de um regime colonialista, cuja riqueza essencial era a força de trabalho dos indígenas que constituíam uma rentável mercadoria para exportação e que foram igualmente utilizados nos traba-



lhos agrícolas e pecuários.

Uns tantos centos de espanhóis e, em seguida, os seus descendentes foram mantidos por dezenas de milhares de indígenas à sua disposição e submetidos a um regime semiesclavagista.

QUE REPRESENTA SOMOZA PARA MONIMBÓ?

Os Somoza são para este sector social o principal herdeiro dos conquistadores e colonizadores que os colocaram na sua situação actual. Claro que os tempos mudam. A economia desenvolve-se condicionada pelo subdesenvolvimento, os 40 anos de «Somoza» permitem à família no poder, afiançar o principal grupo empresarial centro-americano.

A partir de 1936, com a deposição do presidente Juan Bautista Sacasa por meio de um golpe de estado, o general Anastasio Somoza Garcia introduziu uma série de modificações na estrutura estatal para consolidar por essa via um poder que com o tempo se tornou em verdadeira dinastia familiar, como disse recentemente o diário

norte-americano «The New York Times».

Somoza Garcia era desde 1933 o director da Guarda Nacional, organização militar criada em 1928 pelos Estados Unidos, durante a sua terceira intervenção armada na Nicarágua.

A ocupação era enfrentada com êxito pelo «exército defensor da soberania nacional», chefiado pelo patriota Augusto César Sandino, pelo que Washington resolveu actuar, fundando a Guarda Nacional da Nicarágua para opor uma força de carácter «nacional» à primeira geração de sandinistas da Nicarágua.

Pela sua origem social, Somoza Garcia não era mais que um proprietário médio de roças, porém na década de 40 conseguiu passar a controlar as exportações de madeira, borracha, algodão e minerais do país.

Posteriormente, diversificou as suas actividades para as indústrias do álcool, cimento, produtos lácteos, transportes, construção e criação de gado.

Coube, no entanto, a seu filho Anastasio Somoza Debayle aumentar o capital familiar nos sectores de seguros e finanças, turismo, transportes internacionais por via aérea e marítima, casinos, importação de automóveis, exportação de plasma, instalações portuárias e outros.

Somoza Debayle sucedeu a seu pai em 1956 na chefia da Guarda Nacional e desde 1967 exerce ininterruptamente a presidência da República, exceptuando um curto lapso de tempo em que formalmente instalou um triunvirato de civis à frente do poder executivo.

O processo económico da Nicarágua, sob os Governos dos Somoza, trouxe para os descendentes dos indígenas uma agudização da sua marginalização dos benefícios económicos e sociais. ●

UMA ADVERTÊNCIA DOS BRASILEIROS AOS MILITARES

LE MONDE

O regime brasileiro sai vencedor das eleições legislativas de «15 de Novembro», mas foi sem dúvida a oposição quem as ganhou. Quando um pouco mais de metade os boletins tinham sido escrutinados, a oposição obtivera mais sufrágios do que o partido governamental, ARENA, que, no entanto, havia garantido mais lugares em ambas as câmaras. Quando se conhecerem os resultados definitivos a formação oficial deverá ter à volta de 55% dos deputados.

O Brasil não tem decerto o monopólio dos resultados eleitorais feitos por medida, a fim de dar vantagem ao poder. Tem, no entanto, neste domínio, certas inovações. Tal como na maioria dos países da América Latina, os analfabetos não têm direito de voto. Humanamente inadmissível, a medida é politicamente ambígua, visto que os iletrados, sobretudo nos campos, são facilmente manipulados pelos poderosos locais. No entanto, na altura de desenhar as circunscrições, o Governo resolveu não fazer distinção entre os cidadãos que sabem ler e os outros... E que dizer da reforma de Abril de 1977, que reserva praticamente um terço dos lugares no Senado a candidatos pró-governamentais!

Se, no Brasil, a abertura política é uma realidade incontestável, estas considerações mostram que a soberania está longe de ter sido recuperada pelo povo, e continua a residir na casta militar que tomou o poder em 1964, e que, quando receia perder, modifica as regras do jogo.

Outra confirmação trazida, pelo escrutínio de 15 de Novembro é a existência de «dois Brasis». Muito esquematicamente, é das cidades do sul, mais desenvolvidas, que marcou a sua oposição ao regime; e o mais rural, menos desenvolvido, do nordeste e do centro, que apoia o Governo.

É este, sem dúvida, o principal paradoxo da situação do gigante latino-americano: os militares não são hoje apoiados pela fracção do país que mais beneficiou com o seu projecto «modernizante». Eles continuam, em contrapartida, a ser apoiados pelos brasileiros que esse mesmo projecto condena.

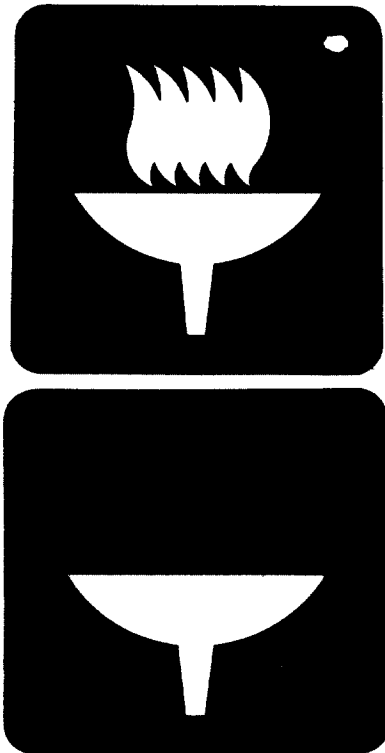
O paradoxo só é, está bem de ver, aparente: as cidades são os lugares onde a informação circula mais facilmente, onde uma consciência comunitária (religiosa, sindical, política), germina melhor do que nos campos. É pois nessas metrópoles que pode desenvolver-se a radicalização, tanto das classes médias contra

um regime que as amordaça como dos cidadãos desprotegidos contra um sistema económico que aumenta a diferença entre ricos e pobres.

O escrutínio de 15 de Novembro tem, no entanto, um aspecto positivo. Ele evita uma confrontação directa de que o regime, tendo em vista a relação de força militar, sairia vencedor. Claro está que, em caso de vitória da oposição, o Governo não teria... desarmado. A luz verde recentemente dada à constituição de novas formações políticas após treze anos de bipartismo forçado, era um remédio suave destinado a favorecer o estilhaçar da oposição. Mas dias antes do escrutínio, circulavam no Brasil rumores de uma eventual anulação das eleições em caso de vitória da oposição.

De futuro, uma forte minoria parlamentar, entusiasmada com o êxito alcançado, pode fazer-se eco das batalhas que se dão em todos os países, das fábricas às universidades, das igrejas aos palácios de justiça. Ela pode mesmo exercer uma viva pressão sobre um Governo que acaba de ter a prova de que já não representa o país real. Assim, o regime deveria dar sequência ao seu proclamado projecto de pôr «gradualmente» o Brasil nos rails da democracia.

FOTO
EXCLUSIVO



Moscovo prepara com toda a minúcia os Jogos Olímpicos de 1980. Estes dois pictogramas, criados pelo soviético Boris Katonov, representam a abertura (chama acesa) e o encerramento dos Jogos. (Foto Keystone)

POLUIÇÃO DOS OCEANOS

NOVOSTI

O oceano mundial constitui um sistema único de limpeza do planeta. Contudo, a capacidade de auto-limpeza e fertilidade estão a desaparecer devido à avalanche crescente de combinados químicos e petróleo que poluem os mares e os rios.

São conhecidas as tristemente famosas avarias dos petroleiros «Thorry Canyon» e «Amoco Cadiz» que cobriram de petróleo milhares de quilómetros quadrados de superfície marítima.

Mas, apesar das catástrofes marítimas não devemos esquecer que estas não são as únicas causas da poluição das águas.

A limpeza dos tanques de petróleo no alto mar, devido à falta de

complexos em terra, é mais prejudicial que o próprio transporte negligente de produtos derivados do petróleo.

A URSS tem levado à prática uma série de medidas organizativas e técnicas com vista a evitar a poluição do mar, em resultado da navegação. Em todos os portos importantes de abastecimento de petróleo, actuam poderosos complexos de limpeza das costas e existem barcos que recolhem as águas contaminadas.

Além disso, foram criadas instalações para embarcações e instrumentos marítimos que correspondem às recomendadas pela Organização Consultiva Marítima Intergovernamental.

Esta organização realiza um trabalho importante na preparação de normas técnicas e documentos jurídicos com o objectivo de eliminar

a contaminação quer intencional quer accidental do meio marítimo.

Depois da avaria do petroleiro «Thorry Canyon» foi elaborada, em particular, uma série de acordos complementares internacionais.

A Conferência convocada pela OCMI, em 1969, aprovou as convenções internacionais actualmente em vigor.

A principal diz respeito à responsabilidade civil por dano da poluição do mar por petróleo. No início dos anos 70 foram acordadas novas convenções sobre a criação de um Fundo Internacional de indemnização por dano e sobre a prevenção da contaminação do mar por desperdícios e outros materiais.

O sistema das convenções internacionais é completado por uma série de acordos nacionais que prevêm medidas complementares de luta contra a poluição do meio marítimo. Em particular, o acordo de 1969, sobre a defesa das águas do Mar do Norte, a convenção de 1974, sobre o Báltico e a Convenção de 1976 sobre o Mediterrâneo.

Neste sentido o Presidium do Soviète Supremo da URSS aprovou um decreto «sobre o aumento da responsabilidade da poluição das águas com substâncias prejudiciais à saúde do ser humano e dos recursos vivos do mar».

Os acordos internacionais vigentes baseiam-se fundamentalmente no princípio da jurisdição exclusiva do mar alto.

Os diversos países podem, contudo, adoptar medidas contra a poluição nos limites das suas águas territoriais (regra geral, isto diz respeito à zona económica das 200 milhas). Medidas que se referem aos projectos, construção, instalação e equipagem de barcos nacionais e estrangeiros que circularão dentro das águas territoriais dos países.



A nova estação rádio dos serviços britânicos de telecomunicações que vemos na foto BIS situa-se em Goonhilly, no sudoeste da Inglaterra e terá um importante papel a desempenhar no Sistema Europeu de Satélites de Comunicações (SESC) em meados dos anos 80. Este sistema usará sinais digitais. O SESC permitirá que se usem frequências mais elevadas nas ondas rádio e permitirá um serviço telefónico internacional muito mais aperfeiçoado. Em 1981 e 1983 serão lançados dois satélites de comunicações para que o sistema possa ser operacional.



Georges Perec (à esquerda) e Alexandre Zinoviev (à direita) foram galardoados com os Prémios Literários Médica concedidos todos os anos a um escritor francês e a um estrangeiro. Perec foi premiado pelo seu livro «A vida modo de usar» e Zinoviev por «O futuro radioso». (Foto Keystone).

O IRÃO À PROCURA DO F



O xá do Irão

A imprensa ocidental refere-se hoje com frequência ao impasse iraniano, sustentando a tese de que a oposição deve aceitar um compromisso com o regime para salvar o país da crise. Mas é preciso ter em atenção que tal imprensa não conhece a natureza da crise iraniana, e ignora que a aceitação do compromisso nos termos em que é proposto não faria sair o país da situação que vive. A crise e o impasse não resultam da recusa da oposição em colaborar com aqueles que desde há 25 anos governam o país.

O actual regime jamais admitiu qualquer oposição, mesmo formal. O xá lembrou diversas vezes que ele próprio é o seu melhor crítico e que corrige a acção do Governo a partir dos relatórios e análises que recebe sobre os planos. Ora, a crise iraniana é consequência da realização de tais planos. É uma crise total: política, económica, social e cultural. A capitulação da oposição através do compromisso não faria mais do que agudizar o impasse.

Os impasses

■ A. Banisadr

□ Especial «DL»

1. O Impasse político

A raiz deste impasse vamos encontrá-la nas funções políticas atribuídas ao Exército. De acordo com a «ideologia imperial», a unidade, a segurança e o desenvolvimento do regime não seriam possíveis senão com a centralização de todos os poderes nas mãos do xá, símbolo do império iraniano. Desse ponto de vista, não apenas os poderes executivo, legislativo e de interpretação da lei devem vergar-se à vontade do imperador, mas ainda todas as instituições devem executar as ordens da direcção suprema da Revolução, segundo os critérios seguintes:

- Poder militar, para uma vitória nas diversas frentes (guerra clássica, antissubversiva e guerra fria);
- O poder político composto da burocracia e de um partido único (actualmente dissolvido);
- Instituições sociais de controlo;
- Submissão ao estrangeiro, segundo uma política de alianças com as potências e as superpotências, e cuja política corresponderia à política de força do Irão;
- No que respeita ao poder político-religioso:
 - o poder legislativo que estava nas mãos da religião;
 - as instituições religiosas;
- No que respeita ao poder económico:
 - o petróleo e derivados;
 - os investimentos públicos e privados.

Esta centralização absoluta dos poderes na pessoa do rei não seria possível se o regime do xá não obedecesse aos objectivos estratégicos dos Estados Unidos. São eles: o monopólio da exploração dos recursos do país, principalmente o petróleo, a dominação da economia e dos programas de desenvolvimento, o controlo do Irão como uma das zonas mais importantes da sua cordilheira estratégica (política e militar), a dominação do Exército e da administração, etc.

As iniciativas tomadas no quadro desta estratégia conduziram o país ao impasse a que chegou.

Desde há um quarto de século, o regime do xá tenta conduzir a oposição, e sobretudo os **mossadeghistas**, a uma solução de compromisso. Essa solução era desejada na continuidade do regime, de acordo com os interesses americanos e dentro da centralização de poderes enunciada. Por outras palavras, esperava-se da oposição

um seguidismo puro e simples. Algumas personalidades e certos membros da oposição ávidos de poder, mas argumentando que a partir da aceitação poderiam iniciar reformas, acabaram por circular nas margens do regime. Mas tal cumplicidade jamais foi completa, e os seus elementos mais lúcidos sempre a recusaram.

Donde se conclui que a solução de compromisso hoje proposta não é nova. É uma solução que no decorrer dos últimos 25 anos sempre foi tentada em períodos de crise. O período começado pela «Revolução branca» e continuado durante 15 anos, absorveu os elementos que eram integráveis; e o regime, para aniquilar toda a oposição real, tentou anular os elementos que não se deixaram absorver.

Durante o referido período, a prosperidade das receitas do Estado e a situação internacional permitiram o desenvolvimento desta política de absorção e eliminação.

Mas as condições hoje são diferentes e o regime perdeu possibilidades. Não só se revela incapaz de absorver os opositores como constata o seu isolamento no contexto internacional.

O problema não é mais a integração de algumas personalidades, antigos colaboradores de Mossadegh, mas a existência duma taxa de jovens (80% da sociedade iraniana tem menos de 40 anos) que não encontra condições de trabalho. De resto, todas as instituições políticas, económicas, sociais e culturais foram criadas para dificultar a participação activa desta geração no destino de qualquer delas.

Quaisquer soluções propostas no interior destas instituições tornarão definitivo o impasse, em vez de o suprimir.

2. As hipóteses no quadro do regime do xá

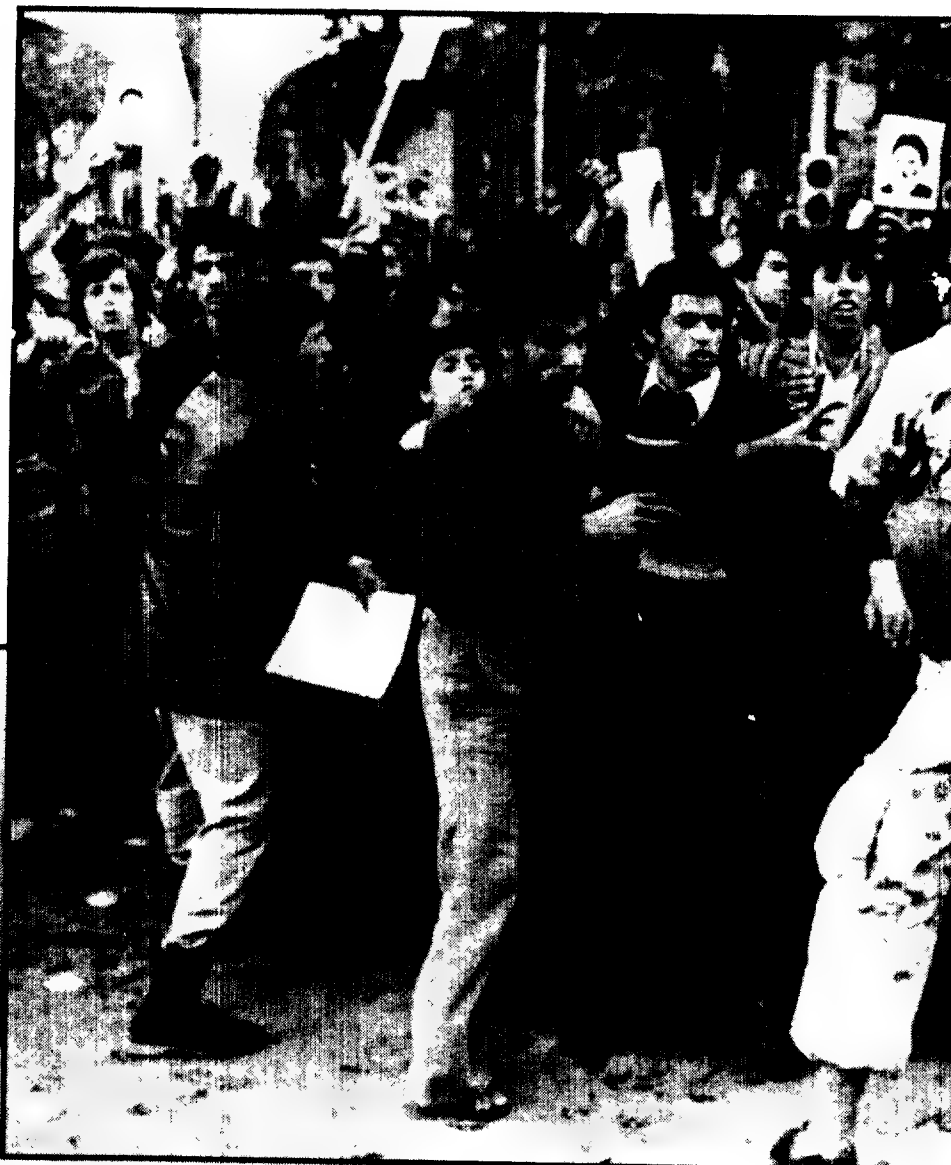
De há um ano para cá fala-se em duas soluções. E há uma terceira que paira nos espíritos. Eilas:

— A evolução do regime dentro da estratégia dos EUA, nomeadamente alargando as chamadas liberdades individuais;

— Um Governo militar; Qualquer destes casos perpetuaria o regime do xá.

— Um golpe de Estado militar que afastaria o xá da cena política.

A primeira solução não é possível sem o acordo de S. E. Ayatollah Khomeini. Ou seja, sem a participação do povo. Mas como obter o acordo de um povo que se opõe ao regime enquanto ele ceder à estra-



Manifestações de estudantes em

Entre

■ Maurice Duverger

□ Opera Mundi

O Irão irá escapar ao despotismo real que o domina há 25 anos para cair num sistema opressivo que seria talvez pior? — Dois monstros rodeiam o imperador fatigado que se esforça por manter o seu poder alternando promessas liberais com repressões sangrentas. O da ditadura militar pura e simples, em que os Pinochet e os Videla mostram como se pode ir mais longe na repressão. O da ditadura religiosa que poderá lançar no obscurantismo um povo, em que se misturam uma velha civilização e uma cultura muito moderna.

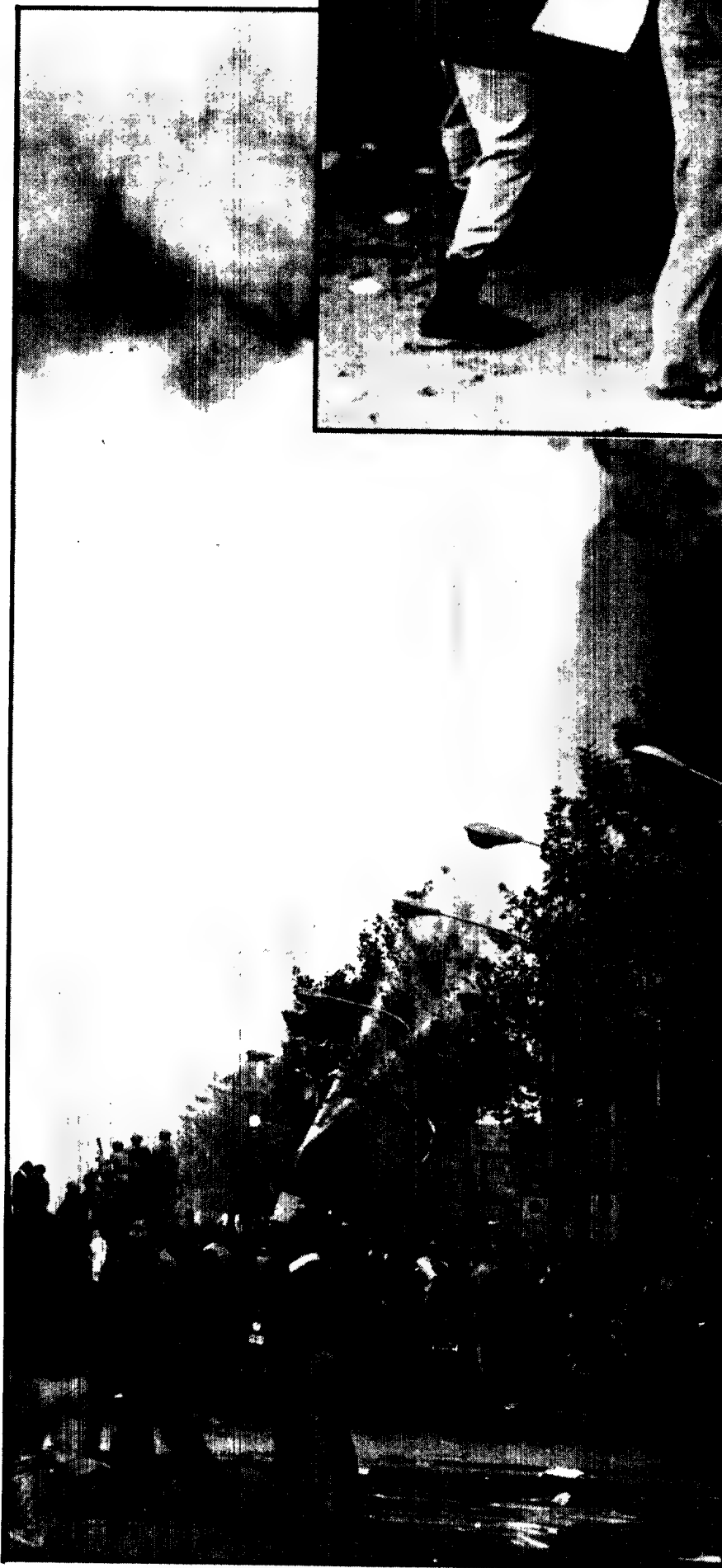
O Islamismo e o Exército são as duas únicas forças capazes de substituir o xá. A pouco e pouco todas as outras foram destruídas por ele. Por um lado, suprimiu as liberdades e desenvolveu a repressão. Por outro, lançou o país numa modernização demasiado brutal em que os camponeses e as classes médias foram as vítimas. O quintuplicar os preços do petróleo deu origem a uma fonte de divisas.

Com elas o Governo importou a um ritmo acelerado mercadorias, máquinas, fábricas, centrais atómicas.

Num prazo «record» queria transformar o país numa grande potência industrial.

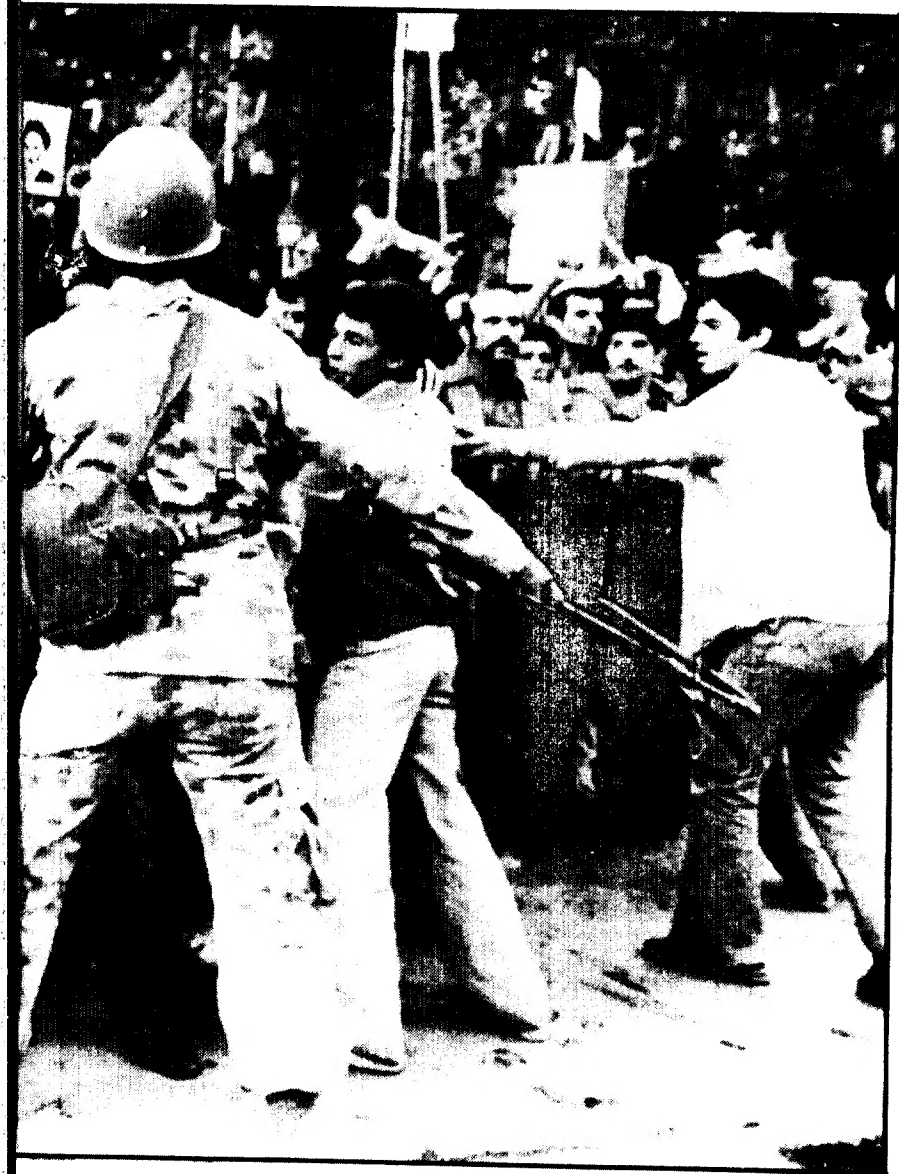
O êxodo dos rurais para as cidades arruinou os campos. Criou uma classe operária, numerosa e explorada.

A invasão dos técnicos estran-



Protestos populares contra o xá

FUTURO



em Teerão

"Desejamos um Governo democrático e socialista"

Entre os actores do drama iraniano, Karin Sandjabi, secretário-geral da Frente Nacional, ocupa um lugar importante. O velho partido, que sempre se reclamou de Mosaddegh, reivindica a hegemonia na condução da luta da oposição iraniana e sente-se orgulhoso da qualidade dos seus militantes (quadros, intelectuais, estudantes, negociantes).

Sandjabi, com setenta e cinco anos, de passagem por Paris, afirma estar totalmente de acordo com o prestigioso e respeitado chefe do movimento religioso, Khomeiny, no plano dos princípios. Embora os termos usados sejam diferentes — Governo Islâmico de um lado, Governo democrático, nacional e socialista, por outro —, o nosso interlocutor considera que estes conceitos exprimem as mesmas realidades. Que queremos todos nós? — prossegue — Um Governo eleito pelo povo. Acontece que 90 por cento dos iranianos são muçulmanos, pelo que um Governo teria sempre que ser islâmico. Mas deve defender estes três conceitos fundamentais: o carácter nacional do futuro regime, a democracia e o socialismo. Quando Khomeiny reclama a liberdade, a justiça e a independência, não reivindica coisas diferentes das nossas. A nosso ver, o que im-

porta é o conteúdo e não as questões de forma. O Governo pode ser republicano ou monárquico, como sucede em diversos países da Europa Ocidental. E o regime desses países não é menos democrático por essa razão.

— A sua organização mantém relações estreitas com o movimento religioso?

— Sim, temos contactos permanentes. Quando se realizaram as manifestações do 6 de Setembro, na antevéspera da «sexta-feira negra», fomos informados, nessa mesma noite, de que o Governo iria proibir as manifestações de rua, se voltassem a realizar-se. Transmitimos essas informações aos «religiosos», que redigiram e distribuíram panfletos para desmobilizar os movimentos de massas. Mas o entusiasmo era enorme e a manifestação recomeçou. O movimento religioso, tal como nós, foi ultrapassado por esta ofensiva de fundo popular.

O que nós queremos, tal como o movimento religioso, é o fim das arbitrariedades e da tirania exercidas pelo actual soberano. Se este regime aplicasse a sua própria constituição, tudo seria diferente, mas nós sabemos que esta constituição não passa de letra morta. Se tomarmos o Poder, aplicaremos imediatamente profundas reformas

administrativas. Mas será necessário realizar igualmente reformas económicas que já estudámos e definimos.

— Será possível a sublevação do Exército?

— Não acreditamos numa insurreição no interior do Exército. Os oficiais que detêm postos-chave foram nomeados pessoalmente pelo xá e estão muito ligados ao soberano. Derrubaremos a resistência do regime pela resistência do país. Repare que o Governo já fez concessões: libertou presos políticos, por exemplo. Acabámos de tomar conhecimento da libertação de Talaghany e Montazary. E a imprensa usufrui de uma liberdade controlada que pode informar os leitores das manifestações que se vão realizando.

— Quais são os vossos contactos e relações com as organizações de esquerda?

— Mantemos contactos com estudantes de esquerda. Contudo, não há qualquer relação do nosso movimento com os marxistas ou activistas da guerrilha urbana. Não concordamos com a luta armada em geral. Pensamos que os meios legais e pacíficos serão os mais eficazes para fazer vergar os joelhos do regime.

(Declarações recolhidas por ROLAND DECOUR)

e o islamismo e o exército

geiros despertou a susceptibilidade de um povo caracterizado por um forte nacionalismo.

A tutela bastante notória dos americanos chocou-os particularmente. Não podemos esquecer que trinta mil conselheiros vindos dos EUA compõem um Exército de 390.000 homens ou seja um conselheiro para treze soldados.

A corrupção, as fortunas escandalosas, a desigualdade desenvolveram-se ao mesmo ritmo que o crescimento económico e conduziram a rancores por parte dos sacrificados com a expansão. O partido único, a censura, o sistema policial impediram os descontentes de se exprimir. Contribuíram antes para os agravar num país em que o gosto pela liberdade política está profundamente enraizado.

Na altura da grande explosão do desenvolvimento petrolífero, estes problemas eram mais facilmente suportados. O rendimento por habitante duplicou de 1973 a 1976: era a época em que o Irão adquiria participações financeiras nas grandes sociedades europeias: Krupp na Alemanha, Eurodiff em França.

Os iranianos não tiraram todos os benefícios de um tal crescimento, longe disso! Porém este crescimento era de tal ordem que mesmo os mais desfavorecidos foram beneficiados. É daí que advém a calma relativa dos anos precedentes e a explosão actual. A crise mundial pôs a descoberto os erros duma expansão demasiado rápida e descontrolada. A desigualdade tornou-se ainda menos suportável para os que não tinham aprovei-



Ayatollan Khomeiny

tado absolutamente nada do crescimento. O despotismo tornou-se mais forte no momento em que deixou de ser eficaz. Desnarrizados por uma alteração extremamente acentuada, os iranianos refugiaram-se na sua religião tradicional dado que esta foi sempre uma força de oposição. As mesquitas e as residências dos ulemás transformaram-se em locais de refúgio político: tornaram-se centros de contestação. Os «ayatollah» aliaram a sua influência espiritual a influência política.

A revolução iraniana de 1978 não tem a mínima semelhança com a revolução francesa de 1789, diga-se o que se disser. Os que enriqueceram com a industrialização e os grandes proprietários de imóveis poderiam figurar como a aristocracia que suportava Luís XVI.

Mas o Terceiro-Estado que impôs os direitos do homem e a monarquia constitucional em Paris situa-se em Teerão atrás do clero chiita. O «ayatollah» Khomeiny desempenha o papel de um Robes-

pierre que tivesse espetado sobre o peito do Sagrado Coração dos «Chouans» em estilo de distintivo revolucionário. O islamismo iraniano é portador de altos valores espirituais. Um Estado Islâmico seria porém uma ditadura retrógrada. E voltar as costas ao mundo moderno e entrar para o convento como fazem os estudantes de Teerão e reclamar um Governo que se assemelhe aos da Líbia e da Arábia Saudita. Depressa se tornaria insustentável aos liberais e aos socialistas que juntamente com os religiosos defendem actualmente uma causa comum. Reprimi-los-ia com a mesma força que o xá.

Entre o Exército e o Islamismo as possibilidades de democracia são muito reduzidas. Não são, no entanto, nulas. Sê-lo-iam se só uma destas forças constituísse a oposição ao trono, visto que poderia estabelecer livremente a sua ditadura. Felizmente são duas. Cada uma pode assim sustentar a outra através de uma separação de poderes que Montesquieu não previu. A sua eventual ligação conduziria a uma ditadura estilo Kadhafí.

O seu confronto actual conduz à anarquia. Só um compromisso entre ambas as partes poderia abrir a via da democracia, permitindo aos militares regressar aos quartéis e aos «ayatollah» recuperar as suas mesquitas.

Numa monarquia moderna a função real consiste em realizar compromissos deste tipo. Em Espanha, Juan Carlos desempenhou perfeitamente essa missão. O Xá teria podido seguir este exemplo se tivesse começado mais cedo as reformas e se se tivesse realmente

empenhado na sua concretização. Depois de ter deixado jorrar tanto sangue, o seu prestígio é quase nulo neste momento. Uma abdicação em favor de seu filho, o respeito por parte deste de uma constituição parlamentar constantemente violada psiquitas.

Numa monarquia moderna a função real consiste em realizar compromissos deste tipo. Em Espanha, Juan Carlos dese respeito por parte deste de uma constituição parlamentar constantemente violada pelo pai, poderiam permitir à coroa desempenhar o seu papel normal? Ninguém o pode dizer.

Em todo o caso não seria trabalho fácil mesmo para uma República de tipo Caramanlis. Teria mesmo um papel insignificante entre o poderio do Exército e o do Islamismo.

Finalmente o destino do Irão e a possibilidade de aí se estabelecer um regime democrático dependem antes de tudo dos ulemás e particularmente do «ayatollah» Khomeiny. Se este mantiver a sua intransigência e a sua vontade de criar um Estado Islâmico reforçará a intransigência do Exército e a do xá e travará qualquer evolução para a liberdade. A tradição iraniana faz pressão no sentido contrário.

A interpretação chiita do Islamismo caracteriza-se por uma espiritualidade profunda — poder-se-ia quase dizer um misticismo — que não se orienta no sentido da tecnocracia. Não é fácil, porém, resistir ao fascínio do poder, mesmo para homens que ambicionam mais do que isso. ●

4 ► tégia americana e dentro das instituições criadas em função dessa submissão?

A contradição desta solução está em que ela exige a participação do povo, e o povo recusa a dependência aos EUA. Falando claramente, pede-se ao povo que aceite uma solução sem que ele possa decidir do seu destino.

Tal solução não quer, e não pode, destruir as instituições criadas para controlar a sociedade. Ela não seria também capaz de mudar as estruturas económicas e sobretudo a natureza do Orçamento Geral do Estado. (As palavras de Amini, partidário desta solução, são neste ponto lúcidas).

Esta solução seria um erro desastroso para os dirigentes do movimento da oposição. Se o aceitasse ficariam desacreditados. O espírito de revolta e de insurreição desapareceria e a população recairia na passividade por um novo e largo período, acabando por acei-

IRÃO



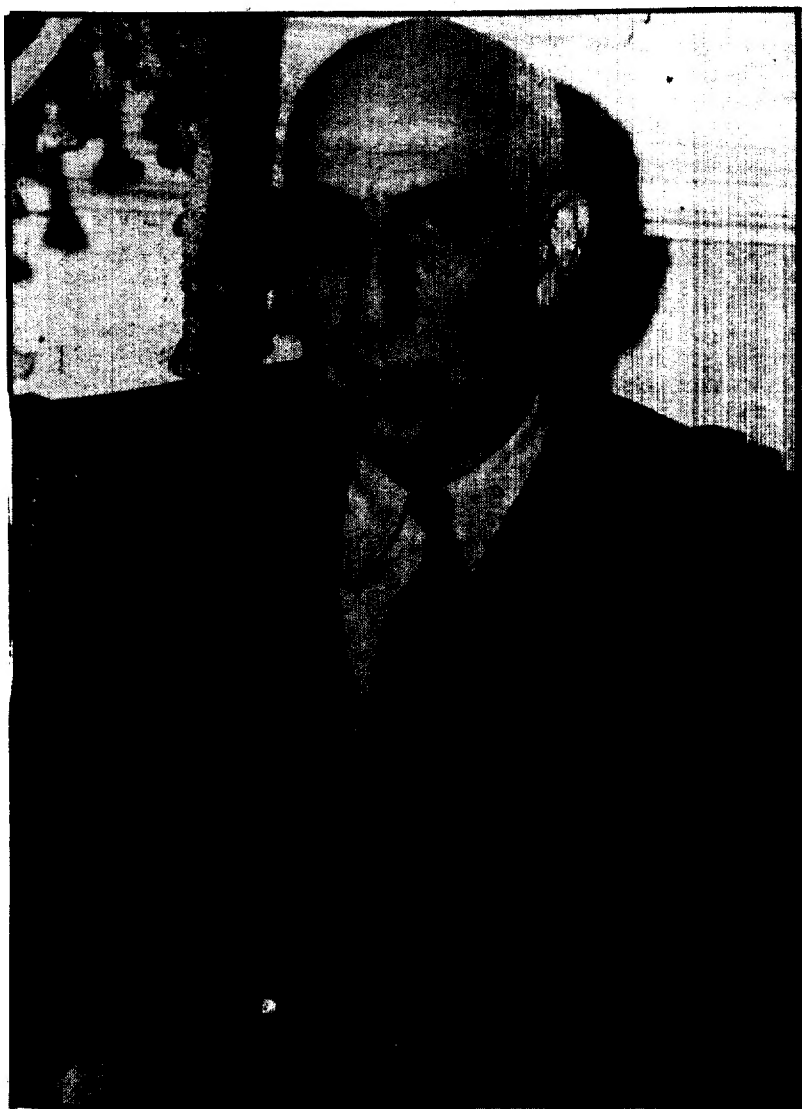
A repressão dos militares

indiferença de uma sociedade jovem perante uma atmosfera sem fim e sem objectivos. Como já se disse, o povo iraniano é bastante jovem — 80% tem menos de 40 anos. E esta sociedade não encontra definitivamente lugar nas velhas estruturas. O sistema social dos campos, das tribos e das cidades está perturbado. Por causa da decomposição social, milhões de jovens estão afastados do seu meio, não encontram actividade estável, vêm-se privados de todo o trabalho manual e intelectual, e inquietam-se com o seu futuro. É por esta razão que eles se ligaram ao Islão e à Revolução, da qual é impossível separá-los.

Uma solução baseada no corte desta jovem geração dos seus dois laços, terá hipótese de êxito?

5. O impasse ideológico

A ideologia imperial fundada na centralização de todos os poderes



Mossadegh morreu, mas os «mossadeghistas» continuam...

tar o destino que lhe impusessem. Alguns dizem que é preciso avançar etapa por etapa. Num primeiro passo aceitaríamos esta solução, depois quando o regime do xá enfraquecesse passaríamos à etapa seguinte. Parece ignorar-se aqui que o regime está atento a esse cálculo. Se a primeira etapa pudesse conduzir à etapa seguinte, não se atreveria a propô-la.

Mas o problema principal é que a oposição unânime do povo não está organizada, nem possui exército de libertação, nem um partido poderoso. A única coisa que possui é o prestígio de S. E. Ayatollah Khomeini. A crença no seu carácter e na sua sinceridade. Khomeini é o espelho no qual se reflecte a sociedade. A solução de que vimos falando não faria senão destruir essa identidade, a aceitação do compromisso lançaria o descredito sobre o líder do movimento, e este perderia o seu ritmo e extinguir-se-ia. Os ideólogos deste compromisso não se dão conta de que a solução não eliminaria o impasse proveniente da natureza do regime. Voltaremos a este ponto.

Quanto à solução dum Governo militar com o xá, é a que existe há 55 anos. Durante este longo período o Irão viveu sob Governos militares. A crise e o impasse são a consequência disso. Que alterações produziria a nomeação dum primeiro-ministro militar? São hoje utilizados todos os métodos de repressão e terror: massacres, incêndios de casas e lojas, formação de milícias e comandos, homens-de-mão, torturas, prisões, etc. Todos os dias se registam confrontos entre militares e grupos paramilitares, de um lado, e o povo, do outro. O actual Governo, que transporta o cadáver do xá sobre o seu dorso, ou deixar-se-á afundar sob o peso desse cadáver e sob a força da resistência popular, ou será obrigado a lançá-lo aos pés do povo.

No que diz respeito à terceira solução (um golpe de Estado militar contra o xá) poderia revestir três formas:

- o golpe derrubaria o xá mas manter-se-ia o controlo dos EUA;
- o golpe derrubaria o xá e libertar-se-ia do controlo dos EUA;

Os impasses

— o golpe eliminaria o xá e submeter-se-ia à URSS.

O primeiro caso significaria a continuação do regime sem o xá. Se tal regime quer funcionar nos limites impostos pelas actuais relações entre o Irão e os Estados Unidos, desde o princípio defrontar-se-á com a contestação geral. Se aceita fazer algumas reformas sem mudar radicalmente as relações orgânicas dominador-dominado, a crise não só não se resolverá como, pelo contrário, se intensificará num futuro próximo e conduzirá a uma enorme explosão. Para além do mais os EUA serão obrigados a transformar o Exército iraniano numa força de ocupação, coisa que não se fará sem perigo para os próprios EUA, e isto por duas razões:

1.a — Não há nenhuma garantia de que o Exército possa dominar a sociedade iraniana;

2.a — A dependência aos Estados Unidos pode mudar em favor da URSS.

Mas um golpe de Estado que queira pôr fim ao regime do xá e à intervenção dos EUA, sem ao mesmo tempo estar aliado à URSS, deve obrigatoriamente procurar o apoio do povo. E este apoio não será possível, a não ser com uma mudança radical das relações dominador-dominado. Neste caso um golpe de Estado militar abrirá a via à instauração de uma República islâmica baseada num referendo.

Mas um golpe de Estado eliminando o xá e a dinastia Pahalavi e que pusesse o país na dependência da URSS, teria como preço a total repressão das forças populares. O aparecimento de regimes pró-soviéticos resulta justamente da centralização do poder no aparelho de Estado e de se privar o povo de toda a iniciativa. O Ocidente e sobretudo os americanos falam muito do perigo de penetração de agentes soviéticos, mas, em muitos casos, são exactamente os Governos-fantoches pró-ocidentais que entregam os seus países ao adversário. Um olhar sobre o entusiasmo que invadiu o país diz-nos que o povo escolheu o melhor método. Este método, ao mesmo tempo que conduz o regime do xá à falência, constrói uma barreira contra as intervenções das duas superpotências no decurso da luta. Na hora actual, não é a existência do regime do xá que poderá evitar o perigo de uma tal intervenção, mas o movimento geral do povo iraniano.

O impasse político do regime não provém da existência duma oposição organizada, e não pode por isso ser resolvido por um golpe de Estado e pela violência. Tal impasse é acompanhado de impasses económicos, sociais e ideológicos que permanecem sem solução.

3. Os impasses económicos

A crise económica iraniana resulta da destruição total do seu sistema. A política do regime neste domínio submeteu-se aos objectivos das multinacionais. O consumo anual do país ultrapassou a sua capacidade produtiva. Para assegurar os produtos de consumo, o regime abriu as portas e encorajou as importações. Esta atitude teve duas consequências:

1. O aumento da produção e exportação de petróleo, e subida do seu preço, para se poder pagar os custos das importações (as quais foram aumentando de 20 a 25% por ano);

2. As importações não apenas substituíram o estímulo da produção interna como destruíram o seu sistema. Hoje, os níveis de consumo são de tal maneira que não obstante a subida do preço do petróleo e o aumento da produção, o Orçamento Geral do Estado conhece um défice de 4 a 7 milhões de dólares (números fornecidos pelo Governo iraniano).

Quanto às causas do impasse económico:

— Aumento intenso dos preços. A taxa de inflação atingiu 75%.

— Baixa do dólar e por consequência o valor real das receitas petrolíferas. Segundo informações procedentes do Irão, 50 milhões de dólares saem do país em cada dia.

— Nesta situação difícil e perigosa, as dificuldades impostas pelo custo de vida levaram todos os grupos sociais a fazer greves que cada vez mais assumem significado político.

4. O impasse social

Mesmo que as dificuldades sociais com as quais o regime se defronta dependessem de uma camada ou de uma classe, e que as dificuldades financeiras proviessem da escassez de receitas, o regime não seria mais capaz de vencer as dificuldades. Mas os maiores obstáculos resultam do apodrecimento das estruturas, da

na pessoa do Xá, tornou-se actualmente na ideologia da destruição e do aniquilamento total do país. A realidade do Irão não deixa ao Xá qualquer credibilidade. A crise ideológica dos próprios grupos dominantes é muito grande. As soluções que propõem reflectem no bem. A ideologia que professam procura legitimidade na situação geopolítica do país, cuja salvaguarda, argumentam, exigiria a centralização de poderes nas mãos dum dirigente. Tal pensamento perdeu hoje qualquer legitimidade.

Países com regimes semelhantes, não só caíram nas mãos de adversários poderosos como viram a sua ideologia desacreditada perante a opinião pública interna e externa.

A questão que se põe hoje é a seguinte: se se toma em consideração a evolução da situação mundial, a mudança da relação de forças e a tomada de consciência do povo no quadro dos conflitos, tais regimes não serão em si mesmos factor de instabilidade crescente?

Nesta situação geopolítica tornou-se necessária uma luta liberta de toda a dependência das potências estrangeiras, e tal situação geopolítica é em si mesma um dos factores de unificação popular no Islão.

A análise da forma e do conteúdo das lutas populares diz-nos que elas atingiram um nível sem precedentes e que a vitória não é possível a não ser na unidade total do povo. O Islão é a expressão dessa unidade. As formas de luta escolhidas pelo povo não têm qualquer hipótese de êxito sem a participação do mundo muçulmano.

Na verdade os impasses são apenas os do regime. O alinhamento da oposição numa solução moderada não os eliminará, e impede a única solução a nosso ver possível: acabar com o regime do Xá e instaurar uma república islâmica, que se apoie na unidade nacional expressa no Islão. Tal solução fará o Irão sair do impasse e aplicará um programa de alargamento das liberdades, eliminará os laços orgânicos de dependência, e conduzirá o país na senda do progresso até à sua independência total.

A. BANISADR *

(*) Autor do livro «Petróleo e Violência». Intelectual muçulmano residente em França há 14 anos.

O CONFLITO SINO-VIETNAMITA

HOA, O NOME DE UM PRETEXTO

■ PRENSA LATINA

O anúncio feito por Pequim na última semana de Maio, de que ia enviar os seus barcos aos portos do Vietname, a fim de recolher os «cidadãos chineses perseguidos», e a campanha anti-Vietname que precedeu o referido anúncio, são um exemplo do fervor quase masoquista com que a China se afasta do mundo progressista.

O problema dos «chineses do ultramar» no sudeste asiático, é velho e complicado. A designação, que tem a sua origem na China, reflecte uma compreensão errada do problema de dezenas de milhões de chineses que, por uma ou por outra razão — mudanças dinásticas ou calamidades naturais — emigraram e se estabeleceram nos países vizinhos e nas ilhas do Pacífico.

Os governos feudais de Pequim — e o governo do Kuomintang — insistiram sempre em que eles mantivessem a cidadania chinesa e só pedissem a dupla cidadania se não houvesse outra solução.

O governo do Kuomintang de Chiang Kai-shek, foi mesmo mais longe ao insistir em que todos os residentes no estrangeiro de origem chinesa se organizassem em colectividades altamente estruturadas e disciplinadas.

Em 1955, logo depois da conferência de Estados Afro-asiáticos em Bandung, a China deu alguns passos acertados ao estabelecer em bases equitativas relações entre as nacionalidades chinesa e indonésia.

No mesmo ano assinou um convénio similar com a República Democrática do Vietname, que, por se tratar de acordos entre Estados socialistas, era mais amplo, e incluía a protecção dos direitos dos residentes de origem vietnamita na China, tal como o respeito e a soberania dos dois países.

O acordo estipulava o estímulo oficial para que os residentes adquirissem a nacionalidade do país onde residiam e os direitos de serem eleitos para o Parlamento e de ocuparem qualquer cargo administrativo.

Por iniciativa de Pequim, em Janeiro de 1964, o governo norte-vietnamita concordou em que a embaixada chinesa em Hanoi já não concedesse passaportes aos **hoa** — vietnamitas de origem chinesa — de modo que a partir dessa data, os nomes dos residentes que desejavam visitar a China por razões familiares ou de qualquer outra índole, seriam apresentados na embaixada chinesa, que emitiria «documentos de viagem turística» com visto de entrada em Pequim.

No Vietname do Sul, sob a pressão do regime racista de Ngo Dinh Diem, quase todos os residentes chineses tiveram de modificar o seu estatuto para o de vietnamita de origem chinesa, e só escapou a esta lei um pequeno número de comerciantes e agentes de empresas estrangeiras que podiam pagar para manter a cidadania taiwanesa-chinesa e outros privilégios que as suas riquezas lhes permitiam comprar.

Os chineses do Vietname do Sul representaram um problema especial: eles tinham emigrado da

China meridional para Saigão, em fins do século XVIII, no tempo da dinastia C'ing (manchu). Estabeleceram-se então na área conhecida como área de Cholon — cidade gêmea de Saigão — e muitos deles converteram-se em agentes de casas estrangeiras.

Desde o princípio do século XX que passaram a controlar totalmente a economia de mercado no Vietname do Sul, monopolizando a maior parte do comércio e os circuitos de distribuição e transporte, cujo controlo por parte do Estado era indispensável a fim de evitar a paralisação económica e a fome depois da libertação.

Por essa razão, quando a 10 de Setembro de 1975 foi decretada na antiga Saigão — já então chamada Cidade Ho Chi Minh — uma lei contra os compradores-capitalistas, açambarcadores e agiotas, a maioria dos indivíduos por ela afectados eram chineses. Vinte e cinco anos antes a China introduzira as mesmas leis para combater os especuladores e a gente do mercado negro, em Shangai e noutros lugares.

Mas ao contrário do que se passou em Shangai um quarto de século antes, em Cholon não foi executado nenhum dos comerciantes que participaram nas manifestações contra a nova lei.

Numa declaração emitida pelo chanceler da República Socialista do Vietname a 27 de Maio de 1978, recorda-se que a parte vietnamita sempre respeitou os acordos de 1955 e que, enquanto os **hoa** desfrutavam no Vietname dos mesmos direitos e deveres que os cidadãos vietnamitas, não se passava o mesmo na China com os chineses de origem vietnamita. A parte vietnamita chamara várias vezes a atenção dos chineses para esse facto.

Na declaração faz-se a seguinte pergunta: «Esperar-se-ia que as autoridades vietnamitas poupassem os residentes de origem chinesa às nacionalizações ou a outras medidas de socialização ou reforma agrária, só porque a China é uma potência vinte vezes mais povoada do que o Vietname?»

Nesse mesmo documento, os vietnamitas ligaram o repentino êxodo de vietnamitas de origem chinesa, com a propaganda vinda da China, no sentido de que enquanto Pequim apoiava a luta armada de Kampuchea contra o Vietname, a guerra entre a China e o Vietname era inevitável, sendo portanto melhor «que os **hoa** regressassem à China com a maior brevidade».

Esta campanha parece-se muito com a que há vinte anos foi lançada pela CIA a fim de provocar o pânico entre os católicos norte-vietnamitas, fazendo com que saíssem do Vietname do Sul.

Mas há outros aspectos inexplicáveis e inquietantes. Devido às medidas repressivas tomadas pelo regime de Phnom Penh, apoiado por Pequim, mais de dez mil kampucheanos de origem chinesa fugiram do Vietname, o que faz pensar que as pressões foram fortes. Pequim não disse, porém, uma só palavra. Porquê dar mais liberdade a um do que a outros? E porquê incitar os vietnamitas de origem chinesa ou os subditos chineses a não seguirem as normas internacionalmente aceites, de controlo de saída? Estará a China verdadei-

ramente comprometida num «chauvinismo» de grande potência? Chauvinismo esse que Pequim condenou tão fortemente no passado?

A primeira vez que ouvi essa expressão foi precisamente quando Chu En-lai, durante a sua visita oficial a Cambodja, em Novembro de 1956, nos disse, a mim e a outros jornalistas, que uma das coisas com as quais a China devia ter cuidado, era qualquer tendência para exercer «o chauvinismo de grande potência».

E, se isto não aconteceu, como se explica a declaração unilateral de enviar barcos às águas territoriais de outro país a fim de evacuar

os cidadãos desse mesmo país? Como pode explicar-se a recusa de uma combinação por parte de Pequim?

A 5 de Junho, o chanceler vietnamita revelou que havia proposto uma reunião com os representantes chineses para oficializar a saída dos **hoa** através do passaporte regular e o controlo aduaneiro, e também que o Vietname sugerira que, se a China desejava emendar o Acordo de 1955, isso era susceptível de negociações.

Pequim opôs-se a qualquer tipo de negociação, noutro exemplo flagrante de «chauvinismo de grande potência».

Numa reunião informativa com

jornalistas tailandeses, poucos dias depois das declarações da Chancelaria vietnamita, a China recusou de novo qualquer ideia de negociação e pretendeu, de forma absurda, culpar a União Soviética dos diferendos sino-vietnamitas.

A grande interrogação é: «para onde se dirige a China com tudo isto?». Um diplomata vietnamita muito experiente disse-me: «Valorizamos muito as nossas relações com a China mas valorizamos muito mais a nossa independência».

E a China devia saber que as forças progressistas do mundo inteiro estarão ao lado do Vietname em defesa dessa independência. ●



A NOVA FACE DA CHINA

Os observadores ocidentais andam encantados com o que se passa na China. O caso aparentemente não é para menos. Se as traduções da língua chinesa estiverem certas, está em curso uma campanha «de livre expressão», em prol da democracia e dos «direitos humanos» (também promovidos — e bem — pelo presidente dos EUA, como todos sabem). As agências dão como «eminência parda» de toda essa agitação o velho Teng Hsiao Ping, duas vezes caído, duas vezes reabilitado, e agora, ao que parece, numa nova (e talvez decisiva) fase ascensional da sua carreira. Contudo, há coisas um tanto perturbadoras nessas informações: as manifestações de massas de que as agências se fazem eco não contam com mais de 10 mil pessoas, o que, num país de 900 milhões de habitantes, é manifestamente



pouco. Seja como for, uma coisa é certa: algo muda rapidamente na China de Mao. A SIPA Press considera estas três fotos como prova de que uma nova mentalidade se espraia nos cartazes de Pequim. Um cartaz escrito em caracteres chineses recomenda «juntemo-nos para lutar pelo povo»; um «poster» impensável há alguns anos: publicidade



para um filme da Europa Ocidental a correr nos ecrãs de Pequim: e finalmente, um homem de chapéu alto (a própria figura do capitalismo, que, sob o reinado do «bando dos quatro» seria inconcebível em qualquer recanto chinês) sorri convidativamente para os espectadores chineses, apelando para que vão ver um outro filme da Europa ocidental.



O TERRORISMO NA ITÁLIA

Pelo menos 115 grupos clandestinos «disputam» na Itália o «privilegio» de realizar todos os dias crimes contra o Estado.

De 1972 a 1976, registaram-se naquele país 250 ataques contra aquartelamentos de forças da ordem, e 6.000 assaltos às instalações de partidos políticos. Só em 1972, explodiram 700 bombas, colocadas por forças neofascistas. Em 1973, o número de atentados à bomba foi de 800, em 1975 atingiu 1.500 e, em 1976, 2.300. Os especialistas prevêem que o número desses casos aumentará ainda cerca de 50 por cento.

Os atentados dos extremistas fizeram alastrar o terror, mesmo entre as próprias forças da ordem. Assim, tem-se verificado, nos últimos tempos, que é cada vez mais difícil preencher os quadros de pessoal do corpo de carabinieri. De um número total de 80.156 lugares, 7.500 estão vagos. E isto numa situação de desemprego maciço!

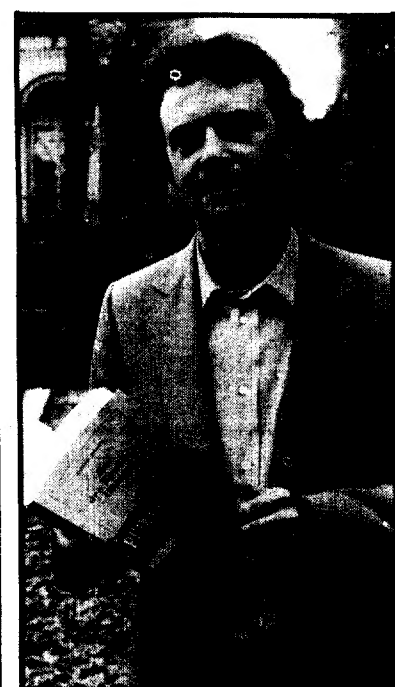


ARAP MOI EM PARIS

O novo presidente do Quênia, Daniel Arap Moi, escolheu a França como primeiro país estrangeiro a visitar depois da ascensão àquele cargo. Aqui o vemos, saudando o presidente Giscard, em Paris, verdadeiro centro das peregrinações dos moderados africanos. (Foto Keystone).

PATRICK MODIANO: "GONCOURT" 78

O Prémio Goncourt, uma das recompensas literárias mais almejadas pelos escritores e editores, porque transforma o livro premiado num verdadeiro «bestseller», foi atribuído este ano ao escritor Patrick Modiano, de 33 anos, e que vemos na foto com o romance premiado «Rua das Lojas Escuras». Patrick Modiano é um escritor deveras afortunado sob o ponto de vista de galardões: o seu primeiro romance «As Avenidas da Cintura» obteve, em 1972, os prémios Roger Nimier e Feneon. Esse mesmo romance recebeu também o grande prémio da Academia Francesa, e um outro livro «Villa Triste» recebeu o prémio dos livreiros (Foto Keystone).



LÍBIA NOVE ANOS DE REVOLUÇÃO

A Líbia é uma região de civilizações muito antigas, porém a Líbia moderna tem apenas nove anos. Este Estado soberano e independente nasceu em Setembro de 1969, após uma revolução que pôs termo ao regime monárquico podre que na altura reinava.

As profundas transformações socioeconómicas e uma política externa independente permitiram à Líbia ocupar um lugar de relevo entre os países em vias de desenvolvimento. Ninguém pode, nem saberia, contestar os progressos da Revolução líbia. O sector estatal fornece mais de 80 por cento do

serão valorizados. Entretanto criam-se cooperativas, a que o Estado fornece material agrícola. Constrõem-se barragens, canais de rega, linhas da alta tensão, etc..

O desenvolvimento exige quadros. Ora, 70 por cento da população era analfabeta antes da revolução. Daí que o Governo conceda uma atenção prioritária à educação.

Paralelamente, procede-se a pesquisas no sentido de se encontrarem novas formas e métodos de gestão. O ano passado, o Congresso Superior do Povo decidiu a dissolução do Conselho de Comando da Revolução, do Conselho de Ministros e da União Socialista. Desde então, o poder passou para as mãos do Congresso Geral do Povo (C.G.P.), composto por um Secretariado Geral de cinco membros e um Comité Superior do Povo, órgão executivo.

Estas medidas destinaram-se a instaurar o «regime do poder do povo», o que se traduziu também no nome dado ao Estado: Jamahiriya Popular Socialista Árabe Líbia.

«Jamahiriya» significa «massas populares» ou «Estado do povo». Esta palavra passou a figurar no vocabulário político internacional, o que reflecte para além da originalidade da experiência, o prestígio adquirido pela Líbia.

Em relação ao conflito do Médio-Oriente, a Líbia condena firmemente a política de capitulação dos acordos separados com Israel, levados a cabo pelo Egito, e as acções daqueles que apoiam esta linha antiárabe, nomeadamente a China que é favorável à política de Sadat.

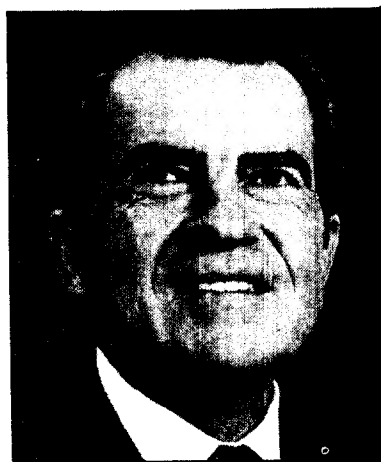
A Líbia preconiza intransigentemente uma solução justa para a crise do Próximo Oriente, a retirada total das tropas israelitas dos territórios árabes ocupados e o respeito pelos direitos legítimos dos palestinos.

ANGOLA: 160 MIL NOVOS LETRADOS

Angola assinalou o segundo aniversário da campanha contra o analfabetismo da população adulta do país.

Actualmente um angolano em cada dez frequenta cursos de alfabetização. A importante tarefa é levada a cabo por mais de trinta mil alfabetizadores voluntários.

Segundo as estatísticas oficiais, 160 mil angolanos adultos aprenderam a ler durante os dois anos. Até ao fim de 1978, mais 27 mil completarão a sua formação básica.



NIXON: REGRESSO OU PASSEIO?

O ex-presidente Nixon dos EUA, que se viu coagido a abandonar o poder na sequência do escândalo Watergate, veio visitar a Europa. Paris e Londres foram as capitais escolhidas. Simples viagem de recreio, ou tentativa de ganhar na Europa um pouco de prestígio para tentar novas incursões na política dos EUA? Esta hipótese parece inteiramente de afastar, mas não esqueçamos que o comandante das forças da NATO na Europa se deslocou de Bruxelas a Paris expressamente para se avistar com o antigo presidente, de quem foi um dos íntimos colaboradores. (Foto Keystone).

"Souvenirs" de Paris



Colocado entre dois grandes irmãos muito estimados pelos turistas (o Arco do Triunfo e a Torre Eiffel) um novo monumento figura agora entre os «souvenirs» de Paris: o Centro Nacional de Arte e Cultura Georges Pompidou, vendido nas lojas sob a forma de uma reprodução exacta do edifício, em plástico. O Centro Pompidou, ao qual não falta nenhuma chaminé é iluminado mediante uma pilha de 1,5 volts. Mede 16 centímetros de comprimento, 12 de largura e 6,5 de altura. Vende-se a 49 francos. (Foto Keystone).



Moammar El Gaddafi

Produto Nacional Bruto (PNB). Numerosas companhias petrolíferas estrangeiras foram nacionalizadas e a agricultura sofreu mudanças radicais. Os novos dirigentes, conscientes que os poços de petróleo não eram inesgotáveis, propuseram-se desenvolver a economia de forma a que deixe de depender apenas dos recursos existentes.

A tarefa não é fácil. Apesar do seu território e dos grandes espaços férteis, a Líbia não é auto-suficiente em produtos alimentares. Numerosos terrenos mantêm-se incultos. Até 1980, cerca de 600 mil hectares de terras

EXCLUSIVO

N.º 49/71

